



TRABALHO DE MULHER?!

Alinhavando, bordando e costurando trajetórias de artesãs

Márcia Alves da Silva

TRABALHO DE MULHER?!

Alinhavando, bordando e costurando trajetórias de artesãs

Editora e Gráfica Universitária – UFPel
Pelotas, primavera de 2012



Obra publicada pela Universidade Federal de Pelotas

Reitor: Prof. Dr. Antonio Cesar Gonçalves Borges

Vice-Reitor: Prof. Dr. Manoel Luiz Brenner de Moraes

Pró-Reitor de Extensão e Cultura: Prof. Dr. Gilberto de Lima Garcias

Pró-Reitor de Graduação: Prof. Cláudio Manoel da Cunha Duarte

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação: Prof. Dr. Manoel de Souza Maia

Pró-Reitor Administrativo: Prof. Dr. Luiz Ernani Gonçalves Ávila

Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento: Rogério Daltrio Knuth

Pró-Reitor de Recursos Humanos: Admin. Roberta Trierweiler

Pró-Reitor de Infra-Estrutura: Renato Brasil Kourrowski

Pró-Reitora de Assistência Estudantil: Assistente Social Carmen de Fátima de Mattos do Nascimento

CONSELHO EDITORIAL

Profa. Dra. Carla Rodrigues

Prof. Dr. Carlos Eduardo Wa

Profa. Dra. Cristina Maria Rosa

Prof. Dr. José Estevan Gaya

Profa. Dra. Flavia Fontana Fernandes

Prof. Dr. Luiz Alberto Brettas

Profa. Dra. Francisca Ferreira Michelon

Prof. Dr. Vitor Hugo Borba M

Profa. Dra. Luciane Prado Kantorski

Prof. Dr. Volmar Geraldo da

Profa. Dra. Vera Lucia Bobrowsky

Prof. Dr. William Silva Barro

Diretor da Editora e Gráfica Universitária: Carlos Gilberto Costa da Silva

Gerência Operacional: João Henrique Bordin

Capa: Gilnei da Paz Tavares

Imagem da capa: Cesta de material. Disponível em <http://esquemaseideias.blogspot.com/2009/07/costura.html>, acesso em nov. 2009.

Editoração: Flávia Garcia Guidotti

Impresso no Brasil

ISBN: 978-85-719-2806-0

Tiragem: 300 exemplares



EDITORIA E GRÁFICA UNIVERSITÁRIA

R Lobo da Costa, 447 – Pelotas, RS – CEP 96010-150

Fone/fax: (53) 3227 8411

e-mail: gráfica.ufpel@gmail.com

Dados de Catalogação na Publicação (CIP) Internacional

Ubirajara Buddin Cruz – CRB 10/901

Biblioteca Setorial de Ciência & Tecnologia - UFPel

S586t Silva, Márcia Alves

Trabalho de mulher?!, alinhavando, bordando e costurando trajetórias de artesãs / Márcia Alves da Silva. - Pelotas: Universidade Federal de Pelotas. Ed. Universitária, 2012.

176 p.

ISBN 978-85-719-2806-0

1.Gênero. 2.Artesanato. 3.Trabalho feminino.

4.Divisão sexual do trabalho. 5.Teoría feminista. I.Título.

CDD:331.4817455

Dedico este livro à memória do professor e amigo Dr. José Fernando Kieling, que partiu desse mundo recentemente e deixou lembranças e saudades profundas, não somente em mim e na minha família, mas em muitas outras pessoas e/ou grupos.

Que sua grande paixão pela educação e sua luta pela emancipação dos grupos mais fragilizados, que ele soube como poucos valorizar através da humildade e do respeito aos saberes populares, continue servindo de inspiração e de exemplo para educadores e educadoras!

SUMÁRIO



PUXANDO O FIO DA MEADA como apresentação	9
---	---



1. ESTENDENDO O PANO da investigação	15
---	----

"Ninguém escolhe seu tema de pesquisa, é escolhido por ele": aspectos teórico-metodológicos.....	17
---	----

'Recortando' os lugares da pesquisa: o processo de aproximação com as mulheres cooperadas.....	38
---	----

'Alinhavando' o grupo: as mulheres participantes da pesquisa.....	45
---	----

'Compondo' a trajetória da investigação	54
---	----



2. DES-ENREDANDO a família: as vivências familiares	59
--	----

'Desfiando' as lembranças da infância	63
---	----

Maternidade infantil	69
----------------------------	----

'Mulheres de família': as madresposas.....	73
--	----



3. DESATANDO OS NÓS das experiências escolares e de trabalho 81

'Enrolando' trabalho e educação	82
Trajetórias de escolarização e trabalho das artesãs	87
'Ziguezagueando': as mulheres como trabalhadoras no espaço público	99



4. COSTURANDO outra perspectiva: dialogando com o cooperativismo e o feminismo ... 125

Tecendo o cooperativismo enquanto proposta de trabalho na lógica emancipatória	127
'Bordando' outra ciência: a contribuição da teoria feminista.....	138
Gênero ou patriarcado?	142
O darwinismo feminista.....	149



ARREMATANDO as considerações finais..... 163



AVIAMENTOS UTILIZADOS

Referências	171
Referências das figuras utilizadas nas aberturas dos capítulos.....	175



PUXANDO O FIO DA MEADA *como apresentação*

Produzi a tese que originou esse livro com o propósito de realizar uma reflexão sobre as potencialidades educativas do processo de trabalho cooperativo com mulheres e os elementos imbricados nessa relação. Para além do trabalho cooperativo, minha proposta foi abordar as trajetórias de vida de algumas mulheres artesãs, abarcando, especialmente, suas vivências no mundo do trabalho.

Essa iniciativa partiu de minha aproximação com experiências produtivas na área da economia solidária, a partir do trabalho que durante o Curso de Doutorado em Educação na Unisinos desenvolvi em uma Incubadora Universitária que faz parte da Rede de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP's) denominada INTECOOP/Pelotas, que atua na cidade de Pelotas, no estado do Rio Grande do Sul. Entre os anos de 2008 e 2009 acompanhei uma cooperativa popular de artesanato da cidade denominada Cooperativa Regional do Sul (COOPRESUL).

Essa investigação materializou meu desejo de realizar uma pesquisa científica com mulheres que participam dessa cooperativa específica, partindo da trajetória com esse grupo e com a temática proposta. Com isso, afirmo a necessidade de uma aproximação, tanto teórica quanto prática, com o grupo já identificado, sem abrir mão de observá-lo no contexto histórico-social contemporâneo, abarcando aspectos da relação educação e trabalho, incluindo o cooperativismo

na lógica da economia solidária. E, ainda, a necessidade de incorporação das contribuições da temática sobre gênero, já que a cooperativa é composta basicamente por mulheres e penso que essa característica não pode nem deve ser menosprezada.

Já faz algum tempo que tenho transitado academicamente pela temática da relação educação e trabalho, basicamente desde que realizei o curso de Especialização em Educação (abarcando um estudo teórico sobre educação e neoliberalismo), passando pelo Mestrado em Educação (referente a um projeto de ensino com adultos trabalhadores) e mais recentemente no Doutorado. Penso que, como socióloga, minha aproximação e posterior inclusão profissional na área educacional se deram, em grande parte, em função do interesse por essa temática específica.

No entanto, com o passar do tempo e conforme foi me apropriando de elementos teóricos e práticos que constituem essa relação, a temática sobre gênero foi se impondo, a partir de novas problemáticas que surgiram. Na realidade, nem tão "novas" assim, mas que apenas com o tempo consegui "enxergá-las" e perceber a sua importância. Penso que se trata mesmo de um percurso que é composto por toda uma trajetória de vida, que envolve tanto aspectos acadêmicos, profissionais, pessoais, familiares, afetivos, etc. Sendo assim, a temática de gênero nesse estudo sobre educação e trabalho passou a ter mais importância nesse processo investigativo do que em outros momentos anteriores.

Pensar o mundo do trabalho nada mais é do que pensar em homens e/ou mulheres trabalhadores(as). E digo isso baseada não apenas na produção feminista academicamente disponível, mas também pensando em minha própria trajetória como mulher, mãe, filha, esposa, amiga, professora, estudante, enfim, em todos os papéis sociais que exercei e/ou exerci no cotidiano, e o quanto esses papéis estão imbricados entre si.

Sendo assim, creio que refletir sobre a relação educação e trabalho inclui a necessidade da incorporação da constituição dos papéis de gênero e como essa constituição se relaciona com questões relativas ao mundo do trabalho e da educação, seja ela formal, não-

formal¹ ou informal, pois creio que os complexos processos das práticas formativas se dão e são percebidos pelos atores sociais mediados por papéis sexualmente constituídos, mas não de forma puramente biológica, mas sim socialmente construídos.

Portanto, para alcançar o objetivo dessa obra estabeleço uma aproximação com algumas temáticas que precisam ser problematizadas historicamente, na procura por uma compreensão do contexto socioeconômico que envolve essa experiência, isto é, não concebo abordar uma experiência produtiva, seja ela qual for, sem compreender como se estruturou o que chamamos comumente de "trabalho" e muitas vezes sem perceber que o trabalho pode tomar muitas dimensões e ser compreendido de muitas maneiras diferentes.

A partir dessas considerações iniciais apresentadas nessa primeira parte com o intuito de 'puxar o fio da meada', onde abordei sucintamente um pouco da minha trajetória e das intenções da investigação, parto para a apresentação da estrutura geral dos capítulos que compõem essa obra. Saliento que nos títulos dos capítulos usei expressões que remetem à confecção de uma costura, abordando as principais etapas que a constituem. Isso se deve a relação que estabeleço entre um trabalho de costura e bordado (como o artesanato apresentado na capa desse livro, por exemplo) e a elaboração de um trabalho acadêmico como esse, no qual fazem parte também vários elementos que se sobrepõe em sua composição, assim como na execução de um trabalho artesanal.

Já no primeiro capítulo denominado 'Estendendo o pano', procuro apresentar o processo de construção da proposta investigativa mais propriamente dita. Para isso, inicio problematizando a ciência moderna, propondo a inclusão dos saberes populares e o estabelecimento de um diálogo entre ambos, partindo de perspectivas

¹ Sobre educação não-formal, vale à pena salientar o nome de Maria da Glória Gohn, por se tratar de uma pesquisadora que desenvolve estudos na tentativa de contribuir na caracterização do conceito que se constitui, como ela mesma afirma, numa 'área de conhecimento ainda em construção'. Em artigo denominado 'Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas', publicado em 2006 na revista *Ensaio: avaliação e políticas públicas em Educação*, a autora diferencia educação não-formal de educação formal e informal, caracterizando detalhadamente os três conceitos.

metodológicas inspiradas em aspectos advindos da pesquisa participante e da pesquisa-formação. Tendo esses elementos como parâmetros balizadores fundamentais da proposta investigativa, formulo as questões iniciais da pesquisa, aliando a essa perspectiva métodos e técnicas adequadas a essas intenções.

Dessa forma, busco uma aproximação com o grupo a ser investigado, apresentando o 'lugar' da investigação. Feito isso, apresento o grupo de mulheres que participaram da pesquisa realizada delimitando o universo investigativo. Concluo esse capítulo apresentando a trajetória que foi desenvolvida nesse percurso, que será apresentado em pormenores nos capítulos a seguir.

No segundo capítulo, que denominei '*Des-enredando a família*', começo a apresentar e a discutir as trajetórias das artesãs, à luz do referencial advindo da teoria feminista. A ideia é estabelecer um diálogo entre o referencial que discute o universo feminino com as próprias vivências que emergiram no exercício da pesquisa. Nessa parte são analisados aspectos referentes às vivências familiares das artesãs, especialmente os relacionados ao período da infância e ao papel de 'madresposa' exercidos pelas mulheres em geral, e as artesãs em particular. O objetivo dessa parte é conhecer como a categoria 'madresposa' se materializa nas trajetórias das mulheres que participaram da investigação.

O terceiro capítulo denominado '*Desatando os nós*' busca problematizar o mundo do trabalho e da educação. O objetivo é, além de buscar uma aproximação com as trajetórias de trabalho e educação das artesãs, compreender as concepções hegemônicas de desenvolvimento econômico e social e como elas foram implementadas no Brasil, dando ênfase ao processo de industrialização e urbanização. Dessa forma, identifico como esse processo influenciou e continua influenciando a construção das identidades de gênero.

O quarto capítulo '*Costurando*' é onde procuro desenvolver as concepções teóricas as quais me filio, constituindo, assim, minha "bagagem" nessa trajetória. Nesse capítulo desenvolvo a temática do cooperativismo e da economia solidária, atrelando essa discussão à relação educação e trabalho, na defesa de uma outra educação e de um outro trabalho, na perspectiva emancipatória de grupos excluídos socialmente e economicamente. Aliada a essa discussão, trago a

contribuição da teoria feminista, por propor outra leitura da realidade social, a partir da constituição de uma ciência que busca superar o modelo de ciência tradicional e hegemônica pois, segundo suas críticas, alijou da construção científica questões relativas ao mundo das mulheres e também dos homens que não contemplavam o modelo androcêntrico.

Dessa forma, abordo aspectos relativos ao conceito de patriarcado, por compreender que esse é fundamental para a constituição das identidades de gênero, formando um alicerce social onde as demais representações se constituem, demonstrando seu vínculo com o trabalho na perspectiva do capital e os limites que, em função desse atrelamento, tal conceito denota tornando-o, assim, potencialmente limitador de uma perspectiva emancipadora. Saliento a importância de se relacionar o conceito de patriarcado com o de gênero, percebendo suas potencialidades e suas lacunas, haja vista que parece que o conceito de gênero tem suplantado o uso de patriarcado, como se esse não se referisse ao atual contexto. No entanto, penso que essa idéia seja um tanto preliminar, já que se trata de conceitos que não possuem o mesmo significado.

Ainda nessa parte, apresento uma leitura feminista da teoria evolucionista. Teoria que, historicamente, constituiu o alicerce social para o desenvolvimento do patriarcado, a partir da constituição da teoria do instinto materno e de toda uma concepção de maternidade que se tornou hegemônica. O darwinismo passou (e tem passado!) por reformulações que apontam para novas contribuições para o campo feminista.

E por fim, em 'Arrematando', desenvolvo as considerações finais do texto. A ideia é realizar os arremates da escrita, ressaltando alguns pontos essenciais da investigação, estabelecendo uma reflexão sobre a experiência de pesquisa realizada e finalizando, dessa forma, o presente trabalho.

Dito isso, após termos puxado o fio da meada, podemos passar ao primeiro capítulo onde procuro estender o pano. Boa leitura!



1. ESTENDENDO O PANO da investigação

Neste capítulo inicial, abordo questões metodológicas relativas ao processo de investigação empreendido. Trata-se de 'estender o pano' escolhendo, entre os aviamentos, as agulhas e linhas mais apropriadas ao trabalho, pensando-se tanto em aspectos estéticos (escolha das cores, desenho, etc.) quanto em elementos vinculados à qualidade da produção, como durabilidade e conforto (tipo de fio ou linha, tipo de agulha, textura do tecido, etc.). Após, passa-se à confecção propriamente dita, dando contorno e acabamento, constituindo assim o trabalho, sempre com o cuidado de 'firmar bem o ponto', sem afrouxá-lo, mas também sem apertar demais...

Inicialmente, traço um pequeno histórico do desenvolvimento da ciência moderna, baseada em uma concepção que via na objetividade e neutralidade entre sujeito e objeto de pesquisa como um de seus principais pressupostos. Dando continuidade à discussão, contextualizo o surgimento da pesquisa-ação, como uma alternativa metodológica que se contrapõe ao modelo tradicional de pesquisa acadêmica. Trata-se de uma metodologia que encara a relação entre sujeito/objeto e teoria/prática negando a neutralidade científica e admitindo as opções políticas dos(as) envolvidos(as). Visto isso, chego à pesquisa participante, trazendo aspectos de seu surgimento e de suas caracterizações, assumindo a importância de seu uso nessa investigação. Trata-se do momento das "escolhas metodológicas" da

pesquisa, que não são alheias às minhas próprias concepções de mundo e de ciência. É nesse contexto que procuro construir as questões de pesquisa.

Essa pesquisa se propôs a basear-se em preceitos advindos da pesquisa participante, mas não de forma única e isolada, mas sim em conjunto com outras contribuições teóricas, como a da pesquisa-formação. Alguns conceitos trabalhados pela pesquisadora Marie-Christine Josso contribuíram nessa pesquisa, enquanto processo de formação, tanto das mulheres cooperadas envolvidas na investigação quanto de mim mesma, enquanto pesquisadora. Trata-se de se perceber a pesquisa enquanto um momento rico de aprendizagens para todas as envolvidas.

A ideia de perceber o processo de investigação como um "caminhar para si", enquanto conceito desenvolvido por Josso que demonstra o processo inconcluso da investigação, nos remete à nossa própria trajetória de vida neste mundo, envolvendo vários aspectos que foram historicamente apartados do processo investigativo, mas que se encontram nas nossas vidas e nas nossas escolhas, como emoção, relacionamentos, afetividades, trajetórias vividas, etc. Trata de se perceber o processo investigativo como parte de toda uma trajetória de vida das pessoas envolvidas (incluindo aí a pesquisadora), acrescida do fato do exercício de pesquisa nessa perspectiva poder se constituir em uma oportunidade para se refletir sobre sua trajetória, na perspectiva de se projetar o futuro, tanto do grupo como individualmente.

Dessa forma, é delineada a caminhada metodológica nessa investigação, acrescentando autores e concepções que podem contribuir nessa trajetória, compondo a 'costura'.

Com base na imagem escolhida para a capa dessa obra que representa a trajetória da investigação e o grupo a ser investigado, a bagagem é amarrada no veículo, a fim de se começar o percurso.

Na sequência do capítulo, são apresentados elementos que se referem mais diretamente ao grupo a ser investigado. Relato minha trajetória no grupo, partindo das primeiras aproximações. Trata-se de sistematizar o olhar sobre como o grupo se constitui e minha intervenção nele. Procuro aproximar o(a) leitor(a) ao máximo do contexto encontrado, incluindo aí a própria estruturação do espaço físico da

cooperativa, como "lugar"² da investigação. Apresento, ainda, o grupo de mulheres que participaram dessa investigação, procurando caracterizá-lo.

Concluo esse capítulo apresentando os objetivos que foram perseguidos, a problemática construída e a trajetória que foi desenvolvida nesse percurso.

"Ninguém escolhe seu tema de pesquisa, é escolhido por ele"³: aspectos teórico-metodológicos

Podemos afirmar que, nos quase três séculos que vão desde os finais de 1600 até meados de 1800, constituíram-se as bases da ciência moderna, na compreensão da relação entre o sujeito que conhece e a objetividade a ser conhecida, com a constituição da primazia da razão nessa relação. A razão não encontrava sua validade em Deus, mas no respeito a regras e métodos precisos, que encontrará na ciência, particularmente na matemática, o fundamento a ser aplicado a todos os campos do saber (MIRANDA; RESENDE, 2006).

A conformação da ciência como o único conhecimento possível, e de seu método como o único válido, implicaria que a busca pelas causas ou princípios que não fossem acessíveis a esse método não daria origem ao ato de conhecer. Isso significaria admitir que qualquer conhecimento que não recorresse a tal método também não teria valor nem veracidade. O método da ciência devia ser estendido a todos os campos do pensamento, e a vida humana deveria ser por ele guiada. Esse modelo teórico negou a racionalidade a todas as formas de conhecimento que não se pautassem pelos seus princípios e pelas suas regras metodológicas.

Assim, a possibilidade do conhecimento, o modo de conhecer, seu valor e finalidade deslocaram-se para a afirmatividade da forma, ou seja: a verdade havia de ser garantida mais pela forma como era

² Aqui utilizo o termo lugar, a partir da compreensão de espaço de Milton Santos. No decorrer do capítulo esse conceito aparecerá de forma mais clara.

³ Frase de Heleith Saffioti, do livro "Gênero, patriarcado e violência", p. 43.

obtida, pelos procedimentos e instrumentos, do que pelo conteúdo que pudesse revelar. A discussão epistemológica migrou para a afirmatividade de regras e métodos de bem conhecer, e a empiria constituiu-se como expressão exclusiva do real. (MIRANDA; RESENDE, 2006, p. 512)

Nessa perspectiva, o método da ciência constituiu-se descritivo, no sentido de que os fatos e as suas relações constantes foram compreendidos pelas leis que os constituíam. O conhecimento científico avançou pela observação rigorosa e sistemática dos fenômenos naturais e também sociais. Assim, conhecer passou a significar quantificar. O rigor científico é conseguido pelo rigor das medições. O que não é quantificável foi considerado cientificamente irrelevante. A articulação desse sistema foi alcançada no século XVII por René Descartes, constituindo-se, dessa forma, o sistema cartesiano⁴.

A formulação do pensamento positivista foi um momento importante na elaboração das ciências humanas e sociais. Assentou-se no suposto da ruptura entre o sujeito e o objeto, possibilitando a apropriação dos modelos e métodos das ciências naturais como critério da racionalidade científica. A verdade do objeto estava assegurada pela possibilidade de repetição e experimentação. Tanto mais verdadeiro seria o conhecimento quanto mais fiel fossem a descrição e representação do objeto, de maneira que qualquer sujeito poderia comprovar a sua verdade (única), desde que garantidos os mesmos procedimentos e métodos. Afastando qualquer possibilidade de interferência do sujeito, a pesquisa não se comprometeu para além da representação desse mesmo objeto. E, como exigência de validade, confirmava ao mesmo tempo uma realidade que podia ser explicada, quantificada, comprovada, prevista e, por conseguinte, controlada.

Dessa forma, desenvolveu-se uma concepção de conhecimento como sendo objetivo e neutro. No entanto, a produção científica da sociedade não se dá de forma neutra. Essa visão de mundo vai se constituir em um dos alicerces de ascensão da burguesia, pós Revolução Francesa e Industrial. No plano social, é esse o horizonte mais

⁴ Na introdução da obra 'Gênero, corpo, conhecimento' (1997), Alison Jaggar e Susan Bordo abordam as principais características do modelo cartesiano de ciência, apresentando a epistemologia feminista como se constituindo em clara contraposição a esse modelo.

adequado aos interesses da burguesia ascendente que via na sociedade que começava a dominar o estágio final da humanidade. Sendo assim, o modelo hegemônico de ciência esteve a serviço dos interesses de uma pequena parcela da sociedade, com interesses econômicos específicos de acumulação nos moldes da produção capitalista.

Entretanto, diante dos desafios que se colocavam no mundo que se revolucionava, nos séculos XIX e XX vertentes nas ciências humanas e sociais buscaram libertar-se da influência do modelo de pesquisa das ciências naturais. Procurando romper com o perfil explicativo das abordagens positivistas e funcionalistas, pesquisadores sociais voltaram-se para uma abordagem investigativa de caráter mais compreensivo e menos explicativo. Nessa perspectiva, tratava-se de assumir a unidade da relação entre sujeito e objeto, onde a investigação passa a aceitar o desafio de um objeto que não se revela apenas pela descrição de sua manifestação, mas pela apreensão e compreensão da diversidade de seus elementos e processos constitutivos.

Isso passa pela admissão de um objeto que não se revela na sua aparência imediata, mas que carrega na sua expressão presente a sua história, que se transforma e que é composta de razão, mas também de emoção, sentimento, desejo, significados e que, como construção histórica, não é inerte, mas uma realidade em movimento. Nesse sentido, podemos afirmar que o objeto constitui uma totalidade que conecta esses elementos. Seja o objeto uma pessoa, uma sociedade, um grupo, uma classe, uma instituição, enfim, ele se refere a seres humanos na intricada realidade individual, coletiva, histórica e social.

Dessa forma, a teoria e a prática constituem-se reciprocamente, porque a objetividade histórica é, antes de tudo, produto de relações humanas. O objeto é sempre o resultado de relações entre os sujeitos, e compreendê-lo é apreender os sentidos e significados humanos das práticas sociais que se cristalizam, sendo o desvendamento da realidade uma práxis que se revela e se compromete com a realidade social.

Esse debate ainda se faz necessário no presente, e deve ser retomado nos projetos de investigação que, tendo como premissa a crítica ao modelo que constituiu a ciência moderna, apresentam propostas de intervenção no campo social. E uma das perspectivas que

pode ser percebida nessa direção é aquela denominada pesquisa-ação, que se constituiu a partir da primeira metade do século XX.

A trajetória da pesquisa-ação é descrita por diversos autores, principalmente a partir da década de 40 do século passado. Numa perspectiva bem abrangente e sem a pretensão de realizar nenhum levantamento exaustivo sobre os diversos conceitos que a pesquisa-ação tem assumido, de acordo com Miranda e Resende (2006), é possível situá-la em dois grandes períodos, que são:

[...] o primeiro, mais norte-americano, a partir da emergência do termo cunhado por Kurt Lewin nos anos anteriores à Segunda Guerra Mundial, indo até os anos de 1960; o segundo, mais europeu, australiano e canadense, do final dos anos de 1960 até os dias atuais. Trata-se, na verdade, de um grande mosaico de concepções de pesquisa-ação, cuja abordagem qualitativa nas ciências sociais terá seu conceito, justificativa e explicitação metodológica constituídos a partir de distintas vinculações teórico-metodológicas. (MIRANDA; RESENDE, 2006, p. 514).

Em princípio, as concepções da pesquisa-ação constituem-se como crítica ao positivismo e como abordagens compreensivas, uma vez que reconhecem que a realidade não é algo que possa se conhecer simplesmente, mas que se compõem de subjetividades, sustentada por meio de representações sociais.

Embora se reconheça as distinções entre as diversas abordagens, são muitas as aproximações e elas são essenciais para a compreensão do que tem sido formulado como pesquisa-ação. Podemos iniciar afirmando que os autores são bastante incisivos na crítica ao positivismo nas ciências sociais, aos limites de sua noção metodológica de pesquisa, de objetividade e de racionalidade. Também vinculam as investigações à ideia de *mudança social*, de transformação dos sujeitos e sua realidade. Dessa forma, a pesquisa passa a ter uma relação intrínseca e muito próxima à realidade, dando-se um grande valor ao campo da prática e da ação social, ressaltando-se as experiências dos sujeitos.

Assim, a pesquisa-ação se torna mais do que uma abordagem metodológica, se refere a um posicionamento crítico diante de questões epistemológicas fundamentais, como a relação entre sujeito/objeto e teoria/prática. Essa perspectiva metodológica vai

permitir que novas tendências se desenvolvam, levando em consideração os diversos contextos aos quais as pesquisas se vinculam. Esses contextos vão abrir caminho para novas formulações, preocupadas em adequar os preceitos da pesquisa-ação à problemática social dos mais diversos grupos, povos e/ou nacionalidades.

O contexto latino-americano também foi palco dessas novas abordagens metodológicas. Diversos pesquisadores se preocuparam em formular metodologias que possibilissem a superação de problemas sociais típicos das sociedades latinas. É nesse panorama que se desenvolveram os preceitos da chamada pesquisa participante.

Portanto, podemos identificar as origens da pesquisa participante na década de 1960, em grande parte a partir de transformações das bases das sociedades agrárias latino-americanas, que permitiu um certo grau de articulação dos assalariados do campo e de visibilidade social para suas demandas. É o momento, por exemplo, das Ligas Camponesas na região nordeste do Brasil. Sua estratégia consistia em participar do processo de formação de consciência crítica dos camponeses visando sua inserção em processos políticos de mudança social.

O primeiro pesquisador a quem se pode vincular à pesquisa participante é Paulo Freire. Seu método de alfabetização, a partir da leitura pelo alfabetizando de seu próprio contexto sócio-histórico, rompe com a tradição pedagógica da alfabetização de adultos através de cartilhas com palavras alheias ao universo simbólico dos sujeitos. Os conceitos de palavras geradoras e temas geradores decorreram de um compromisso com a tomada de consciência dos sujeitos a respeito de seu próprio contexto de vida, pois num primeiro momento se dá o reconhecimento e compilação dos conceitos e temas do cotidiano da comunidade para, em seguida, ocorrer sua decodificação conjunta através de um esforço coletivo para decompor e analisar esses temas e conceitos e evidenciar os processos e relações que eles representam. Dessa forma, a apreensão desses elementos deveria permitir também o conhecimento das possibilidades reais e concretas de encontrar caminhos de solução. Sendo assim, a metodologia freireana estabeleceu um paradigma para outros pesquisadores que vieram a contribuir no desenvolvimento metodológico da pesquisa participante.

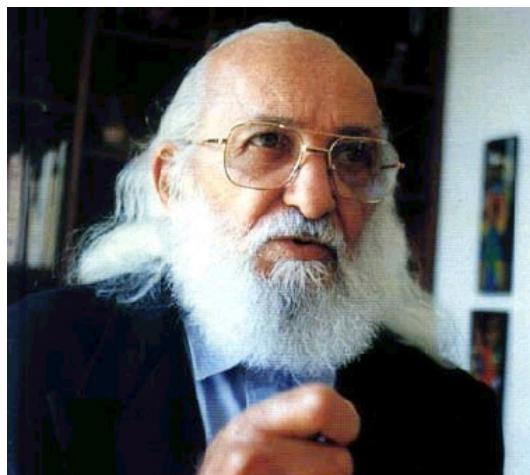


Figura 1: Paulo Freire. Imagem capturada em nov.2009 no endereço <http://oglobo.globo.com/educacao/mat/2007/05/02/295589785.asp>

Portanto, abordar a contribuição da teoria de Paulo Freire na metodologia da pesquisa participante implica em refletir acerca da relação que se estabelece entre o sujeito e o objeto da pesquisa, superando a noção do sujeito que pesquisa atuando sobre os sujeitos que são pesquisados, de modo unilateral e vertical. Podemos notar que o significado de 'sobre' indica uma posição de privilégio. Desse modo, podemos afirmar uma falsa superioridade do pesquisador que, atuando acima dos pesquisados, revela uma posição de subalternidade desses últimos ao primeiro, prestando-se assim, mais às relações de dominação do que à prática do conhecimento. Trata-se de pensar as interações entre o sujeito pesquisador com os sujeitos pesquisados em outra perspectiva e na horizontalidade dessa relação. Ambos são diferentes porque vêm de lugares sociais diversos; possuem saberes distintos e viveram experiências desiguais, porém, isso não significa que o sujeito pesquisador seja melhor ou superior ao sujeito pesquisado. Assim como o primeiro ensina e aprende com aquele que está na condição de pesquisado, esse último também ensina e aprende com outro, que está na condição de pesquisador. Nos procedimentos de coleta de dados de quem pesquisa, os sujeitos pesquisados não podem ser reduzidos à condição de meros objetos. Por isso devemos rever o significado do termo 'objetos', pois mais do que um processo vertical de obtenção de

informação, a relação do sujeito pesquisador com o sujeito pesquisado é um ato educativo. Nas palavras de Freire, a pesquisa

[...] como ato de conhecimento, tem como sujeitos cognoscentes, de um lado, os pesquisadores profissionais; de outro, os grupos populares e, como objeto a ser desvelado, a realidade concreta. Quanto mais, em tal forma de conceber e praticar a pesquisa, os grupos populares vão aprofundando como sujeitos, o ato de conhecimento de si em suas relações com a sua realidade, tanto mais vão podendo superar ou vão superando o conhecimento anterior em seus aspectos mais ingênuos. Deste modo, fazendo pesquisa, educo e estou me educando com os grupos populares. Voltando à área para pôr em prática os resultados da pesquisa não estou somente educando ou sendo educado: estou pesquisando outra vez. No sentido aqui descrito pesquisar e educar se identifica em um permanente e dinâmico movimento. (1983, p.36).

Pela palavra e pela atividade de rememoração o sujeito da pesquisa não apenas revela a sua opinião, mas encontra a oportunidade de indagar-se sobre o que lhe é perguntado. As questões de pesquisa passam a ser perguntas para que o sujeito possa pensar, lembrar, relacionar fatos e conscientizar-se, mesmo que essa tomada de consciência seja algo provisório e que seja questionado mais adiante. Dessa forma, a realização de uma entrevista é mais do que um momento de coleta de dados, é um momento de reflexão e como toda situação de reflexão é um contexto de construção da consciência política dos sujeitos envolvidos. Sabemos que, desse modo, a metodologia da pesquisa participante, ao estabelecer relações face a face de quem pesquisa com o pesquisado(a), permite vínculos de reflexão entre as partes envolvidas porque estão todos(as) em diálogo. Por isso que fazer pesquisa educa e é partindo dessa compreensão que o método de entrevistas foi utilizado com as mulheres pesquisadas. Mas afirmo que, para além da utilização de determinados métodos específicos de coleta de dados, essa investigação se baseia em preceitos advindos da pesquisa participante por entender que a relação entre pesquisadora e cooperadas se dá de forma muito mais intensa e comprometida do que o paradigma científico sugere.

Portanto, nessa perspectiva metodológica, o processo de investigação não trata simplesmente de descrever os elementos que compõem o objeto da pesquisa, mas de apreendê-los historicamente em seus processos, numa totalidade que não se reduz a uma descrição

de sua composição, mas se refere a um todo significativo que apreende o objeto como expressão de sujeitos humanos em determinadas condições históricas. Por isso, talvez seja adequado termos cautela na utilização do termo 'objeto', compreendendo que ele está carregado de significação que o coloca em situação de inércia e neutralidade.

Enfim, nessa concepção de pesquisa nasce a possibilidade de respeito e diálogo entre diferentes perfis de conhecimento. Aqui, saber científico e saber popular não se sobrepõem um ao outro, mas complementam-se nas suas especificidades. Perceber isso é condição fundamental para se compreender a pesquisa como ato educativo.

Fora da vertente educativa, a linha sociológica da pesquisa participante foi inaugurada pelo colombiano Orlando Fals Borda⁵. Sua postura, na década de 1970, era de um compromisso com as lutas populares contra o imperialismo e o neocolonialismo, chegando a criticar duramente as propostas de inserção em comunidades de pesquisadores que fossem deformados por suas fontes de financiamento, pela vontade de estabelecer uma "linha correta" de pensamento ou pelo reformismo/desenvolvimentismo que buscasse fórmulas de prevenção de insurreições populares. Formulou uma divisão entre ciência dominante e ciência popular, sendo essa última "o conhecimento empírico, ou fundado no senso comum, que tem sido uma característica ancestral, cultural e ideológica dos que se acham na base da sociedade". É com esse autor que tem início, de forma mais incisiva, a postura de devolução do conhecimento aos grupos que lhe deram origem, segundo o qual, tanto os saberes locais quanto as informações obtidas através de macro-análises devem ser organizados e devolvidos para análise coletiva aos grupos com quem se realiza a pesquisa, utilizando-se uma linguagem simples para isso. Esta postura pretende integrar os setores populares à determinação do conteúdo da

⁵ Ao longo de sua trajetória o sociólogo colombiano Orlando Fals Borda constituiu-se num dos representantes mais destacados da metodologia de pesquisa participante. Sua obra foi marcada por temas relacionados à esquerda e a segmentos sociais populares (especialmente camponeses e operariado), desenvolvendo teorias relacionadas à educação popular e a investigação participativa. Em 1959 fundou a primeira Faculdade de Sociologia da América Latina na Universidade Nacional da Colômbia. Em julho de 2008 publicou a reedição de sua obra 'La subversión en Colombia'. Era considerado o mais importante sociólogo de seu país. Nasceu em Barranquilla em 1925 e faleceu em agosto de 2008 em Bogotá, aos 83 anos.

pesquisa e transformá-los em atores do processo de investigação, postura que marcará profundamente as elaborações posteriores em pesquisa participante. Assim, com a contribuição da trajetória desses dois grandes pesquisadores, estavam lançadas definitivamente, as bases nas quais se assentaram os pressupostos da pesquisa participante.

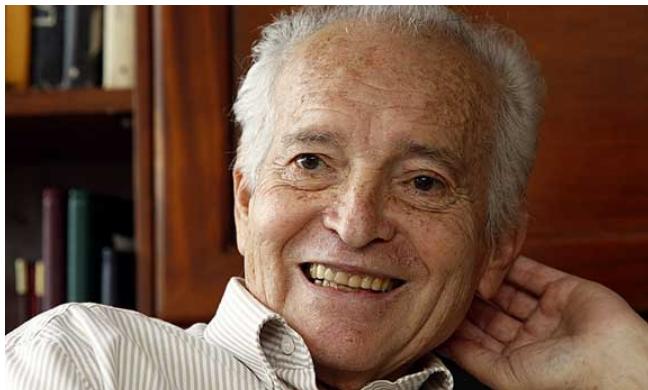


Figura 2: Orlando Fals Borda. Imagem capturada em fev.2010 no endereço <http://oglobo.globo.com/educacao/mat/2007/05/02/295589785.asp>

Como podemos perceber, em sua matriz metodológica, a pesquisa participante é marcada por algumas características específicas que lhe constituem, como o compromisso - que diz respeito ao comprometimento do cientista com a causa popular dentro das contribuições que possa oferecer em sua própria disciplina - e ainda, o anti-dogmatismo, no qual o conhecimento produzido no processo da pesquisa participante não deve se prender a esquemas intelectuais herdados de tradições colonialistas, que levam a copiar teses e imitar autores de países dominantes sem levar em conta o contexto cultural.

Sendo assim, esse conjunto de elementos apontados implica numa ciência que pretende levar à realização das tarefas científicas mesmo nas condições mais adversas, utilizando recursos locais e fazendo com que o pesquisador abandone sua tradicional arrogância de intelectual rompendo, assim, com relações hierárquicas verticais entre pesquisadores e pesquisados, e incorporando pessoas das bases sociais como sujeitos atuantes na pesquisa.

É nessa perspectiva que se encontram as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares. A primeira Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares surgiu na Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1996. Atualmente existem cerca de trinta ITCP's organizadas em duas Redes diferentes: a Rede Unitrabalho (Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho) e a Rede de ITCP's. A INTECOOP (Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares) da cidade de Pelotas foi criada em 1999, inicialmente como um projeto interdisciplinar de extensão e pesquisa universitária da UCPel, a partir da iniciativa de seus professores em torno da discussão do trabalho e do desenvolvimento local. Como vimos anteriormente, hoje a experiência já inclui educadores e educandos de outras instituições, como da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e do Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET).

Esse é o desafio que a Intecoop/Pelotas assume, em sua proposta de estabelecer uma relação entre as demandas populares (representadas pelos grupos cooperados que a Incubadora acompanha) e o universo acadêmico (representado por docentes e discentes das mais diversas áreas do conhecimento).

Essa pesquisa encarou o desafio de estabelecer um diálogo entre esses dois contextos, pois essa relação pode contribuir tanto para a cooperativa em questão (pois a pesquisa pode se constituir em uma ferramenta para superar desafios do trabalho cooperativo) como para a área educacional, especialmente no que se refere à educação popular, como uma experiência que pode proporcionar várias reflexões sobre a economia solidária como espaço educativo, tendo no trabalho um processo de geração de saberes e, mais ainda, como uma possibilidade de emancipação do grupo, baseada num processo de compreensão de vínculos e relações mais amplas que, sem a academia, talvez não fosse possível.

Entendo que esse deva ser um dos grandes objetivos da pesquisa acadêmica em geral: colocar a pesquisa comprometidamente a serviço de causas de grupos que compõem a sociedade, visando uma melhor qualidade de vida às pessoas. Digo qualidade de vida não apenas me referindo às questões estritamente econômicas, mas a todos os aspectos que envolvem a vida humana e social. Sem esse vínculo, a academia se torna 'refém' de suas próprias produções, isolando-se ao

redor de si mesma, o que acaba contribuindo (talvez de forma nada inocente!) a manutenção de estruturas sociais hierárquicas e desiguais.

Nessa perspectiva e partindo desse objetivo, nessa investigação procurei aliar a contribuição teórico-metodológica advinda da pesquisa-formação. Alguns conceitos trabalhados por Marie-Christine Joso puderam auxiliar na pesquisa, percebendo-a enquanto processo de formação, tanto da pesquisadora quanto do grupo pesquisado. Trata-se de se perceber a investigação enquanto um momento rico de aprendizagens para todas as envolvidas. Dessa forma, alguns preceitos da pesquisa-formação de Joso contribuíram para aprimorar a pesquisa participante. A proposta de se perceber o processo de investigação como um 'caminhar para si' denota o processo inconcluso da investigação, ao mesmo tempo em que nos remete a nossa própria trajetória de vida neste mundo, envolvendo vários aspectos que foram historicamente apartados do processo investigativo, mas que se encontram nas nossas vidas e nas nossas escolhas, como emoções, relacionamentos, afetividades, trajetórias vividas, dificuldades enfrentadas, etc.



Figura 3: Marie-Christine Joso em visita à Pelotas. [Da direita para a esquerda – Márcia Alves, Marie-Christine Joso, Edla Eggert e Manoel Fernando Reis]. Essa fotografia foi tirada pela profa. da UFPel Lúcia Peres no verão de 2009, numa manhã de domingo, na praia do Laranjal, em Pelotas/RS, durante a vinda de Joso ao Brasil. (arquivo pessoal da autora).

Trata-se de perceber o processo investigativo como parte de toda uma trajetória de vida de todos os envolvidos, acrescida do fato do processo de pesquisa nessa perspectiva poder se constituir em uma oportunidade para se refletir sobre sua trajetória, na perspectiva de se projetar o futuro, tanto do grupo como individualmente. Sobre o conceito 'caminhar para si', Joso afirma que:

O processo do caminhar para si apresenta-se, assim, como um projeto a ser construído no decorrer de uma vida, cuja atualização consciente passa, em primeiro lugar, pelo projeto de conhecimento daquilo que somos, pensamos, fazemos, valorizamos e desejamos na nossa relação conosco, com os outros e com o ambiente humano e natural. (JOSSO, 2004, p.59)

A proposta do processo de conhecer a si mesmo não significa apenas compreender como nos formamos e a influência de nossas experiências em nossa vida mas, para além disso, reconhecer a si próprios como sujeitos sociais, permitindo encarar seus objetivos de vida daí por diante de forma mais consciente e autônoma, tornando-se efetivamente sujeitos de nossas existências.

Penso que seja importante dizer que, nessa perspectiva metodológica, assim como na pesquisa participante, há uma confluência entre pesquisador(a) e pesquisado(a), pois o(a) pesquisador(a) também se sente envolvido(a) nesse processo. Nessa metodologia não existe espaço para o discurso de neutralidade e objetividade científica, pois nessa caminhada todos(as) refazem suas próprias trajetórias.

No que se refere à crítica a esse discurso, acrescento a contribuição de Florestan Fernandes, sociólogo carinhosamente conhecido como o 'pai da sociologia brasileira'. O reconhecimento se deu em função da importância de sua obra para a construção e consolidação da sociologia crítica, enquanto campo científico e acadêmico, no país. Para mim, o exercício de construir e pensar metodologicamente esse projeto enquanto possibilidade de concretização de uma investigação na perspectiva da pesquisa participante fez voltar à lembrança leituras de Florestan que estavam guardadas na memória (de forma não tão sistematizada como

gostaria!), referentes a momentos importantes de minha formação⁶, tanto intelectual como política.

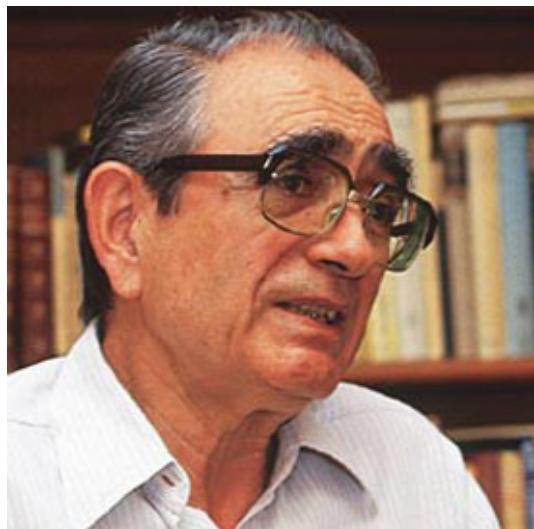


Figura 4: Florestan Fernandes. Imagem capturada em nov. 2009 em <http://revistaescola.abril.com.br/historia/fundamentos/florestan-fernandes-428160.shtml>

Florestan deu grande contribuição no processo de sistematização da pesquisa social, com seu rigor conceitual e ético. Desenvolveu e aprofundou reflexões sobre as diversas etapas da pesquisa social e, a meu ver, deu especial contribuição no que se refere às pesquisas de campo, com seus escritos sobre o processo de observação. Confesso que pouco tenho percebido a obra de Florestan em pesquisas educacionais. Embora correndo o risco de estar equivocada, pois se trata de apenas uma impressão muito particular e, portanto, sem dados comprobatórios, parece-me que a área da educação não tem se

⁶ Somente a título de curiosidade, lembrei que na época que cursava Ciências Sociais foi criado o Diretório Acadêmico Florestan Fernandes, órgão de representação estudantil, pelos estudantes do curso de Ciências Sociais da UFPel. O nome escolhido foi uma forma de homenagem e reconhecimento pela trajetória de Florestan, tanto de vida pessoal como de produção acadêmica para o campo social. Sobre a trajetória, tanto de vida como de produção intelectual de Florestan, indico o livro de Laurez Cerqueira denominado *Florestan Fernandes: vida e obra*, publicado pela editora Expressão Popular em 2004. A referência completa encontra-se no final do projeto.

aproximado e 'apropriado' suficientemente de sua produção. Talvez isso ocorra em função da disciplinariedade que, historicamente constituída, compartimenta os conhecimentos em diferentes 'áreas'. Dessa forma, é possível que a obra de Florestan talvez tenha sido vitimada por esse pensamento e, em função disso, tenha se mantido 'enclausurada' na sociologia. Penso que isso seja um erro. E me atrevo a tentar 'trazer' aspectos da obra de Florestan para a área educacional, na defesa de que o legado desse grande pesquisador tem algo a nos dizer.

Segundo o autor "*o importante, parece, não é o que se 'vê', mas o que se observa com método*" (FERNANDES, 1980, p.6). Dessa forma, fica evidente a importância, atribuída por ele, aos elementos metodológicos de uma pesquisa acadêmica. Florestan foi primordial na ideia de mostrar que o processo de observação dos fenômenos sociais vai muito além dos procedimentos pelos quais são reunidos os dados brutos. Para ele, a fase realmente crucial da observação começa quando o tratamento dos dados permite passar dos aspectos isolados dos fenômenos para aspectos unitários de suas propriedades e das condições em que são produzidas.

O sociólogo desenvolveu três espécies de operações básicas para o processo de observação social, que são, respectivamente: a) os procedimentos com o objetivo de acumular os dados brutos; b) os procedimentos que permitem identificar e selecionar, nesse aglomerado de dados, os fatos relevantes na produção dos fenômenos estudados e, ainda; c) os procedimentos mediante os quais são determinados e isolados as instâncias empíricas importantes para a reconstrução dos fenômenos. Isso nas condições em que forem considerados, claro (FERNANDES, 1980, p.8-9).

A primeira operação corresponde a técnicas de investigação, visando o processo de coleta de dados. Segundo o autor, é nesse grupo que se encontra a pesquisa participante onde, como vimos, o investigador está inserido no universo pesquisado, o que dá a coleta de dados uma forma muito própria. A segunda operação se refere ao processo de organização e classificação dos dados levantados na fase anterior. E a terceira operação diz respeito aos procedimentos propriamente analíticos, mais conhecidos como métodos de investigação.

É evidente que Florestan não foi o único pesquisador social que procurou sistematizar em etapas o processo de pesquisa. No entanto, haja vista os "modismos" teóricos, que trazem constantemente à baila novos autores sempre em voga em determinado momento, penso que sua contribuição não está, de forma alguma, ultrapassada. Até porque, para além da simples enumeração de etapas investigativas, ele demonstrou preocupação com aspectos referentes a não-neutralidade do(a) pesquisador(a). Não simplesmente reconheceu, mas abarcou sua existência para o contexto da prática investigativa. Conforme afirmou:

O essencial, e que precisa ser retido na presente discussão, é que o sujeito-investigador não procede de forma arbitrária ou 'livre', mesmo nas fases exploratórias de investigação. O levantamento de dados brutos, seu tratamento crítico e a manipulação analítica dos materiais com significação ligam-se, de modo inelutável, a alvos cognitivos mais profundos e amplos, fornecidos pelas proposições iniciais dos projetos de pesquisa. (FERNANDES, 1980, p. 17).

Sobre os resultados da investigação, a forma que Florestan encontrou para resolver o dilema entre conhecimento local e global, foi defender a ideia de que o conhecimento oriundo da investigação social constitui um conhecimento particular, só relacionado às condições específicas em que foi considerada na pesquisa, o que não significa dizer que o conhecimento obtido se aplica somente ao universo pesquisado. Segundo Florestan, o conhecimento gerado seria "... uma 'caracterização empírica' da realidade, suscetível de representá-la, segundo condições particulares impostas pela natureza do objeto, pelos interesses cognitivos do investigador ou pelo concurso de ambos" (FERNANDES, 1980, p. 26).

Sendo assim, podemos salientar que a investigação exige rigor metodológico, aliado a uma postura ética do(a) investigador(a). É com essa inspiração que essa pesquisa se articula: no desafio de cumprir as etapas metodológicas propostas por Florestan, fazendo uso de métodos e técnicas adequados. Isso não com o intuito de afastar e/ou negar as pré-noções, mas de reconhecer e admitir inferências no processo.

No que se refere à escolha dos métodos e técnicas adotados pela pesquisa-participante, é importante afirmar que nessa perspectiva não há um esquema rígido; o segredo reside na sua flexibilidade, visando sua adaptação às mais diversas situações. As técnicas de

coleta de dados conhecidas, como a entrevista, os questionários estruturados e semi-estruturados, a história oral, etc., não precisam ser abandonadas. No entanto, sua adaptação e, ainda, a combinação de várias técnicas constitui um dos pontos-chave dessa metodologia. Se for necessário, novas técnicas de pesquisa podem ser inventadas, mesmo que sua validade seja absolutamente local e que não possam ser aplicadas em outro contexto semelhante. Isso tudo visando os interesses dos setores populares que participam da pesquisa. Digo setores populares, porque a pesquisa participante possui a característica de se desenvolver, em grande parte, em função de setores empobrecidos e excluídos socialmente.

Na realidade, comprehendo a pesquisa participante como uma metodologia militante, que não apenas se afasta da visão de 'neutralidade' do modelo hegemônico de produção acadêmica, mas que tem um propósito político bem definido qual seja, dar voz e vez aos excluídos sociais, colocando a pesquisa acadêmica como um instrumento em prol de um processo emancipatório.

Sendo assim, a entrevista foi uma importante ferramenta na investigação proposta, mas com certeza não foi a única. Aliado a isso, também foi feito uso de outros instrumentos, tais como diário de campo, observação participante (considerando meu papel no grupo no período da realização da pesquisa), sempre tendo a preocupação de adaptar as técnicas às demandas do grupo, procurando respeitar as trajetórias e intenções individuais e coletivas.

A entrevista narrativa possibilitou uma aproximação maior com as trajetórias das mulheres trabalhadoras que participaram da investigação. A entrevista narrativa é classificada como um método de pesquisa qualitativa. É considerada uma forma de entrevista de profundidade, sendo pouco ou não estruturada. Conceitualmente, a ideia da entrevista narrativa é motivada por uma crítica do esquema pergunta-resposta da maioria das entrevistas de cunho quantitativo. A entrevista narrativa emprega um tipo específico de comunicação, que é o contar e escutar história. (JOVCHELOVITCH; BAUER, 2007, p.95).

Com a entrevista narrativa, foi possível conhecer aspectos das trajetórias individuais dessas mulheres, incluindo experiências de vida que tenham sido significativas para seu ingresso na cooperativa e, mais ainda, para suas atuações no mundo do trabalho. Percebi que as

trajetórias profissionais estão marcadas por suas trajetórias individuais, incluindo outros papéis sociais que exercem, como o de mãe, o de esposa, o de filha, etc.

Segundo Jovchelovitch e Bauer (2007) as narrativas

... são infinitas em sua variedade, e nós as encontramos em todo lugar. Parece existir em todas as formas de vida humana uma necessidade de contar; contar histórias é uma forma elementar de comunicação humana e, independentemente do desempenho da linguagem estratificada, é uma capacidade universal. Através da narrativa, as pessoas lembram o que aconteceu, colocam a experiência em uma seqüência, encontram possíveis explicações para isso, e jogam com a cadeia de acontecimentos que constroem a vida individual e social. Contar histórias implica estados intencionais que aliviam, ou ao menos tornam familiares, acontecimentos e sentimentos que confrontam a vida cotidiana normal. (2007, p.91)

Os autores identificam duas dimensões do processo de contar histórias: a dimensão cronológica, referente à narrativa como uma sequência de episódios; e a dimensão não cronológica, que implica a construção de um todo a partir de sucessivos acontecimentos, ou a configuração de um enredo. O enredo é fundamental para a construção de uma narrativa. É através do enredo que as pequenas histórias dentro de uma história maior adquirem sentido na narrativa. Por isso a narrativa não é apenas uma listagem de acontecimentos, mas uma tentativa de ligá-los, tanto no tempo como no sentido. Se considerarmos os acontecimentos isolados, eles descrevem acontecimentos independentes. Mas como eles estão estruturados em uma história, as maneiras como eles são contados permitem a operação de produção de sentido do enredo. Portanto, é o enredo que dá sentido à narrativa, fornecendo o contexto em que nós entendemos cada um dos acontecimentos. (JOVCHELOVITCH; BAUER, 2007, p.92).

Nessa perspectiva, são salientadas duas funções dos enredos, pois 1) é o enredo de uma narrativa que define o espaço de tempo que marca o começo e o fim de uma história e, ainda, 2) o enredo fornece critérios para a seleção dos acontecimentos que devem ser incluídos na narrativa, para a maneira como esses acontecimentos são ordenados em uma sequência que vai se desdobrando até a conclusão da história. Decidir o que deve e o que não deve ser dito; e o que deve ser dito antes, são operações relacionadas ao sentido que o enredo dá à

narrativa. "Desse modo, compreender uma narrativa não é apenas seguir a seqüência cronológica dos acontecimentos, é também reconhecer sua dimensão não cronológica, expressa pelas funções e sentidos do enredo" (JOVCHELOVITCH; BAUER, 2007, p.93).

Dessa forma e a partir das reflexões levantadas até aqui, é possível levantar algumas questões de pesquisa, que se materializaram basicamente nas seguintes perguntas que essa investigação procurou responder: quais as trajetórias educacionais e profissionais das mulheres artesãs investigadas? Quais as compreensões delas sobre seus trabalhos? Como foram e tem sido suas trajetórias profissionais? Quais suas compreensões sobre cooperativismo? O que as aproximou da economia solidária? Quais eventos foram mais marcantes em suas trajetórias educacionais e profissionais?

Já o diário de campo permite o registro das situações cotidianas vivenciadas no grupo. É a principal forma de sistematizar a observação empreendida. O objetivo primeiro é registrar, incluindo o máximo de elementos possíveis, inclusive situações que, aparentemente, não se relacionam com o objetivo da investigação. No entanto, com a sequência da 'costura' e conforme a peça [pesquisa] for sendo construída, houve situações em que essas pequenas anotações se tornaram importantes, constituindo-se em novos 'aviamentos' a serem incorporados, incrementando a produção artesanal. Na sequência da investigação, as categorias foram delineando melhor o trabalho investigativo, limitando e 'recortando' os dados a serem utilizados.

A ideia é reconhecer e respeitar, no próprio processo de construção da investigação, o 'tempo' e o 'espaço' da própria pesquisa. Como não se trata de pesquisa 'de laboratório', não temos como ter o controle das inferências presentes, o que não significa falta de rigor. Ao contrário, justamente o rigor metodológico deve permitir que o processo de observação seja atento o suficiente para perceber o contexto ao qual o universo da pesquisa está imerso, a fim de selecionar categorias de análise apropriadas ao estudo.

Como já deve ter sido percebido pelo(a) leitor(a), outra ferramenta que considerei importante na investigação foi o uso de imagens. Cada um de nós deve lembrar-se das 'folhinhas' mimeografadas com desenhos que recebíamos de nossas professoras na educação infantil ou nos anos iniciais e das, nem tão bonitas, mas

necessárias ilustrações dos livros de Ciências e ainda, das fotografias com a Bandeira Nacional ao fundo ou livros à mesa, constituindo as famosas 'recordações escolares'. Além disso, os álbuns de família, os desenhos animados, as telenovelas, os outdoors, as revistas, mais atualmente os sites e todas as outras formas de aparecimento e uso de diversas imagens que 'contam' nossa história de vida demonstram que vivemos em um mundo cercado de imagens e que essas se manifestam de diversas formas.

Como ferramenta de investigação o visual tem sido, constantemente, um aliado de diversas áreas de conhecimento, tanto na propaganda como no designer, na mídia e, mais recentemente, também na educação. O uso de imagens na pesquisa educacional tem sido cada vez mais frequente. As imagens, sejam elas televisivas, fotográficas, cinematográficas, desenhos, ícones, símbolos, clip-arts dentre outras, têm feito parte da constituição de monografias, dissertações e teses e, inclusive, apresentando-se como os próprios sujeitos da pesquisa.

No entanto, sabendo que as imagens, sejam elas quais forem, não se constituem como elementos neutros, representações fiéis do real - mas produções sociais inseridas em um contexto determinado, podemos entender que nossas opções, longe de serem aleatórias, são carregadas desses condicionantes. (CUNHA; SILVA, 2006). Para Brites, até mesmo a fotografia

[...] não é reflexo do real nem ilustração, ela é dotada de uma historicidade própria, que considera novas tecnologias, formas de conceber e encarar o social. O fotógrafo [ou quem fotografa], por seu turno, não é mero expectador do objeto fotografado, ele age e interfere, criando novas realidades (2000, p.166).

Também Botti destaca que "em uma fotografia não encontramos a neutralidade [...], pois ela é, antes de tudo, um recorte de uma realidade que se apresenta, um ponto de vista escolhido, uma intenção" (2003, p.110). Isso remete às interlocuções das imagens em uma investigação. Ao escolhermos as imagens que vão compor nossos trabalhos, se as usamos para apresentar nossos contextos de pesquisa e/ou nossos achados, é certo que jamais o fazemos de forma a deixarmos obscurecidos os aspectos que queremos salientar. Por certo,

dentro daquilo que nos propomos, apresentamos os contextos permeados por nosso olhar, por nossa 'lente', passando uma 'ideia do real' que nós, anteriormente, concebemos. Isso deve estar claro nas imagens que eu mesma fotografei e, posteriormente, selecionei para comporem esse projeto.

É fundamental lembrar que, assim como outros elementos já discutidos aqui, o uso de imagens na pesquisa demanda uma dimensão ética fundamental. Sônia Kramer (2002) lembra a necessidade de consultar as pessoas que tiveram suas imagens coletadas, solicitando a autorização para sua publicação e divulgação. Mas assim mesmo, a autora salienta que a assinatura de um documento, aparentemente, concede a autorização do uso das imagens ao pesquisador, porém, isso não garante a isenção de problemas para a publicação do trabalho, principalmente quando o(a) autor(a) apresenta 'outros sentidos às imagens', soando diferente aos ouvidos de quem as permitiu e sobre elas se pronunciou.

O mesmo pode ocorrer com as imagens fotografadas das produções das mulheres cooperadas, pois elas podem valorizar outras produções como sendo mais significativas de seu trabalho e, inclusive, questionar a qualidade das imagens obtidas, como não representativas esteticamente ao que se constituem (o ângulo pode não ter sido o mais adequado, obscurecendo detalhes importantes do trabalho, por exemplo). Além disso, podem questionar também o uso das fotografias no projeto, por não perceberem e/ou concordarem com os vínculos feitos por mim. Por isso, é fundamental que, de alguma forma, as mulheres conheçam e participem o máximo possível da constituição da pesquisa. São formas de participação que devem ser criativamente criadas ao longo da investigação. Para isso, não existem fórmulas prontas, são posturas éticas que devem ser garantidas ao longo do percurso investigativo, tendo esses cuidados em mente e que extrapolam uma assinatura em um simples documento formal.

Com o intuito de garantir a participação das artesãs também no que se refere às imagens utilizadas nesse trabalho, em vários momentos as fotografias coletadas tanto delas como de suas produções e/ou espaços de trabalho eram apresentadas e discutidas com cada uma delas, construindo-se, dessa forma, coletivamente tanto o processo de seleção como a importância das imagens no trabalho.

Alguns dos apontamentos trazidos por Gomes (2001) no que diz respeito à mídia, imaginário de consumo e educação é que esses podem ser um suporte interessante para pensar sobre as nossas próprias limitações quanto ao uso das imagens em nossas pesquisas. A autora destaca alguns problemas do que ela denomina *visualidade calcada na reprodução* ou, como preferimos chamar, embates, que ocorrem neste sentido, pois vivemos em um mundo cercado de imagens que se repetem, que repetimos e inclusive, adotamos como modelos. Para ela, a escola não prepara os alunos para um mundo repleto de imagens o que, podemos entender, também em nossa formação acadêmica na área da Educação. Mesmo que as imagens sejam usadas no cotidiano, frequentemente não são oportunizados momentos para que se trabalhe o conhecimento inerente a este campo, tornando, algumas vezes, seu uso aleatório. Gomes destaca que o conhecimento é fundamental para que se conceba em profundidade o cabedal de "referências imagéticas oferecidas pela cultura contemporânea" (2001, p. 197).

Como segundo problema, a autora apresenta o que chama de esvaziamento simbólico desse excesso de reprodução de imagens, quando essas passam a significar uma "ausência de significado, quando não nos afeta mais, quando o que nos diz é muito superficial" (p. 197). Talvez essa afirmação nos ajude a pensar como as 'modas acadêmicas' e, por assim dizer, quando o uso de imagens passa a se tornar uma 'febre' nas pesquisas, empobrecendo muitas vezes a produção acadêmica, ao invés de enriquecê-la. Portanto, admitindo a existência desses dois problemas e na tentativa de evitá-los nessa investigação, passaremos a fazer uma argumentação explicativa sobre o uso das imagens utilizado ao longo desse trabalho. Embora nessa investigação as imagens não sejam os objetos de pesquisa em si mesmos, elas possuem um significado. A intenção de utilizá-las é de que seu uso contribua para que o(a) leitor(a) na visualize o trabalho das mulheres, pois muito mais do que o resultado de seus trabalhos estão presentes ali o suor, os sentimentos, as emoções, as dificuldades, enfim, a trajetória dessas mulheres se materializa em suas produções.

Apesar de compreender que o que aparece é o resultado final e não todo o processo, a visualização das imagens contribui a, em primeiro lugar, conhecer um pouco das produções artesanais das mulheres trabalhadoras que compõem o universo investigado e, em

segundo lugar, se constitui em um elemento do trabalho que, em conjunto com o texto escrito, compõe o 'todo' da proposta.

Como já foi dito, a ideia aqui é compor uma produção, onde tanto a imagem artesanal da capa, como os títulos dos capítulos nos remetam a um trabalho de costura com suas principais etapas, que se 'entrelaçam' na composição do texto.

Portanto, as imagens que escolhemos precisam nos afetar, produzir sentido. Ainda, para Gomes "as imagens perdem seu sentido quando sua reprodução não carrega mais intensidades, quando sua presença está ali somente para povoar um espaço, quase sempre aleatoriamente" (2001, p. 199).

'Recortando' os lugares da pesquisa: o processo de aproximação com as mulheres cooperadas

O contexto histórico tanto constitui como é constituído pelos grupos sociais. Sendo assim, todo o espaço e tempo são marcados pelo contexto histórico-social que o originou e que lhe dá suporte. É dessa forma contextualizada que devemos perceber as experiências produtivas da economia solidária.

É a partir dessa perspectiva que o geógrafo brasileiro Milton Santos desenvolveu sua compreensão sobre as categorias de tempo e espaço. Para ele, o tempo pode ser entendido de duas formas distintas. Um modo se daria a partir do que o autor denominou de 'eixo das sucessões', onde o tempo flui de forma linear e ocorre uma sucessão de fatos, formando uma espécie de ordem temporal. Outra forma de compreensão dessa categoria tempo se dá a partir do que ele chamou de 'eixo das coexistências' onde, em um determinado lugar, o modo como utilizam o tempo não é o mesmo. Isso significa dizer que os fatos não seguem sucessivamente uma ordem linear, mas são concomitantes e simultâneos. Assim, não teríamos apenas um tempo acontecendo em um determinado momento, mas diversos tempos, sendo esses determinados por toda uma série de relações e situações historicamente situadas (SANTOS, 1996).

Sendo assim, partindo-se da compreensão do tempo enquanto 'eixo de coexistências', o espaço reúne a todos, com suas diferenças marcadas pelas possibilidades de uso do tempo. Desse modo, não podemos compreender o espaço e o tempo sem a presença do ser humano no mundo. É sua presença que possibilita significar a utilização do espaço e sua atuação no tempo. Pensar o cotidiano das mulheres cooperadas é perceber que existem diferentes possibilidades de uso do tempo e também do espaço nesse lugar denominado cooperativa.

Dessa forma, o espaço não é algo imutável, que está ali inerte aguardando pacientemente a ação do tempo. Milton Santos vai desenvolver a noção de lugar contribuindo, assim, para uma nova compreensão sobre a categoria espaço, pois para ele o lugar contém a ideia de local, mas o ultrapassa, incorporando outros aspectos, como sensibilidades, afetividades, carências e resistências. Dessa forma, "o lugar é materialidade e socialidade mas, também, o conjunto dos eventos que as atingem e transformam, por determinações oriundas de diferentes escalas" (SANTOS apud RIBEIRO, 2004, p.45).

Portanto, a cooperativa é um lugar onde a presença dos indivíduos é determinada por vários fatores, muitos deles não tão facilmente perceptíveis. É imbuída desse espírito que desejo relatar aqui aspectos sobre o espaço cooperativo em questão, abordando vários elementos desse lugar, a partir dos encontros que mantive com o grupo.

No decorrer do ano de 2007, a Intecoop/Pelotas publicou um edital com o objetivo de selecionar novos grupos a serem acompanhados pela Incubadora. No prazo estipulado a Coopresul inscreveu-se para participar do processo seletivo. Participei (com mais outras duas mulheres vinculadas à Incubadora, sendo uma monitora, aluna da UFPel, e uma educadora popular) da equipe que realizou o processo de seleção com a cooperativa. O processo constou de uma visita ao empreendimento com posterior preenchimento de um formulário pré-estabelecido onde anotaríamos nossas impressões. A ideia básica era que, nesse formulário, nós anotássemos tudo que se passasse nesse momento, desde aspectos relativos à estrutura física da cooperativa (prédio, maquinários, instrumentos, etc.), passando por aspectos relativos ao histórico do grupo (origem e trajetória da cooperativa, por exemplo), até questões de ordem mais subjetiva, como grau de participação das pessoas do grupo, identificação e

comportamento de possíveis lideranças, rotinas do grupo (frequência de reuniões e atividades), método de tomada de decisões, participações e expressões individuais, etc.

A partir de um contato telefônico, a visita foi marcada. A orientação dada era de que, se possível, todos os cooperados estivessem presentes (incluindo aí a diretoria). O local marcado para essa primeira aproximação com o grupo foi a sede da cooperativa, localizada numa das principais ruas da área central da cidade de Pelotas.

Inicialmente, nos encontramos na sede da Intecoop (localizada em um dos campus da UCPel) para pegar nosso material (basicamente os formulários) e nos preparamos para a visita. Tratava-se de dividir tarefas e orientações, no sentido de nos instrumentalizarmos da melhor forma possível para o processo seletivo. Combinamos que seríamos discretas no ato de escrever e procuraríamos ouvir mais do que falar, embora sabendo que elas provavelmente teriam muitas perguntas a nos fazer. O que queríamos era tentar deixá-las bem à vontade, para dali conseguirmos captar o contexto da forma mais natural possível, mas já sabendo que nossa simples presença poderia, por si só, alterar a rotina do grupo.

Assim, no dia e horário marcado chegamos lá. A cooperativa está localizada em um pequeno prédio de dois andares composto por quatro salas comerciais – duas em cada andar do prédio. Trata-se de uma construção relativamente nova, com design simples, sendo a fachada composta apenas por quatro grandes janelas de persianas brancas (duas no andar térreo e duas no andar superior) e tendo ao centro das janelas do andar térreo a porta de entrada do prédio, antecedida por uma grande porta de grade. Chamou a atenção que, embora passássemos por ali diversas vezes (a pé ou de carro) nunca soubemos que ali se localizava a sede de uma cooperativa, já que não havia nenhuma identificação externa que sugerisse isso. À primeira vista, o prédio parece se referir a uma residência particular, compondo um discreto sobrado em meio à poluição visual de uma intensa e movimentada área comercial da cidade.

Quando ingressamos no prédio, percebemos que já na entrada havia um pequeno corredor com duas possibilidades de acesso a duas pequenas salas, onde uma se localizada à direita da entrada principal e

outra à esquerda. Essas duas salas são separadas por esse pequeno corredor e por uma pequena área externa, que permite iluminar e arejar as duas peças. A iluminação oriunda dessa área não é boa, já que se trata de um pequeno espaço e como estamos no andar térreo de um prédio de dois andares, a luz pouco consegue chegar ao andar de baixo. Na sala à direita fica o espaço de comercialização, que possui o nome formal de Espaço Solidário, mas que é comumente chamado pelas cooperadas de 'lojinha', onde vários produtos oriundos do trabalho das cooperadas são expostos para venda. Ali se encontram estantes, prateleiras e cabides que contêm artesanatos variados, desde bijuterias, bolsas e embalagens, até trabalhos em tricô, crochê e tecelagem, como roupas, mantas e outros. Quando chegamos não havia ninguém nesse ambiente.



Figura 5: Espaço de Comercialização Solidária da COOPRESUL, conhecida por "Lojinha". (mar.2008) (arquivo da autora)

O ambiente localizado no lado esquerdo à entrada principal é composto por uma mesa redonda, algumas cadeiras brancas e outras cadeiras portáteis comumente chamadas de "cadeiras de praia", três

sofás usados, um aparelho de som antigo localizado em um canto da peça contendo um aparelho de telefone. Como durante a tarde o sol incide em toda a frente do prédio, onde ficam as janelas das peças, essas estavam fechadas porque naquele dia fazia muito calor e o sol estava muito forte, o que deixava o ambiente um pouco escuro e quente, iluminado e arejado praticamente apenas pela luz natural oriunda da pequena área externa localizada bem no meio do prédio e pela porta de entrada, que permanecia aberta. Em um outro canto desse ambiente, havia uma pequena estante de metal com xícaras, garrafa térmica, cuia, bomba de chimarrão, copos e outros utensílios domésticos.

Nesse ambiente estavam reunidas cinco pessoas, quatro mulheres e um homem (todas⁷ membros da diretoria da cooperativa), que nos receberam amavelmente. Começamos nos abraçando e nos cumprimentando, numa apresentação rápida e informal. Apesar da informalidade, foi possível perceber certa apreensão do grupo com nossa presença, o que procuramos tratar com naturalidade e desenvoltura.

Inicialmente, o que nos chamou a atenção foi o fato da presença de poucas pessoas, haja vista que a sugestão era de que a reunião fosse com todo o grupo. Após nos sentarmos, perguntamos se haveria mais alguém para a reunião. Elas nos disseram que provavelmente não. E com isso começaram a nos explicar a estrutura da cooperativa. Trata-se de uma cooperativa de comercialização de produtos artesanais, que abrange mais ou menos 40 grupos ou pessoas individuais que procuram alternativas para comercializar sua produção. Esses pequenos grupos estão localizados em diversas áreas da cidade, tanto da zona rural quanto urbana, e também incluem grupos de outras cidades da região. Esse dado nos foi colocado como sendo um impedidor para uma maior

⁷ Quando me refiro às pessoas cooperadas da Coopresul, geralmente uso a referência feminina, em função de a Cooperativa ser formada majoritariamente por mulheres. A intenção dessa escolha não é, de forma alguma, excluir ou ignorar a participação dos homens cooperados, a escolha apenas se deu por uma questão quantitativa, a fim de valorizar a participação da maioria. Dessa forma, apesar de romper com aspectos androcêntricos de nossa linguagem oficial, observamos os(as) leitores(as) que a Coopresul também possui homens cooperados, embora sendo em número bem reduzido.

participação na cooperativa, grande parte em função da dificuldade de transporte (em virtude dos gastos), aliado ao fato de que as cooperadas alegam que participar mais ativamente do cotidiano da cooperativa implica em "paradas" na produção e, consequentemente, numa diminuição das vendas. Dessa forma, já foi possível percebermos uma dificuldade enfrentada pelo grupo.

Segundo as mulheres presentes, a origem da Cooperativa data de 1998, a partir da iniciativa de algumas mulheres vinculadas à Cáritas⁸. Levaram uns três anos para constituírem a cooperativa, que está legalizada desde 2000. Todas que ali estavam afirmaram participar do Fórum Estadual de Economia Solidária.

Por participarem do Fórum, fizeram vários cursos sobre economia solidária. As dirigentes da cooperativa demonstraram possuir perfeita clareza sobre as questões de economia solidária e cooperativismo, reconhecendo a importância da coletividade. Por isso mesmo demonstram preocupação e certa tristeza pela dificuldade que enfrentam em reunir as pessoas.

Sobre aquele prédio onde estávamos reunidas, afirmaram que a sede da cooperativa estava ali há um ano. O prédio é alugado pelo Núcleo de Trabalhadores do Correio e pela utilização da sala onde funciona a "lojinha", a cooperativa ajuda com uma pequena quantia para o aluguel. No entanto, hoje essa quantia, embora pequena, tem sido 'pesada' para a cooperativa.

Sobre o grau de participação das mulheres cooperadas, elas reúnem-se em assembleias ordinárias anuais e algumas vezes fazem reuniões extraordinárias, mas possuem grande dificuldade para reunir todo o grupo, pelos motivos já expostos anteriormente.

Sobre a comercialização dos produtos, as vendas são realizadas basicamente na "lojinha" e em feiras, algumas permanentes e outras

⁸ A Cáritas Brasileira faz parte da Rede Caritas Internationalis, rede da Igreja Católica de atuação social composta por 162 organizações presentes em 200 países e territórios, com sede em Roma. Como organismo da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), foi criada em 12 de novembro de 1956 e desenvolve suas atividades focadas nas seguintes linhas de ação: defesa e promoção de direitos da população em situação de exclusão social; mobilizações e conquista de relações democráticas; desenvolvimento solidário e sustentável. Disponível em <<http://www.caritasbrasileira.org>>. Acessado em: 23 maio 2008.

ocasionais. Apontaram dificuldade em manter a lojinha aberta nos horários comerciais. Fazem escala de horários propondo revezamento, mas as cooperadas apontam a necessidade de trabalharem em suas produções como um empecilho para atuarem nas vendas na lojinha. O receio é que o tempo em que permaneçam na 'lojinha' acabe por fazê-las diminuírem a produção, prejudicando seus rendimentos... São as 'pressões' que o tempo exerce naquele lugar, na relação contraditória entre produção e venda.

A partir desse contexto, percebeu-se que o processo de tomada de decisões cotidianas se dá, em grande medida, com a diretoria do grupo, que demonstrou possuir um caráter reflexivo sobre sua própria trajetória, a ponto de, a partir de sua história, perceber as dificuldades que tem enfrentado no momento. Compreendem as dinâmicas sociais mais amplas do processo de trabalho e da economia solidária, a política nacional e, inclusive, estabelecem críticas a outros grupos e a outras formas de relações que se dizem fazer parte da economia solidária.

Toda a diretoria demonstrou uma coesão interna bem forte, com uma formação coerente e de acordo com suas trajetórias, tanto individuais como coletiva. No entanto, percebe-se que o grau de participação dos membros associados tem sido baixo e que isso preocupa o grupo.

Esse é um pequeno relato do processo de aproximação inicial vivenciado com o grupo. De lá para cá, acompanhei várias reuniões da cooperativa, que ocorreram, geralmente, nesse mesmo lugar. Também acompanhei algumas exposições em feiras, onde tive a possibilidade de uma aproximação de caráter mais individual com algumas cooperadas.

Nesses contatos, tem ficado mais evidente as trajetórias de vida e de luta dessas mulheres já que, nas reuniões, as individualidades ficam mais encobertas, em função da necessidade de cumprir as demandas cotidianas da cooperativa. A Coopresul é composta tanto por mulheres que produzem individualmente e/ou coletivamente e vendem seus produtos somente em feiras, até por mulheres que vendem na rua de porta em porta. Na maioria, são mulheres com histórias de vida difíceis, que tiveram que vencer muitos obstáculos. Mas uma coisa é certa: percebemos que elas têm orgulho do que fazem, sentem-se independentes e autônomas, tanto pela produção em si como pelo uso

do dinheiro, que é seu e que não dependem de ninguém para adquiri-lo. Observei que, em algum momento de suas vidas, o trabalho artesanal possibilitou uma emancipação para elas. Para além da cooperativa, são essas trajetórias femininas (aparentemente individuais, mas permeadas pelo coletivo) que essa investigação se propôs a abordar. A ideia concebida foi de que a investigação se efetivasse, preferencialmente, com as mulheres mais atuantes da cooperativa, as que mais participam do cotidiano das atividades.

Continuando a 'estender o pano', vou traçando e definindo as escolhas metodológicas. Trata-se da seleção e organização dos 'aviamentos' a serem utilizados, com vistas a confeccionar a produção. Passarei agora a um relato mais detalhado das artesãs que participaram da investigação.

'Alinhavando' o grupo: as mulheres participantes da pesquisa

Com o passar do tempo fui estabelecendo vínculos com o grupo e percebendo as diferentes participações que as cooperadas exercem naquele espaço. Desde que minhas intenções de pesquisa se delinearam no Doutorado, tratamos desse tema nas reuniões na cooperativa, de forma que todas sabiam da pesquisa.

Seis mulheres foram identificadas em participações bem atuantes na cooperativa, embora com trajetórias de vida muito distintas. As seis foram convidadas a participarem da pesquisa e de pronto aceitaram o convite. Como a intenção era de que os encontros fossem coletivos, inspirados na metodologia da pesquisa-formação, onde as trajetórias se entrelaçam e dialogam entre si, resolvi constituir inicialmente dois grupos (Grupo A e Grupo B), cada um com quatro participantes, sendo três cooperadas e eu. Investi nesse formato com o intuito de que os encontros não se tornassem muito 'dispersivos', mas sim de forma que tivessem um caráter mais 'intimista'.

A separação das artesãs em dois grupos não se deu por critérios definidos a priori. Pelo contrário, os encontros foram marcados em função da disponibilidade de horário e tempo de cada uma. Portanto, de forma bem espontânea os dois grupos se definiram, inclusive, no

primeiro encontro, onde três das seis artesãs estavam impossibilitadas de comparecerem por motivos diversos, o que fez com que o primeiro grupo se formasse 'naturalmente', em função da disponibilidade das outras três.

Nos encontros realizados, os dois grupos acabaram por assumir características distintas. No Grupo A, as narrativas foram marcadas pelas trajetórias da infância, este se constituindo no fio condutor do diálogo. Dessa forma, a origem familiar veio à tona nas narrativas. Já no Grupo B as narrativas foram mais marcadas pela fase adulta das artesãs, onde elas abordaram de forma mais sistemáticas as experiências familiares, mas não no núcleo inicial de suas origens, mas já nos núcleos familiares constituídos na fase adulta, incluindo marido, filhos etc. As trajetórias de trabalho também foram bastante discutidas.

Por fim, foi realizado um encontro com a presença das seis artesãs em novembro deste ano. Foi uma oportunidade para que todas as envolvidas interagissem entre si e com a pesquisadora. Nesse encontro apresentei parte das análises já realizadas até aquele momento, incluindo parte das narrativas que foram manifestadas nos encontros realizados anteriormente em pequenos grupos. Constituiu-se em um momento de interação importante para a investigação, pois nesse instante elas puderam 'visualizar' tanto o processo de construção da pesquisa como suas participações individuais nessa construção.

As visitas individuais ocorreram durante o ano de 2009 e serviram para aprofundar alguns elementos já apresentados nas discussões coletivas. As trajetórias de trabalho e o artesanato foram temas mais explorados nesses momentos onde as entrevistas narrativas foram a metodologia utilizada. Nessas visitas, foram coletadas fotografias dos espaços onde o artesanato é confeccionado. A ideia básica da obtenção das imagens foi visualizar os espaços de produção de cada uma, enquanto 'lugares' conforme a perspectiva de Milton Santos.

A fim de serem identificadas, as artesãs foram convidadas a criarem nomes fictícios. Isso se deu apenas como uma forma criativa de se identificarem e se inserirem na investigação, já que elas aceitaram a divulgação de suas imagens expostas aqui, o que não lhes permitiria o anonimato. Apenas uma cooperada não permitiu que sua imagem pessoal fosse divulgada no trabalho, afirmando que sua decisão não estava embasada na intenção de manter qualquer tipo de anonimato,

mas se deu apenas pelo fato de não gostar de aparecer em fotografias, apenas isso. No entanto, permitiu que sua produção artesanal e seu espaço de trabalho (localizado em sua residência) fossem fotografados. As demais não colocaram nenhum tipo de impedimento, nem quanto ao conteúdo das gravações de seus depoimentos nem quanto à utilização do uso de imagens.

Pensando no artesanato enquanto fio condutor da cooperativa e, portanto, de suas atividades, as mulheres envolvidas escolheram seus pseudônimos. Para isso, identificaram-se com diferentes cores e/ou texturas. Os dois grupos formados ficaram com a seguinte constituição:

Grupo A (Encontro-formação ocorrido em 21 de novembro de 2008 a partir das 15h na residência da pesquisadora. O encontro teve 47min e 19seg de duração de gravação)

- Artesã cooperada: **Lilás**, 50 anos de idade, casada há 29 anos, 2 filhos, um neto de 4 anos, possui o ensino médio completo. Produz, entre outras coisas, bolsas e acessórios de couro, com a técnica de costura. Justificou a escolha por essa cor pelo fato de ser a cor usada para representar o movimento feminista.
- Artesã cooperada: **Vermelha**, 53 anos de idade, solteira, sem filhos, possui o ensino médio completo. Produz produtos e acessórios variados utilizando técnicas de crochê, tricô, pintura, bordado em ponto cruz, incluindo reciclagem de materiais. Justificou a escolha por essa cor pelo fato de ser sua cor preferida.
- Artesã cooperada: **Azul**, 58 anos de idade, viúva há 5 anos, esteve casada 28 anos, 2 filhos, 2 netas de 5 e 10 anos. Possui o ensino fundamental incompleto. Produz produtos e acessórios variados utilizando técnicas de tricô, crochê, costura e bordado. Justificou a escolha por essa cor pelo fato de ser sua cor preferida.

Grupo B (Encontro-formação ocorrido em 20 de janeiro de 2009 a partir das 15h na residência da cooperada Marrom. O encontro teve 1h 55min e 35seg de duração de gravação)

- Artesã cooperada: **Marrom**, 76 anos de idade, divorciada há 16 anos, esteve casada 37 anos, 4 filhos, 3 netos, possui o ensino médio incompleto. Sempre trabalhou com técnicas de costura, inclusive foi professora de cursos de corte e costura. Justificou a escolha por essa cor pelo fato de ser uma cor identificada com a terra.
- Artesã cooperada: **Verde**, 36 anos de idade, casada há 17 anos, 4 filhos, pedagoga com especialização em educação popular. Produz, entre outras coisas, sacolas ecológicas com a técnica de costura. Justificou a escolha da cor verde pelo fato de ser uma cor identificada com a questão ecológica de representação do meio ambiente e da natureza, além de ser também identificada com o cooperativismo.
- Artesã cooperada: **Verniz**, 36 anos de idade, casada há 14 anos, dois filhos, com 9 e 4 anos, estudou até o ensino médio, é técnica contábil. É costureira e realiza trabalhos com bordados e tricô. Também atua com técnicas de panificação na produção de pães caseiros. Justificou a escolha por essa textura pelo brilho que o verniz representa.

Grupo A e B (Participação nos dois grupos)

- Pesquisadora: **Rosa**, tenho 37 anos de idade, sou casada há 15 anos e tenho um filho de 8 anos. Sou socióloga, curso doutorado em educação e sou professora universitária. Justifiquei a escolha por essa cor pelo fato de ser uma cor tradicionalmente identificada com o gênero feminino. Quero salientar aqui que adoro artesanato e já me 'arrisquei' a confeccionar alguns trabalhos. Talvez esteja aí parte do motivo que me aproximou do grupo, pois como citei no título da seção 1.1 desse capítulo "ninguém escolhe seu tema de pesquisa, é escolhido por ele".

Além do espaço da cooperativa, outros 'lugares' fizeram parte desse trabalho já que, conforme disse antes, visitei algumas artesãs em suas residências. Foram visitas agendadas com antecedência, que

tiveram como objetivo uma maior aproximação com os espaços produtivos de cada uma, haja vista que a cooperativa é um espaço de comercialização e encontro do grupo, mas a produção não é realizada lá. Nessas visitas, pude conhecer e fotografar os espaços produtivos de cada uma. Resta dizer que se tratou de espaços privados, onde a produção artesanal ocorre. São espaços adaptados dentro de seus lares e de suas rotinas de vida diárias. Saliento aqui três espaços com esse perfil.

Inicio pelo espaço de produção de Azul. Na cozinha de sua casa tem um sofá, que fica localizado perto de uma grande janela e na frente desse sofá está uma máquina de costura. Dessa forma, é possível perceber que é nesse espaço que grande parte de seu artesanato é confeccionado. Praticamente toda a casa de Azul possui produtos artesanais confeccionados por ela. Nos vários quartos da casa, os roupeiros estão lotados, tanto de produtos acabados como de matéria-prima para a confecção de novos artesanatos.



Figura 6: Azul fazendo tricô em sua casa – jun.2009. (arquivo pessoal da autora).

Verniz também criou um pequeno espaço de produção em sua casa. Esse espaço fica localizado entre a cozinha e a lavanderia. Há ali uma máquina de costura e várias prateleiras. Quando a visitei me mostrou alguns moldes e ideias que tem tido para novos produtos artesanais.



Figura 7: Espaço de trabalho de Verniz – out.2009. (arquivo pessoal da autora).

Lilás tem utilizado o espaço da cozinha para as atividades de pintura, tanto em tecido como em vidro.

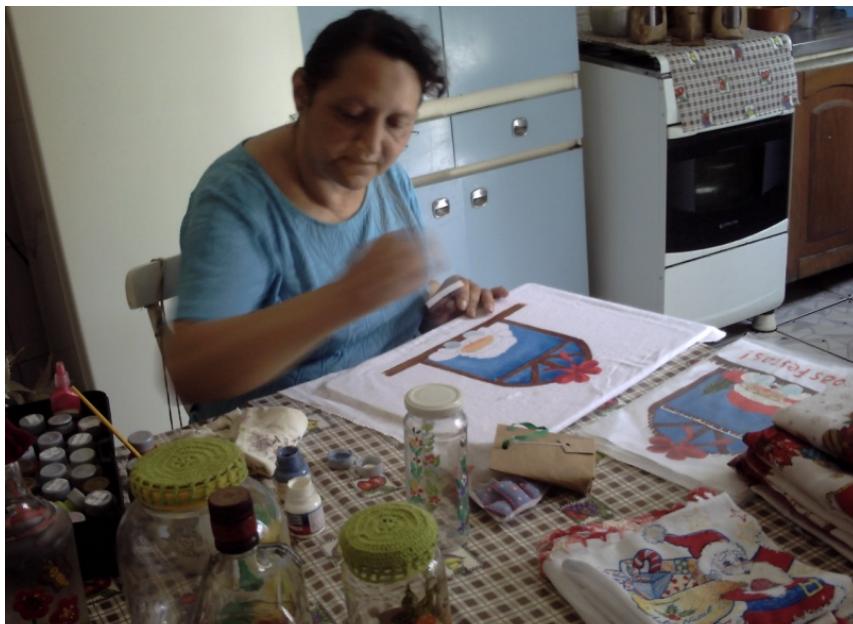


Figura 8: Lilás pintando tecido.
(foto coletada em visita à residência da artesã em nov. 2009 – arquivo da pesquisadora)

Outro espaço privado salientado aqui é o espaço onde, basicamente eu, (Rosa) confeccionei este texto. Talvez não por coincidência, meu espaço preferido de trabalho também foi (e tem sido) a cozinha. Apesar de ter organizado um espaço de trabalho (escritório) bem adequado (com boa iluminação, arejado e tranquilo), admito que a maior parte do tempo dedicado a confecção desse trabalho de pesquisa foi na cozinha. Inclusive cheguei a adquirir um laptop para ter mais 'mobilidade', o que significou, para mim, 'estar na cozinha'.

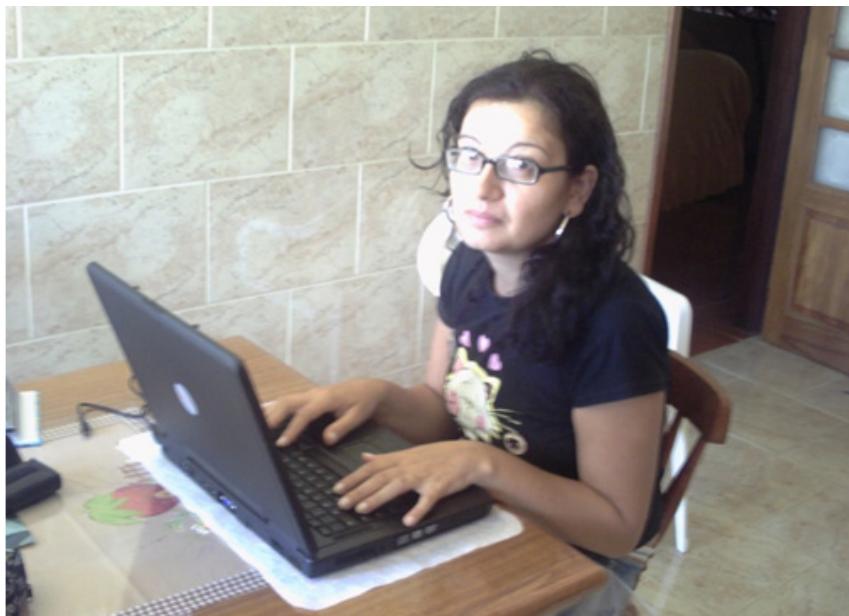


Figura 9: Rosa confeccionando sua tese na cozinha de sua residência
(arquivo pessoal da autora).

Em um determinado momento de minha produção, principalmente durante e após as visitas, percebi que os espaços femininos são, em grande medida, vinculados às tarefas domésticas. O fato das mulheres terem a necessidade de vincular suas produções com o desenvolvimento das tarefas domésticas é revelador das trajetórias femininas que abordei na pesquisa.

Outros espaços se referem às feiras e eventos os quais as artesãs participam. Tivemos a oportunidade de acompanhar alguns momentos desse tipo. Salientamos o Congresso de Iniciação Científica da UFPel, realizado em outubro de 2009, onde as artesãs expuseram seus trabalhos, em conjunto com um grupo de mulheres artesãs de Alvorada, grupo esse que tem sido objeto de estudo da profa. Dra. Edla Eggert, da Unisinos. Esse evento se constituiu em um momento especial, onde diversas 'trocas' de experiências puderam ser realizadas.



Figura 10: Evento CIC/UFPel em out. 2009.
(arquivo pessoal da autora).

A proposta da confecção desse trabalho de pesquisa é que as mulheres passem a dialogar com as temáticas e autores que forem surgindo no texto, participando, dessa forma, da construção do trabalho de pesquisa. Assim, as narrativas aparecem conforme os temas forem sendo trabalhados. É importante ressaltar que as escolhas das temáticas trabalhadas foram, em grande parte, decorrentes dos temas que foram abordados nos encontros-formação, isto é, surgiram a partir das próprias narrativas, aliada à proposta inicial apresentada no projeto da pesquisa. Procurei dialogar com as vivências das mulheres artesãs por meio de um referencial teórico que aborde suas experiências, contribuindo, assim, para a reflexão sobre as trajetórias femininas aqui apresentadas.

'Compondo' a trajetória da investigação

Tendo em vista os aspectos levantados até aqui, creio que seja possível estabelecer nesse momento da escrita uma formulação mais detalhada sobre a pesquisa empreendida com as seis mulheres artesãs.

Como já vimos, ser mulher traz à tona elementos peculiares que não podem ser menosprezados pelos estudos da sociedade em geral e do trabalho em especial. Pensar o mundo do trabalho é muito mais do que a simples soma de homens e mulheres trabalhadoras, pois as mulheres carregam consigo uma história muito particular e pouco lembrada. Dessa forma, o objetivo não é apenas tensionar o trabalho em suas diversas possibilidades, como o trabalho na lógica do capital ou na lógica da economia solidária. Talvez esse nem seja o objetivo central, embora admitamos que isso faça parte da investigação e que, de alguma forma, apareça na construção da pesquisa.

Como objetivo geral, essa investigação se propôs a contribuir com a produção teórica do mundo do trabalho e da educação, incorporando vivências de algumas mulheres artesãs organizadas em uma cooperativa. O objetivo central é compreender como se dá o processo de formação profissional das mulheres investigadas, fazendo uso da abordagem denominada por Josso de *narrativas biográficas temáticas* (2004, p.31). É temática porque a ideia é evidenciar as práticas formativas referentes aos itinerários profissionais dessas mulheres, constituindo-se, assim, um 'recorte' específico.

Dessa forma, trago os seguintes objetivos como específicos dessa investigação:

- Estabelecer uma aproximação com as trajetórias das mulheres em atividades do mundo do trabalho, tanto formal como cooperativo;
- Possibilitar identificar os saberes das mulheres trabalhadoras, o que significa buscar a compreensão dos seus próprios processos de formação;
- Identificar o quanto o trabalho é produtor de saberes das mulheres envolvidas;
- Promover a percepção das mulheres cooperadas de suas próprias trajetórias de formação, visando uma maior compreensão de

sus vidas e do quanto suas experiências foram constituidoras de suas trajetórias.

A pergunta eixo que gerou a investigação foi basicamente a seguinte: como acontecem os processos de formação de artesãs de uma cooperativa de Pelotas?

As narrativas são ferramentas fundamentais nessa pesquisa, por permitirem uma aproximação com as aprendizagens experenciais das mulheres cooperadas. As narrativas biográficas temáticas se constituem de recordações-referências, que são por sua vez formadas pelas experiências humanas. Dessa forma, "as experiências, de que falam as recordações-referências constitutivas das narrativas de formação, contam não o que a vida lhes ensinou, mas o que se aprendeu experencialmente nas circunstâncias da vida" (JOSSO, 2004, p.43). Sendo assim, podemos levantar a seguinte questão: o que são experiências? De todas as situações que vivenciamos ao longo da vida, quais adquirem esse status? Josso responde a questão, quando afirma que

[...] vivemos uma infinidade de transações, de vivências; estas vivências atingem o status de experiências a partir do momento que fazemos um certo trabalho reflexivo sobre o que se passou e sobre o que foi observado, percebido e sentido. (2004, p.48)

Com o intuito de compreender o processo de construção da experiência, a pesquisadora distingue três modalidades de elaboração, que são 'ter', 'fazer' e 'pensar' sobre as experiências, onde (a) ter experiências é viver situações e acontecimentos durante a vida, que se tornaram significativos, mas sem tê-los provocado; (b) fazer experiências são vivências de situações e acontecimentos que nós próprios provocamos, de propósito e, ainda, (c) pensar sobre as experiências, tanto as que tivemos sem procurá-las, como aquelas que provocamos - incluindo as duas modalidades anteriores (2004, p.51). Portanto,

A mediação do trabalho biográfico que leva à narrativa de formação dita 'biografia educativa' permite, com efeito, trabalhar com um material narrativo constituído por recordações consideradas pelos narradores como 'experiências' significativas das suas aprendizagens, da sua evolução nos itinerários sócio-culturais e das representações que construíram de si mesmos e do seu ambiente humano e natural. Essas 'experiências' são 'significativas' em relação ao questionamento

que orienta a construção da narrativa, a saber: o que é a minha formação? Como me formei? (JOSSO, 2004, p.47).

Por trazerem à tona elementos constitutivos das trajetórias de vidas dos sujeitos envolvidos, as narrativas biográficas temáticas produzem histórias, que nada mais são do que as histórias de vida dos sujeitos. No entanto, as narrativas temáticas não se constituem em 'verdadeiras histórias de vida' no sentido metodológico do termo, pois se limitam a um projeto específico, abordando, assim, apenas alguns aspectos constitutivos das trajetórias envolvidas na pesquisa, o que não desvaloriza a iniciativa. No entanto,

Notar essa diferença é salientar que as histórias de vida postas ao serviço de um projeto são necessariamente adaptadas à perspectiva definida pelo projeto no qual elas se inserem, enquanto que as histórias de vida, no verdadeiro sentido do termo, abarcam a globalidade da vida em todos os seus aspectos, em todas as suas dimensões passadas, presentes e futuras e na sua dinâmica própria. (JOSSO, 2004, p.31)

As narrativas apresentam as aprendizagens experenciais que servem de material para compreender os processos, tanto de formação, como de conhecimento e aprendizagem. Na perspectiva da pesquisa-formação, esses três elementos se constituem nas três grandes etapas do trabalho biográfico (JOSSO, 2004, p.61). Nessa investigação, limito-me a abordar a primeira etapa, o que significa que centro o foco investigativo no processo de formação das trajetórias profissionais das mulheres envolvidas. Isso não significa que as trajetórias de trabalho sejam abordadas de forma isolada numa mera enumeração temporal, até porque as experiências não são isoladas, mas ocorrem em consonância com outros aspectos determinantes na vida das mulheres investigadas e que devem surgir ao longo do trabalho investigativo.

Pensando em como se constituem as fases do processo de formação nessa pesquisa e partindo das indicações de Josso (2004), algumas adaptações foram necessárias. Segundo a formulação da autora, a etapa relativa ao processo de formação (que é o que nos interessou aqui) se subdivide em quatro fases distintas, que são:

a) Primeira fase – podemos denominar de *narrativa oral*. É quando são identificados períodos significativos na vida das participantes. São períodos que representam uma passagem entre duas

etapas da vida, que a autora denomina de 'momentos-charneira' (2004, p.64). A intenção nessa etapa foi de listar as experiências significativas da vida das envolvidas, sempre priorizando os momentos de socialização oral, onde podem aparecer vários 'entrecruzamentos' entre as diversas narrativas. Ressaltamos a importância de gravar todas as conversas/intervistas para se podermos retomar a elas quando necessário. Salientamos a intenção de preparar com antecedência esse momento, pois antes de qualquer coisa esclareceremos ao grupo as intenções da pesquisa, a metodologia de trabalho utilizada e, ainda, solicitamos que para o primeiro encontro elas 'trouxessem'/lembressem experiências significativas em suas vidas (momentos-charneira) sobre suas vivências no mundo do trabalho. Isso envolveu, portanto, uma fase preparatória anterior, de caráter mais individual, onde elas fizeram um levantamento sobre suas trajetórias, o que implicou, já antes do encontro, em uma retomada em suas trajetórias vividas até o momento.

b) Segunda fase – é onde foram evidenciadas as práticas formativas aos itinerários profissionais. Foi o momento onde se traçaram os percursos de formação, onde emergiram narrativas mais sistematizadas. Na realidade, essa fase já começou na etapa anterior, mas aqui apareceram mais recordações, ampliando a narrativa, incluindo uma interpretação do que foi mencionado antes. Conforme Joso,

Este trabalho de rememoração, que reúne as recordações à escala de uma vida, apresenta-se como uma tentativa de articular as experiências contadas e é feito, principalmente, sob o ângulo do percurso de formação ao longo da vida e de sua dinâmica, evidenciando as práticas formativas inerentes a um itinerário escolar, profissional, e a outras aprendizagens organizadas, incluindo aí, finalmente, as experiências de vida que o autor considera terem deixado uma marca formadora. (JOSO, 2004, p.64)

c) Terceira fase: se referiu à escrita da narrativa. Para Joso, é quando, individualmente, cada membro do grupo faz a escrita de sua própria narrativa. No entanto, fiz algumas adaptações, haja vista que as mulheres envolvidas possuem pouco tempo disponível, pois trata-se de um exercício que exige certa dose de dedicação ao ato de escrever, o que pode fugir de suas intenções.

Por esse motivo fiz visitas individuais na tentativa de sistematizar cada trajetória apresentada nos encontros coletivos. Embora

fundamentais pela interação que proporcionou, talvez os momentos coletivos tenham 'abafado' aspectos importantes das trajetórias, dificultando uma maior compreensão dos processos individuais da formação.

É importante salientar aqui que, embora essa etapa tenha se constituído concretamente num momento solitário, este foi permeado pelo diálogo anterior, pois é quando vem à mente as fases anteriores, onde cada uma de nós abordou sua própria trajetória e onde vários 'cruzamentos' apareceram.

d) Quarta fase: foi realizado o trabalho de leitura interpretativa de cada narrativa escrita. Para Joso, é quando cada participante realiza o trabalho de leitura, compreensão e evidenciação do processo de formação do(a) parceiro(a).

Nessa pesquisa, esse momento de 'troca' aconteceu no encontro final onde todas as participantes puderam visualizar a construção final, incluindo suas narrativas e as análises sobre elas que estavam sendo construídas.

Sendo assim, o processo de formação empreendido nessa investigação teve como objetivos principais:

- Apresentar o conhecimento da formação de si por meio de recordações relativas a atividades, contextos e situações, encontros, pessoas significativas, acontecimentos pessoais, sociais, culturais ou políticos; recordar-se de si para si mesmo, numa partilha com outros, bem como na diferenciação e na identificação com as recordações dos outros;
- Revisitar o conhecimento deste 'si' por meio do que diz dele a narrativa considerada no seu movimento geral e nas suas dinâmicas, nas suas periodizações, nos seus momentos-charneira, a fim de extrair, a partir daí, as características identitárias e as projeções de si, as valorizações que orientaram as opções, os elementos de auto-retrato que dão os contornos de uma personalidade;
- Reinterrogar o conhecimento de si mesmo no jogo das semelhanças/diferenças provocadas pela comparação com as outras narrativas. (JOSO, 2004, p. 68-69).

A seguir, partimos para o segundo capítulo, onde para desenredar a família, estabeleço uma aproximação com as trajetórias familiares das artesãs.



2. DES-ENREDANDO a família: as vivências familiares

Apresentamos algumas passagens das narrativas das artesãs, procurando discutir seus elementos à luz de aspectos advindos da teoria feminista. Para isso, utilizo, basicamente, a obra da pesquisadora mexicana Marcela Lagarde (2005) por desenvolver uma categoria que compreendemos como sendo muito apropriada para a discussão, que é a categoria de *madresposa*, que bem sintetiza o papel social exercido por todas as mulheres. Nessa parte, buscamos ampliar a utilização dessa categoria, estabelecendo um diálogo entre essa e as narrativas advindas da investigação encaminhada.

Os depoimentos das mulheres artesãs são oriundos dos encontros de pesquisa-formação realizados, visando uma aproximação mais sistematizada com as trajetórias dessas mulheres, e suas vinculações no universo feminino, isto é, como passaram a cumprir seus papéis de madresposas e possíveis conflitos e crises estabelecidos nessas trajetórias. São vivências familiares que apareceram fortemente nas falas das pesquisadas, a ponto de constituirão uma categoria fundamental de análise. São trajetórias de vida e de trabalho profundamente marcadas pelas famílias das artesãs, tanto suas famílias de origem (como pai, mãe, irmãos e irmãs) como as famílias que constituíram na fase adulta (formada por marido, filhos, e parentes próximos). Segundo Lagarde,

La familia se define como el ámbito social y cultural privado, como el espacio primario de pertenencia, definición y adscripción del sujeto,

como una institución del Estado en la sociedad. La familia está conformada por conjuntos de relaciones, instituciones, personajes y territorios. (LAGARDE, 2005, p. 371).

As chamadas relações de parentesco se definem a partir do reconhecimento da filiação e da conjugalidade. As relações de parentesco se confundem com as relações biológicas. Portanto, todos os familiares são parentes. Os parentes são formados pelos laços consanguíneos, incluindo ascendentes, descendentes e colaterais, mas por vezes pessoas que não são da família (biológica) são considerados parentes (como por exemplo, padrinhos, madrinhas e afilhados).



Figura 11: Marcela Lagarde y de los Ríos. Imagem capturada em nov.2009 no endereço <http://impreso.milenio.com/node/8641022>

Como instituições relacionadas à constituição familiar, Lagarde (2005) identifica e caracteriza a maternidade, a paternidade e o matrimônio. Sobre a maternidade, Lagarde a define da seguinte forma:

Basada en la progenitura como experiencia evidente y comprobable, personal y corpórea de la mujer, la relación con la criatura y con la persona la transforma en madre, y aun cuando ésta muriese, la mujer continúa madre. La maternidad dura toda la vida e implica los cuidados permanentes de reposición y reproducción cotidiana que prodigan las mujeres a los otros. (LAGARDE, 2005, p.372).

Ao contrário da maternidade que tem a gestação evidente como aspecto fundamental, a paternidade é baseada por uma suposição, não comprovável e, portanto, não evidente. A paternidade pressupõe a aceitação do homem. "La relación con la madre y por su mediación, con el hijo, transforman al cónyuge de la madre en padre. Es una relación de convención social". (LAGARDE, 2005, p.374).

O matrimônio é uma instituição que define regras para o exercício da conjugalidade. "Como pacto social, se espera que el matrimonio se mantenga por la compulsión de las obligaciones económicas, afectivas, eróticas, reproductivas, jurídicas, sociales, de un cónyuge con el outro". (LAGARDE, 2005, p.375). Por exemplo, nas sociedades ocidentais (e não apenas nessas) existe uma espécie de 'exigência' do exercício da monogamia feminina. Isso faz parte do pacto social do matrimônio. Segundo Lagarde (2005), essa regra procura garantir a paternidade, pois de um lado, garante a exclusividade no que se refere à prática sexual da mulher e, por outro lado, assegura a esse mesmo homem o reconhecimento por parte da mulher como sendo ele o progenitor.

Por fim, no que se refere à territorialidade, toda a família ou grupo doméstico se vincula a um território, constituindo uma residência. Trata-se do espaço de convivência entre os membros, que pode conter muitas pessoas ou poucas, constituindo apenas um pequeno núcleo familiar. O que importa compreender aqui é que esse espaço se conforma na identidade desse grupo, conferindo sentido às relações que ali se estabelecem. São espaços 'vivos', embora privados, mas que possuem uma determinada rotina, uma determinada estética, etc.

Antes de adentrar no universo das vivências familiares das artesãs, quero diferenciar família de grupo doméstico. A ideia aqui é caracterizar grupo doméstico, a fim de que se compreenda a importância desse grupo na vida dos seres humanos. Como destacado anteriormente, pensar a vida em sociedade exige, cada vez mais, que se realizem aproximações com esse espaço privado que foi, por muito tempo, alijado das análises sociológicas e históricas.

Pois bem, conforme Lagarde (2005) uma família pode ser um grupo doméstico. No entanto, um grupo doméstico, além da família, pode incluir outras relações, baseadas na servidão, no trabalho assalariado, na amizade, enfim, que inclua pessoas não vinculadas à família nem por filiação nem por conjugalidade. Dessa forma, um grupo

doméstico se constitui em um espaço com fins de reprodução privada de um determinado grupo social. Assim, um grupo doméstico pode ser uma família, um grupo de famílias ou até comunidades específicas, como asilos, prisões, abrigos, etc.

Haja vista a diversidade de possibilidades de constituição de grupos domésticos, Lagarde (2005) identificou algumas características que são compartilhados pelos mais diversos grupos. Os domésticos possuem basicamente a incumbência de:

- a) Procriar e reproduzir os seres humanos de acordo com a ordem social e cultural de determinado contexto histórico;
- b) Humanizar os indivíduos em sua própria cultura, convertê-los em sujeitos;
- c) Converter os seres humanos em seres sociais com personalidades e identidades próprias, no entanto, estruturadas em torno dos eixos de gênero, classe social e etnia;
- d) Reproduzir as estruturas e hierarquias de poder social e de Estado, a partir da identificação no processo de formação de identidades, utilizando rituais e normas particulares de relações;
- e) Reproduzir as instituições específicas que fazem de cada grupo doméstico um perfil diferente (família, asilo, etc.);
- f) Realizar a articulação do mundo da reprodução com a produção, enfim, do público com o privado;
- g) Garantir a construção privada do consenso, articulando suas formas de coerção, que por vezes pode envolver dor, temor, cativeiro, reclusão, exclusão, proibição, premiação, inclusive numa relação entre vida e morte, e ainda;
- h) Conformar um espaço que implica, além dos cuidados vitais, outros eixos privados de reprodução, que envolve a intimidade, o descanso, o sentimento, o erotismo, etc. (LAGARDE, 2005).

Ainda sobre os grupos domésticos, é importante ressaltar o que afirma Lagarde: "Las mujeres el núcleo de los grupos domésticos; éstos

giran en torno a su existencia y a su trabajo que en primera instancia la significan" (2005, p.370).

Dessa forma, a partir dessas considerações, apresento a seguir aspectos relativos ao período de infância das mulheres investigadas, já que algumas artesãs identificaram prontamente elementos de suas infâncias como sendo fundamentais para suas trajetórias futuras com o artesanato. Na sequência, trato de aspectos relativos ao papel de madresposa assumido pelas artesãs, abordando o contexto de sua fase adulta.

'Desfiando' as lembranças da infância

Nos depoimentos de algumas artesãs, é possível perceber fortemente os vínculos com suas próprias mães. As mães sendo causadoras de grandes influências na vida e nas escolhas futuras das artesãs.

Para Lagarde (2005), a relação com as mães é um dos processos culturais mais complexos. Rapidamente, as mães começam a exercer e encaminhar um processo de humanização com seus filhos e filhas, lhes transmitindo cultura, no que a autora chama de 'comprimidos infantis', ensinando o que é ser homem e o que é ser mulher, em que condições se obedece, quando e quem manda.

La madre debe educar y reproducir en el hijo las cualidades genéricas, de clase, de edad, nacionales, lingüísticas, y todas las que definen a su grupo: el acúmulo de tradiciones, valores, costumbres y creencias, las normas de su mundo. Debe construir el sustrato cultural primario, base para su desarrollo y contribuye a construir un sentido vital (LAGARDE, 2005, p. 378).

Nessa investigação, várias artesãs identificaram passagens de suas infâncias que consideraram marcantes para suas trajetórias futuras. Nessas passagens, suas mães exerceiram papel fundamental. Aqui destaco alguns trechos que denotam essa característica.

Começo com o depoimento de Vermelha, quando aborda elementos de sua infância, muito relacionada com a atividade de costureira exercida por sua mãe. Quando questionada sobre os

acontecimentos que a influenciaram para que se tornasse artesã, prontamente identificou aspectos ligados à sua família de origem. Isso fica claro quando afirmou que:

– Eu acho que eu iniciei também criança, eu via, a mãe costurava, as minhas irmãs também, e eu cresci olhando assim, sentada do lado delas e elas na máquina, a gente começava a brincar com as bonecas e elas assim trabalhavam. [...] (Vermelha, Grupo A, nov. 2008)

Após o riso solto de todas, ela continuou:

– Verdade, a gente tinha uma curiosidade! A gente queria crescer pra poder mexer na máquina também, claro. Porque a gente era pequena e não podia, então a gente cortava as roupinhas, as vezes até de plástico e mexia nas bonequinhas... O meu pai também, ele trabalhava com madeira e com ferro, ele gostava muito de fazer dobraduras assim com ferro... e também ele esculpia em madeira... Então a gente se criou nesse ambiente assim... E eu adorava escrever e desenhar. Eu já nas primeiras idas à escola eu criava e queria escrever e não sabia, eu não sabia escrever ainda, mas eu criava assim e não via a hora de poder colocar no papel... Eu já nos primeiros anos na escola eu já me encaminhei no artesanato mesmo porque eu adorava. A gente... nós pintava, aprendemos a pintar alguma coisa na escola, e eu me apaixonei pela arte mesmo guriás, eu adorava teatro, cedo assim com dança, e já escrevia, eu comecei a escrever, embora muito ainda rudimentar o meu trabalho, eu já era apaixonada pela arte, eu queria tirar Belas Artes. E depois eu não pude, a gente era muito pobre, a minha família não tinha como custear os estudos pra mim... então eu já me encaminhei pra outro caminho mas nunca desisti dessa parte assim, eu bordava, fazia tricô, eu olhava as coisas e queria copiar, porque eu não tinha preparo ainda pra fazer... (Vermelha, Grupo A, nov. 2008)

Para Vermelha a atividade em costura exerceu importante papel. Essa passagem também refletiu em outras mulheres e fez aflorar outras trajetórias da infância. Assim apareceu outro relato vinculado à costura. Na sequência do encontro, Lilás falou:

– Lembranças né!!! A hora que ela falou eu lembrei: a mãe ganhou a máquina do pai e foi o pai que ensinou a mãe, a mãe pedalava e ia um pouco pra frente e um pouco pra trás... aí eu me apaixonei por aquilo ali, mas a mãe não deixava eu chegar perto... bahhh... e eu pegava pedaços de tecido assim e costurava, geralmente fazia uma bainha, uma coisinha simples... Quando a mãe não estava, era sempre escondido. Mas sabe que o que eu mais adorava fazer, até porque era bem simples, bem rapidinho? Era vestidinho pra boneca, ou calça, mas era mais vestidinho, porque eu já tinha o tamanho certinho que era das meias do pai... (Lilás, Grupo A, nov. 2008)

Entre muitos risos de todas, Lilás continuou:

– Era só cortar ali, costurar em cima do outro e tava feito o vestidinho, às vezes fazia calça... foi meu primeiro molde... Calça também, tu só pegava ali, cortava o meio da perna, costurava assim, ta, tava certinho na boneca... as primeiras eu peguei algumas que já estavam bem velhiiiiinhas... Tu sabe, até porque não se tinha dinheiro pra ta comprando meia... Nem era meia, a gente chamava carpim...éééé. Era os 'carpim do pai'. Sabe que depois eu estava gostando tanto que eu acabei pegando as que não estavam tão velhas assimmm, não estavam tão costuraaaada... Eu tinha uma caixinha de sapato que estava cheia de roupinhas de boneca e a maioria ali era das meias do pai. Aí eu lembro que o pai foi procurar e não achava mais. E aí era aquela briga: - Ah, mas uma não tem par, porque não sei o quê, porque eu não acho a outra, a outra eu guardei aqui... aí eu fui obrigada a dizer pra mãe, que dentro da minha caixinha tava cheio de roupa de boneca, e aí eu mostrei pra ela... Ahhh, aí eu fiquei de castigo, sem dúvida não é. Principalmente porque até aquele momento a mãe não sabia que eu mexia na máquina dela... (Lilás, Grupo A, nov. 2008)

Essas passagens do encontro foram marcadas por risos de todas. Foi um momento onde as lembranças da infância surgiram de forma leve e descontraída. Mas o que importa aqui é termos claro que as atividades exercidas pelas mães das artesãs 'marcaram' suas vidas e, o mais importante disso é perceber que as próprias artesãs reconhecem que esses momentos foram importantes para suas trajetórias com o artesanato.

Mas em outro encontro realizado (Grupo B), a participação da mãe na trajetória da filha apareceu de forma mais marcante e intensa. Esse aspecto ficou claro na narrativa de Verniz. Ela fez referência a sua mãe em vários momentos do encontro. A seguir aparece o trecho inicial de sua fala, onde Verniz afirma reconhecer a importância de sua mãe em sua trajetória de vida. Após a provocação inicial, a primeira fala de Verniz no encontro foi a seguinte:

– Pra mim um relato importantíssimo.. pra minha vida e que me levou onde eu estou hoje, com todas as coisas que eu faço, que não é uma, que são inúmeras coisas que eu aprendi a fazer... eu posso resumir que foi minha mãe. A minha mãe é que me deu a base para o que eu sou hoje. Porque através das broncas, através da resistência dela em dizer que a gente tinha que aprender algo na vida, no nosso caso a gente foi criada 'pra casa' e não para ter uma vida independente... que a única coisa que a gente saber fazer na vida era cuidar de filho, cozinhar, cuidar de casa, e pra isso a gente não poderia sair para

trabalhar fora, então a gente tinha que saber fazer algo de trabalhos manuais pra tirar nossa renda em casa, sem deixar a casa, sem deixar os filhos e o marido... sem dar assistência... ela foi criada assim e nos criou assim. Então para ela o estudo não tem valor algum, entende? O estudo o que tem valor para ela é saber ler, escrever e fazer conta para tu saber o quanto tu vai ganhar, com quanto tu vai te manter... curso superior não existe para ela. Tu ser um médico, tu ter uma profissão, um diploma, não tem valor; e eu sempre achei que era diferente... a gente foi criada nesse sentido, de ser dona de casa. (Verniz, Grupo B, jan. 2009)

Embora se perceba que Verniz reconhece a importância da mãe em sua vida, também fica claro que a mãe exerceu papéis negativos em sua trajetória, transformando-se, dessa forma, em uma referência tanto positiva quanto negativa para a artesã. Essa crise fica mais evidente na seguinte passagem:

- [...] mas quando eu cheguei num certo momento da minha adolescência eu queria mais, aquilo não era mais suficiente, não era suficiente eu ser dependente de marido, como não é até hoje, eu dependo, mas para mim não é suficiente... eu ter alguém que pague as minhas contas, que me dê roupas, que me dê comida, entende? Para mim o suficiente seria eu me manter com as minhas condições, com o meu dinheiro, casada e poder manter os meus filhos sem depender do dinheiro do meu marido. Isso seria o suficiente para mim. (Verniz, Grupo B, jan. 2009)



Assim como Vermelha, Verniz também era filha de costureira.

- Mas a coisa mais marcante foi assim, que a gente detestava costurar, a gente nunca gostou de costurar, e a mãe foi costureira desde os doze anos de idade, então ela passou pra gente a noção da costura, insistia pra gente fazer um arroz bem soltinho, todas essas questões

domésticas nós tínhamos que fazer direito... e a gente não gostava, mas mesmo assim a gente fazia porque a gente devia obediência. (Verniz, Grupo B, jan. 2009)

Mesmo com essas 'marcas', Verniz reconhece a importância de sua mãe em sua vida e, mais ainda, reconhece como ela mesma reproduz aspectos dessa relação em sua própria maternidade.

– Hoje, às vezes eu falo pros meus filhos, que podem ter 40, 50 anos, que se tiver embaixo do meu teto tem que ser do jeito que eu quero. E isso ela sempre nos disse: 'Enquanto tu depender do meu arroz com feijão tu tem que agir da maneira que eu quero', e às vezes eu me pego falando isso pro [disse o nome de seu filho] mas eu não quero isso pra ele, eu quero que ele seja independente, eu quero que ele tenha a vida dele... se Deus quiser, vai ter porque eu tive... que não precise se casar pra viver sustentado pela mulher, mas que dê também o auxílio que a mulher precisa pra sair, pra buscar algo para satisfazer sua vontade própria... E essa situação é que foi marcante assim pra mim, a insistência que a mãe teve para que a gente aprendesse as coisas, isso influenciou bastante pra mim estar onde eu estou hoje [...] (Verniz, Grupo B, jan. 2009)

Verde reconhece que a relação com sua avó na sua infância foi determinante no seu interesse futuro pelo artesanato. Isso apareceu na seguinte passagem de sua narrativa:

– Até um dia desses nós comentávamos, eu fazendo aquele crochêzinho assim 'isso aqui a vó me ensinava quando eu estava em férias!!!', porque tudo que eu sei de artesanato foi minha vó que me ensinou, porque eu ia para lá. A vó me botava em cima da cama dela, e 'pega tua agulha, e 'pega tua linha' e eu ia fazendo e ela ia me ensinando, tudo que eu sei: bordar eu sei, sei tricotar, sei fazer crochê e pintar não, pintar eu já aprendi na Igreja, mas essas coisas manuais, porque a vó me ensinava. Eu tinha que saber porque eu tinha que fazer os bordados das roupas dos meus filhos, e eu fazia as roupas das minhas bonecas, isso eu me lembro, então eu me lembrava assim que isso eu não sei de hoje, eu sei de muito tempo...!! Porque nas férias a mãe não tinha onde me socar, então ela mandava um para cada canto e eu ia lá para a vó. (Verde, Grupo B, jan. 2009)

Verde é uma pessoa com uma trajetória de vida ligada a movimentos sociais, em grande parte vinculada à Igreja e também à política partidária. Em sua narrativa, aparece o vínculo dessa trajetória com aspectos ligados a sua infância.

- Eu ainda questiono essa coisa da gente nascer nato para algo, porque eu penso assim, eu tinha seis, sete anos, e eu ia com a mãe nas rodas - que eu gostava muito de samba - que eram feitas depois das reuniões do Grupo de União e Consciência Negra. Eu adorava era o sambão, mas eu gostava também do que eles falavam, aquele negócio de 'negro tudo junto', e a mãe junto, ela me levava... e aquilo começou... Eu penso hoje que essa coisa da gente estar indo, ou com algum familiar ou... isso eu acho que tem muito de 'puxar' assim sabe? Depois eu descobri que a mãe e o vô, eles na época do Jango, da vassoura, o vô fazia vassouras, botava na charrete e vinha para Pelotas, lá da Capela da Buena, só o vô e a mãe, participar dos atos políticos, entregar vassourinhas, porque o vô sempre foi dessas coisas políticas... (Verde, Grupo B, jan. 2009)

Quanto à pesquisadora (Rosa), os encontros com os dois grupos também despertaram lembranças da infância em família. Lembranças consideradas fundamentais na constituição da trajetória profissional de docente. Trata-se de fazer um exercício de rememoração, na tentativa de resgatar os aspectos que contribuíram para que a pesquisadora se tornasse professora. No entanto, nesse caso, a presença de seu pai teve papel marcante em sua trajetória. Isso apareceu na seguinte passagem:

- [...] os meus pais me incentivaram muito a estudar, muito, muito mesmo, eu acho que exageradamente, eu acho que eles esperavam muito da escola, eles pensavam que já que não puderam estudar, iriam proporcionar isso para mim. [...] Mas no fundo foi bom porque foi um incentivo para mim... até porque o meu pai é uma pessoa muito machista e autoritária. Então eu e a minha mãe fomos muito oprimidas por ele... Então assim, a gente vivia sufocadas pelo meu pai, tanto ela como eu, mesmo ela trabalhando fora, ele tinha o controle de tudo, dos horários, do horário que ela saía de casa, do horário que ela voltava, os meus horários também... o horário que eu ia para a escola, que eu voltava, me controlava mesmo. Então era um 'sufocamento', e na escola eu me sentia livre. Aí é que está: ali era a minha transgressão, porque quando eu estava na escola ele não sabia com quem eu estava. As pessoas do bairro e da rua ele podia conhecer, mas da escola não. [...] As pessoas são contraditórias não é? Ao mesmo tempo em que o meu pai era super dominador, ao mesmo tempo ele me incentivava a estudar, são contradições porque poderia ser diferente, ele poderia nem querer que eu estudasse para ficar me controlando mais e mais... Mas não, ele me incentivou a estudar sempre, o que acabou contribuindo para que eu tivesse mais autonomia no futuro. (Rosa, Grupo B, jan.2009)

Na sociedade e na cultura patriarcais, a figura do pai forma uma das instituições fundamentais e é composto por um complexo de relações e funções que constitui um 'pai simbólico', que passa a atuar

no imaginário de cada um ou de cada uma. Esse pai simbólico representa um conjunto de atributos e valores revestidos por um 'status quo' forte e expressivo tanto no aspecto cultural, como social e político e é encarnado por uma pessoa. Conforme Lagarde,

La ideología patriarcal considera que el padre es el hombre pleno, el adulto que trabaja, que organiza la sociedad y dirige el trabajo, la sociedad y el Estado. Su calidad de padre se suma entonces a los atributos masculinos patriarcales y le otorga el poder de quien trasciende mediante los hijos, en quienes se perpetúa y sobre quienes ejerce, a nombre del poder, la dirección y el dominio en la cotidianidad. (2005, p.375).

Interessante perceber que nem sempre é o pai biológico que cumpre essa função de 'pai simbólico'. Outra pessoa pode assumir esse papel no imaginário humano, inclusive pode ser a própria mãe a assumir e reproduzir o modelo de família e sociedade patriarcal. No caso de Verniz, sua mãe parece ter assumido esse papel. Já no meu caso, foi meu pai biológico que cumpriu essa função.

Maternidade infantil

Lagarde aborda a maternidade infantil como sendo uma atividade inclusa nos papéis femininos. Algo que de uma forma ou de outra as mulheres exercerão, independentemente de passarem por uma gestação ou não. Sobre isso afirma

Desde el nacimiento, y antes incluso, los seres humanos de sexo femenino son esperados y son recibidos, históricamente, con un destino. Las niñas nacen madres y lo serán hasta la muerte, de manera independiente de la realización material, de la progenitura. (LAGARDE, 2005, p.398)

Segundo a autora, durante a infância as mulheres são preparadas para o exercício do papel de mãe e cuidadora, onde as conhecidas brincadeiras infantis cumprem seu papel formador. Sobre o brinquedo com bonecas, Lagarde nos diz:

La preparación para la maternidad es teórica, pero se extiende al mundo concreto: la niña es madre de su muñeca en el espacio lúdico.

A través del juego la niña aprende a ser madre, aplica los conocimientos adquiridos directamente en su persona y los que elabora al observar a su madre en relación con los otros. Al jugar con su muñeca experimenta sentimientos, actitudes y formas de comportamiento propias de una madre y al mismo tiempo es madre de su muñeca, como quisiera que su madre fuera con ella: usa a la muñeca como recipiente de sus necesidades y como satisfactora simbólica de sus envidias maternas. (p.399)

Dessa forma, o lúdico é um espaço simbólico de aprendizagem onde as meninas desenvolvem a vivência da maternidade infantil. Trata-se de um grande processo de aprendizagem no qual as meninas estão envolvidas desde cedo. E algumas concretamente realizam esse papel já em temprana idade. São o que Lagarde denomina de *niñas-madres*, que são

[...] las madres infantiles. Se trata de mujeres que son madres en la infancia, y son madres porque cumplen funciones y porque se relacionan de manera maternal con niños menores, los cuales están a su cargo, en mayor o en menor medida. (p.401)

Não são mães biológicas, mas cumprem o papel de mãe. Em geral, quem cumpre o papel de filho pode ser seu irmão ou irmã, seus primos, sobrinhos, vizinhos, amigos da família, etc. A passagem da situação do imaginário lúdico com bonecas para a concretude da vida real é muito tênue.

Com algumas artesãs essa situação foi presente e suas narrativas visibilizaram esse contexto. São os papéis de niñas-madres surgindo nos depoimentos das mulheres sobre suas vivências no mundo do trabalho. São trabalhos realizados que 'fogem' às estatísticas oficiais pois, além de não ser considerado como um trabalho infantil, as niñas-madres não são consideradas mães, embora cumpram em grande medida esse papel.

La sociedad no les confiere el título de madres a estas niñas, la ideología de la maternidad cubre el contenido de esta maternidad infantil [...]. El hecho de este fenómeno no sea apreciado como maternidad se debe a que en la ideología de la maternidad, madre es aquella que cumple con el estereotipo: 'los hijos son de quien los pare', madre es la que parió. (LAGARDE, 2005, p.402)

Apresentamos alguns trechos das narrativas onde esse contexto apareceu. Verde, em seu depoimento, salientou a importância das

experiências vividas na infância na determinação de nossas trajetórias. Definiu-se como sendo uma pessoa autônoma, e que essa autonomia está muito vinculada a fatos que aconteceram em sua infância, como o cuidar dos irmãos menores.

– [...] agora eu acho que essa coisa de autonomia, eu sempre cuidei dos meus irmãos, o que eu lembro da minha infância, era sempre eu cuidando um ou outro, porque a mãe trabalhava que nem um camelo e o pai viajava, aquela coisa do pai ausente... por que? Ele era caminhoneiro e aí... ele não parava, só vinha de vez em quando, de quinze em quinze dias e tal, aí era a mãe, pai e mãe, e eu acabava ajudando. Então, a minha infância é muito de eu me lembrar disso, de eu ajudar a mãe a cuidar meus irmãos, e quando o pai estava a gente podia sair, essas coisas assim que é legal, dessa formação mais... porque aí foi me dando vontade de estudar, de aprender... (Verde, Grupo B, jan. 2009)

Azul também passou pela experiência de cuidar de crianças desde muito nova.

– Eu... eu assim de pequena eu... já desde muito novinha cuidei criança né, estudava e cuidava criança, eu tinha sete anos e cuidava de gêmeos... [...] Eram sobrinhas minhas, mas depois já foi também primos do meu pai, quer dizer que meu já eram primos segundo e o filho já era terceiro... ganhava um dinheirinho, mas estudava, em comparação estudava de manhã e de tarde trabalhava, aí era o dobro que eu trabalhava, porque tinha que fazer o serviço e lavar roupa, tudo, tudo a gente fazia. (Azul, Grupo A, nov.2008)

Foi nessa época que Azul teve seu primeiro contato com o artesanato, inclusive no espaço escolar.

– E aí, essa tia no caso fazia alguma coisa em crochê, já me ensinou a fazer... hâhâhâ, naquela época fazia saia de crochê com forro e coisa, mas nós só fazia o crochezinho, né o trabalhado pra fazer a dita saia né. Aí depois no colégio também, a professora na quarta série foi... que a gente tinha uma professora que eu nunca esqueci o nome dela [Azul disse o nome e o sobrenome da professora e todas riram] era uma amor, uma moreninha, aí ela nos ensinou a bordar, e aí nós aprendemos a fazer vagonite [é um tipo de bordado!!] na aula dela, ahh nós adorava aquela professora porque ela fazia aulas diferentes pra nós. E aí eu aprendi a fazer vagonite. Mas aí nem dava tempo, porque cuidava criança e estudava e coisa, não dava tempo dessas coisas, nada. (Azul, Grupo A, nov.2008)

Verniz também foi cuidadora de crianças em sua infância. Sobre esse aspecto, disse:

– Eu comecei a trabalhar com 14 anos, trabalhei em casa de família, eu era babá, e no momento que eu comecei a trabalhar, um terço eu já deixava em casa, e era obrigatório, com todos foi assim. Todos que começaram a trabalhar, não interessava se era homem ou se era mulher, tinha que ajudar em casa. Porque comia né, 'então agora que tu trabalha tu já pode dar tua cota'. [...]eu me lembro muito bem como se fosse hoje, eu queria trabalhar mas eu não estava mais a fim de estudar, então ela disse 'ou tu trabalha ou tu estuda', então eu optei por trabalhar e ter o meu dinheiro, porque o que eu queria ela não podia bancar, e aí eu digo 'o que que eu vou fazer...', porque a única coisa que eu sei fazer direito é cuidar de criança, aí é que eu fui ser babá de criança, com 14 anos. [...]eu só saí de lá quando eu casei, com 21 anos. Eu entrei com 14 e saí com 21. [...]Aí quando eu casei eu só saí do serviço por causa que eles moravam no (bairro) Fragata e eu vim morar no (bairro) Areal, aí ficava um trecho muito difícil pra mim chegar no horário que ela tinha que sair de casa, aí eu teria que sair mais ou menos 5 e meia, 20 para as 6 para ela sair 20 para as 7. Então ficava difícil, ela trabalhava no hospital, tinha que manter o horário. Mas foi só por isso, senão eu estaria lá até hoje, estaria cuidando a minha neta hoje lá, vamos dizer assim [risos]. (Verniz, Grupo B, jan.2009)

Sabemos que o exercício da maternidade na infância é socialmente negado, embora seja incentivado. No entanto, essa experiência não é vista como 'maternidade', mas sim como uma aprendizagem, de forma que as meninas estão, desse modo, preparando-se para o futuro, isto é, para a fase adulta.

Las niñas aprendices adquieren en esta vivencia pedagógica y laboral, de manera simultánea, dones para la maternidad y con ello avanzan en la consecución de la feminidad. El juego a las muñecas y el cuidado a los menores, son caminos de las niñas hacia la feminidad, a la vez que son madres en lo real concreto y de manera simbólica. (LAGARDE, 2005, p.404)

É importante afirmar que a maternidade infantil não se esgota nos cuidados diários dispensados a outras crianças. Essas meninas estão exercendo uma verdadeira maternidade, mesmo que seja compartilhada com a mãe ou outras mulheres adultas e que venha a ocupar menos esforço e tempo do que o empreendido pelas adultas. O que caracteriza que o que elas exercem é maternidade é o fato de que as meninas atuam diretamente no processo de reprodução social,

afetiva, intelectual e, inclusive, material de outro. Além disso, devemos levar em conta sempre o espaço e o tempo que essas relações e funções maternas ocupam na sua própria vida, contribuindo para a formação de sua própria identidade.

'Mulheres de família': as madresposas

Vamos, inicialmente, procurar caracterizar as madresposas, segundo Lagarde. A autora começa afirmando que todas as mulheres são madresposas, independente de sua condição concreta de mãe e/ou esposa. Assim

[...] todas las mujeres son madresposas aunque no tengan hijos ni esposo, así como es cierto también que algunas mujeres con hijos o casadas, tienen dificultades para cumplir con su deber y asumirse como tales, o para ser identificadas como madres o como esposas, de acuerdo con los estereotíos de adscripción vigentes. (2005, p.363).

Dessa forma, a categoria de madresposa torna-se fundamental para nossa análise e abarca todas as mulheres investigadas. Por isso essa categoria apresenta aqui sua importância, já que denota aspectos relativos tanto à maternidade como à conjugalidade, centrais no que se refere aos estudos sobre o universo feminino. Ainda segundo a referida autora "La maternidad y la conyugalidad son las esferas vitales que organizan y conforman los modos de vida femeninos, independientemente de la edad, de la clase social, de la definición nacional, religiosa o política de las mujeres" (2005, p.363).

Sendo assim, para Lagarde, as mulheres (mesmo as que não exercem a maternidade concretamente) podem ser 'mães' de amigos, irmãos, maridos, sobrinhos, afilhados, companheiros de trabalho ou estudo, pais, uma vez que exercem esses papéis mesmo que simbolicamente. São cuidadoras e, mesmo que a sociedade não as reconheça como tais são mães, já que exercem, em grande parte, os papéis tradicionalmente e oficialmente relacionados com a maternidade. "Así articuladas la maternidad y la conyugalidad, son los ejes socioculturales y políticos que definen la condición genérica de las

mujeres; de ahí que todas las mujeres son madresposas" (LAGARDE, 2005, p. 365).

Nos encontros de pesquisa-formação que realizei com as artesãs vieram à tona suas trajetórias de madresposas, abarcando elementos desde a infância até a fase adulta, incluindo seus papéis de mãe, esposa, filha e irmã.

Nessa perspectiva, não podemos falar de madresposas sem nos remetermos às constituições familiares. Como vimos, a família torna uma dimensão fundamental para se pensar as trajetórias femininas. E as mulheres sempre conformam grupos domésticos, onde as funções de mãe e esposa possuem espaço fundamental.

No decorrer de um dos encontros realizados, quando as artesãs abordaram a experiência da maternidade, ficou evidente o atrelamento da maternidade a outros desafios impostos a elas. Desafios relativos a outros aspectos da vida humana, principalmente no que se refere a outras opções profissionais ou de formação.

Verniz possui dois filhos, um menino e uma menina. Enquanto abordava sua trajetória estudantil e seus planos profissionais, disse:

– [...] E depois veio a filha... que era na verdade para mim pensar num vestibular, o menino já estava com cinco anos, eu digo 'vou fazer o vestibular, porque agora ele já está grande, boto ele na escola e faço no horário inverso'. 'Mas não, quem sabe a gente tem outro...' coisa e tal né, e aí foram os dois querendo outra criança, eu acabei cedendo e veio a menina [...] (Verniz, Grupo B, jan.2009)

Portanto, a gravidez da filha mais nova aconteceu em um momento de sua vida em que os planos incluíam fazer o vestibular e cursar o ensino superior, seguindo, dessa forma, uma trajetória de formação universitária com um único filho.

Na continuidade do encontro-formação, Marrom relembra sua própria trajetória estudantil, também rompida por uma gestação.

[...] Depois que eu já era casada e já tinha meus dois filhos mais velhos, aí eu ia fazer - naquele tempo era o Curso Normal -, eu tinha feito o Científico, até não tinha feito o terceiro ano, aí eu ia fazer o exame para o normal, aí eu resolvi engravidar da terceira... a gravidez é uma fuga, de alguma coisa, é um medo, uma fuga, alguma coisa, porque na hora que eu ia entrar para fazer o Normal, eu engravidiei. Aí a desculpa que eu tinha, que eu não fiz, por causa da criança, mas a criança foi uma desculpa. (Marrom, Grupo B, jan.2009)

Marrom deixa bem claro em seu depoimento a percepção da gravidez como se tratando de um processo de fuga, ocasionada por algum desafio a ser enfrentado. Essa afirmação refletiu-se imediatamente em Verniz, que disse:

– Exatamente, porque essa foi uma das fugas que eu tive, tanto na gravidez do menino como na gravidez da menina. Quando eu terminei o segundo grau não era para eu engravidar, era para fazer vestibular. 'Não, mas agora eu quero filho'... né. Na gravidez da menina também, era para fazer o vestibular. 'Não, mas já que agora os dois estão querendo filho eu vou ceder e vou engravidar'. Mas o meu medo de fazer o vestibular não era o medo de passar, de estudar, é eu chegar e passar por todas as etapas e chegar na monografia... entende? [...] Isso dá um medo de ser rejeitada. (Verniz, Grupo B, jan.2009)

Ela justifica sua postura da seguinte forma:

[...] a mãe criou a gente para ser dona de casa, para ter os filhos, para estar ali a todo momento que o marido queira e deseja que a gente esteja do lado. E a hora que tu sentir que tu pode fugir disso, dá um certo medo, o medo. (Verniz, Grupo B, jan.2009)

Dessa forma, aparece aqui o reconhecimento da mãe como formadora, de forma que ela venha a cumprir os papéis esperados. E o vestibular significaria romper com isso. Mais do que isso, existe um medo de ser rejeitada em um outro espaço, até então desconhecido e que causa estranhamento, que é o espaço acadêmico. O espaço doméstico é o 'porto seguro', um espaço que, mesmo diante das dificuldades e, porque não dizer, frustrações, é um ambiente conhecido, portanto, de mais fácil 'manejo'. Assim, a gravidez aparece como fuga, uma forma de retomar os papéis esperados por todos. Como afirmou Verde:

– Eu não sei, mas eu tenho a impressão que a gente não está cumprindo o papel que a gente veio ao mundo para cumprir. Qual o papel investido assim? É que a gente tem que ser mãe, é que a gente tem que ter filhos, que a gente tem que casar, então parece que isso foge né, quando tu encara assim uma outra situação de fazer faculdade e coisa, foge do que é esperado da gente... e aí eu vou fazer o que é certo... (Verde, Grupo B, jan.2009)

Nessa passagem, Verde demonstra compreender a situação de dependência a qual, muitas vezes, as mulheres se veem envolvidas. É

oportuno ressaltar aqui a experiência de militância de Verde, que marcou e tem marcado profundamente sua trajetória de vida. Verde, além de possuir formação acadêmica, possui uma vivência com movimentos sociais muito intensa, partindo de sua experiência nas comunidades eclesiás de base, mas também na militância vinculada a partido político. Verde foi, inclusive, candidata à vereadora nas últimas eleições na cidade. Sua experiência de militância inclui movimentos de mulheres, o que lhe confere um olhar apurado sobre as questões de gênero.

No entanto, é possível perceber no encontro que, mesmo no que se refere a situações que poderiam apontar para um processo de emancipação, aspectos relativos à conjugalidade são mantidos. Verniz afirmou:

– É assim, eu ainda não cheguei naquela fase de me auto-sustentar sem depender do dinheiro dele [do marido], que é o que eu tenho desejo e um dia se Deus quiser eu vou conseguir fazer isso né. Porque assim, a gente tem planos... ele fez faculdade, agora está fazendo um curso de gerenciamento.... me esqueci da outra palavra. Então o sonho de consumo é que ele pudesse fazer um doutorado fora, mas para ele fazer um doutorado fora eu tenho que estar me mantendo sozinha. Por isso que eu busco essa vontade de me manter com o meu dinheiro e de não precisar do dinheiro dele, para a hora que puder e for possível ele fazer um doutorado fora ele ir fazer um doutorado fora ou um mestrado fora né, que são as duas coisas que estão faltando para finalizar a faculdade. Eu também pretendo entrar para fazer faculdade. Então a gente está afinado nessas duas coisas assim, nessa busca. (Verniz, Grupo B, jan.2009)

Aqui aparece fortemente o desejo de se manter financeiramente sozinha, o que poderia apontar para uma situação de maior autonomia. Mas essa intenção aparece com o objetivo do marido prosseguir em seus estudos. Portanto, nesse fragmento do depoimento de Verniz aparece o atrelamento de seus próprios planos de futuro com os do marido, aparentemente privilegiando os planos dele.



Figura 12: Matrimônio. Capturada em nov.2009 no endereço http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Esposas_de_Matrimonio_1.jpg

Lagarde, quando trata da relação de dependência das mulheres em relação '*a los otros*', percebe o lugar privilegiado dos homens nessa relação. "La mujer pide también la protección de su esposo y lo hace desde una clara definición política: proteged a mi esposo em todas sus empresas..."(2005, p. 367).

Dessa forma, Lagarde afirma que a existência da madresposa fica atrelada a do homem, representado aqui pela figura do marido. Para a autora, a mulher só existe social e individualmente a partir dessa relação, onde "*la mujer valora más la existencia del otro que la propia, porque solo su reconocimiento le da existencia a ella misma*" (2005,p.367).

A questão financeira apareceu fortemente nos encontros encaminhados na pesquisa. A independência econômica é vista como uma pré-condição para o exercício de uma maior autonomia em suas vidas. No entanto, o exercício da maternidade mostrou ser um dificultador nesse aspecto.

Verniz demonstrou ter vontade de alcançar uma maior independência financeira em relação ao marido. Em seu relato, disse: "[...] eu gostaria de manter a casa eu com meu dinheiro, sem precisar tanto do dele [...]" (Verniz, Grupo B, jan.2009). A ideia de manter a casa está relacionada com a idéia de se sustentar (a si, a seus filhos e às suas próprias demandas pessoais). Parece que aqui a casa, enquanto representante do espaço doméstico, se confunde com si própria... É

interessante perceber que a casa dá a ideia de autonomia, mesmo o marido fazendo parte desse lugar. Dessa forma, ser autônoma e independente está diretamente relacionado com o domínio do espaço doméstico.

Em sua obra, Lagarde (2005) desenvolve o conceito de 'servidão voluntária, onde afirma que

La servidumbre voluntaria implica ese fenômeno de consentimiento a la opresión presente en todos las relaciones de dominación que sujetan a los individuos y a los grupos. Sin ese consentimiento 'voluntario' no habría ejercicio de poder [...] (LAGARDE, 2005, p.163)

Lagarde busca uma explicação para justificar a constante servidão voluntária das mulheres e a encontra no processo de dependência, que se manifesta nas mais diversas formas, inclusive na econômica. "La dependencia es la metodología operativa de la opresión patriarcal" (2005, p.165).

A dependência por si só é uma característica inerente nas relações sociais que unem os indivíduos e/ou grupos sociais. Surge a partir das diferenças e é o que faz com que exerçamos a vida em sociedade. No entanto, no modelo de opressão patriarcal que envolve as mulheres "*la dependencia ha sido el eje de la condición histórica de la mujer y de la particular situación de las más diversas mujeres*"(LAGARDE, 2005, p.167)

Esse processo de dependência feminina pode se referir a tudo que é exterior a elas, que as faz dependentes dos homens, dos filhos, dos pais, de outras mulheres, das relações sociais, de instituições, etc. Portanto, os laços de conjugalidade e de maternidade, combinados com a dependência econômica constroem o alicerce no qual o processo de servidão voluntária se instala.

Sobre o poder do econômico nas relações familiares em geral, Verde definiu da seguinte forma:

- As coisas sempre acontecem nas relações econômicas... Isso acontecia muito lá no Conselho⁹ [Tutelar]. Ahhh, a brigalhada toda estava 'porque eu vou perder tanto em dinheiro, ou eu não vou ganhar a Bolsa Família tal, ou eu vou perder...' Ao fim e ao cabo as nossas

⁹ Verde foi Conselheira Tutelar por dois mandatos.

relações acabam... elas são permeadas pela grana, pelo dinheiro.
(Verde, Grupo B, jan.2009)

Como podemos perceber, as artesãs que participaram da pesquisa tiveram suas vidas fortemente 'marcadas' por seus 'laços familiares'. São mulheres que assumem suas trajetórias, demonstrando conhecer as influências que sofreram de suas famílias, tanto as de origem como as famílias que constituíram, com marido e filhos.

No próximo capítulo apresento aspectos relativos às experiências de trabalho e escolares dessas mulheres artesãs, onde novamente suas experiências aparecem marcadas por suas trajetórias familiares.



3. DESATANDO OS NÓS das experiências escolares e de trabalho

Neste capítulo retomaremos argumentos críticos sobre a lógica do trabalho na ordem neoliberal e analisaremos a forma como a escola vem se moldando nesse contexto. Tanto um quanto outro demonstram ter elementos que constituem as trajetórias vividas pelas artesãs, em especial de como, para as mulheres, é aprofundada a experiência dos trabalhos precários e de uma escola que se distancia da possibilidade de ensinar nessa conjuntura. Dessa forma, as experiências escolares e de trabalho constituem-se em 'nós' a serem desatados, assim como os nós (em linhas, lãs, etc.) podem prejudicar/atravessar a confecção de diversos trabalhos artesanais.

Para desatar os nós, começamos abordando o contexto referente à trajetória da implantação do processo de industrialização e urbanização no Brasil, no intuito de compreender as concepções hegemônicas de desenvolvimento econômico e social e como elas foram sendo implementadas no país, dando ênfase ao processo de constituição e consolidação do capitalismo contemporâneo. Identificaremos como esse processo histórico influenciou e continua influenciando a construção das identidades de gênero e, mais especificamente, na construção da feminilidade.

A implantação do processo de industrialização no Brasil constituiu um modo de inserção do país no sistema capitalista mundial, e essa conjuntura estabeleceu um determinado panorama de inserção (ou

exclusão) da classe trabalhadora. As mulheres não ficaram isentas desse processo, pois foi nesse momento histórico que se deu sua inserção nos espaços públicos, tanto no Brasil como no mundo.

A intenção é compreender o processo histórico de inserção das mulheres nos espaços públicos de trabalhos precarizados, e possibilitar que esse processo dialogue com as experiências das artesãs narradas nos encontros de pesquisa-formação encaminhadas pela pesquisa. Perceberemos no decorrer desse capítulo que as experiências de trabalho e de aprendizagens das mulheres artesãs estão muito permeadas pelas experiências pessoais e familiares que foram abordadas no capítulo anterior. Sendo assim, é interessante identificar como seus papéis de 'madresposas' se relacionam com suas atividades no mundo do trabalho e, mais do que isso, como se constituem em aprendizagens importantes em suas trajetórias de vida. Aqui podemos nos aproximar um pouco mais das experiências de vida dessas mulheres, percebendo como se deram suas 'articulações' entre os espaços público e privado.

'Enrolando' trabalho e educação

O neoliberalismo consolida-se mundialmente, principalmente a partir da década de oitenta. Basicamente, consiste no fim da regulação da economia pelo Estado, através de privatizações e de medidas de desregulamentação (diminuição de cargas tributárias, abertura de mercados, fim de direitos trabalhistas, etc.), visando dar maior liberdade ao capital e aumentando, assim, sua capacidade de lucro. Devemos lembrar-nos de período recente na história do país em que grandes empresas estatais foram privatizadas.

A globalização possui o papel de mascarar esse panorama, sendo uma ferramenta do neoliberalismo na intenção de difundir a ideia de que esse é um movimento irreversível, criado pelo 'natural' desenvolvimento das economias neoliberais e, portanto, inevitável. Mas o que vemos é que, embora o discurso político em prol da globalização difunda a liberdade e igualdade de condições, ela se desenvolve aprofundando as desigualdades sociais.

Sobre globalização, é pertinente citar um artigo de Jacob Gorender (1996), onde o autor define globalização partindo, do que ele denomina de 'grandes mutações tecnológicas', que se concretizam em grandes etapas do desenvolvimento do capitalismo mundial, onde a primeira etapa é conhecida como Revolução Industrial (ocorrida primeiramente na Inglaterra no final do século XVIII, onde se implementa o processo de industrialização, com a força motriz da máquina a vapor e a organização fabril da indústria) e a segunda mutação, que diz respeito às inovações surgidas no final do século XIX e costumam ser apresentadas como segunda revolução industrial. Trata-se, basicamente, da generalização do uso da eletricidade, da invenção do motor de combustão (que gerou a invenção do automóvel e do avião) e, ainda, da comunicação por meio do telefone, do rádio, do telégrafo sem fio e, finalmente, da televisão. Gorender identifica, ainda, uma terceira mutação, conhecida como revolução tecnológica, que se verifica através das inovações advindas do campo da informática. Enfim, podemos afirmar que

Tais inovações, na técnica de produção e na organização do trabalho, produzem consequências sensíveis em todo o planeta. Nenhum agrupamento humano pode se isolar dos efeitos de tão grande transformação nas forças produtivas do sistema capitalista mundial. O estreitamento dos vínculos internacionais tornou-se muito mais intenso e imperioso do que nas fases anteriores. (GORENDER, 1996, p. 6)

Dito isso, o autor definiu o momento atual do capitalismo mundial com o conceito de globalização, atribuindo a esse quatro características básicas, que são:

- 1) divisão crescente e veloz do trabalho e do processo de produção do ponto de vista da localização internacional das operações;
- 2) peso crescente do capital puramente financeiro na acumulação do capital;
- 3) agravamento das situações de dependência e de marginalização dos países atrasados;
- 4) centralização monopolista da propriedade e do controle do capital das empresas multinacionais (privadas e estatais) nos centros financeiros das grandes potências e concomitante processo de maior

descentralização das operações produtivas, abrangendo simultaneamente todas as regiões do globo (GORENDER, 1996, p.7)

No entanto, é importante que seja salientado aqui que o caráter global do capitalismo não é algo novo, como é anunciado pelas elites econômicas nacionais e internacionais. Na verdade, historicamente o movimento de expansão é uma tendência inerente a ele. Apenas como exemplo desse fato, podemos citar que em pleno século XIX (mais precisamente em 1848) no *Manifesto do Partido Comunista*, Marx e Engels já apontavam essa tendência. A seguinte passagem do Manifesto, embora um pouco longa, apresenta bem essa característica, quando os autores abordam aspectos do mercado mundial:

Impelida pela necessidade de mercados sempre novos, a burguesia invade todo o globo. Necessita estabelecer-se em toda a parte, explorar em toda a parte, criar vínculos em toda a parte. Pela exploração do mercado mundial a burguesia imprime um caráter cosmopolita à produção e ao consumo em todos os países. Para desespero dos reacionários, retirou à indústria sua base nacional. As velhas indústrias nacionais foram destruídas e continuam a sé-lo diariamente. São suplantadas por novas indústrias, cuja introdução se torna uma questão vital para todas as nações civilizadas, indústrias que não empregam mais matérias-primas locais, mas matérias-primas vindas das regiões mais distantes, e cujos produtos se consomem não só no próprio país, mas também em todas as partes do globo. No lugar das antigas necessidades, satisfeitas pelos produtos nacionais, nascem novas necessidades, que exigem para sua satisfação os produtos das regiões mais longínquas e dos climas mais diversos. No lugar do antigo isolamento de regiões e nações que se bastavam a si mesmas, desenvolve-se um intercâmbio universal, uma interdependência universal das nações [...] (MARX; ENGELS, 2003, p.48-49)

Em função da difusão da necessidade do aumento de produtividade a nível global, passa a ocorrer a necessidade de mudanças na força de trabalho, o que irá ter reflexos diretos na produção. Passa a ocorrer uma maior procura por escolarização, pois uma vez suplantadas os métodos de produção em massa, característicos do fordismo¹⁰, surgem novos conhecimentos necessários à formação da força de trabalho.

¹⁰ Basicamente, o fordismo fundamentou-se na incorporação do sistema taylorista à maquinaria, mais especificamente, a linha de montagem. O taylorismo teve como objetivo a decomposição do processo de trabalho, representando uma tentativa de sistematização, codificação e regulação dos processos de trabalho individuais visando

O discurso neoliberal, exigindo um novo perfil de trabalhador apto e adaptável às mudanças frequentes no processo de trabalho, tem contribuído para a *fetichização da empregabilidade* (OLIVEIRA, 2000, p.233). Esse discurso tem responsabilizado o próprio trabalhador pela sua condição, já que ele não atende às demandas do mercado de trabalho por maior escolaridade. A busca de maior escolaridade por parte dos trabalhadores pode estar ocorrendo como resultado desse pensamento, com o devido aval das empresas.

No entanto, hoje temos elementos novos nessa situação. As relações capitalistas contemporâneas mostram-se mais excludentes e segregadoras, e temos não mais a inclusão marginal generalizada das populações mais carentes, mas a restrição dos postos de trabalho, independentemente da escolarização. Portanto, pensar em ampliar o acesso à escolarização como facilitador da empregabilidade é negar a existência de algo muito maior e mais grave, que é o desemprego estrutural. O problema está no modelo de relações sociais e produtivas adotado e isso a educação formal, não-formal ou informal por si só não resolvem.

No modelo neoliberal, a marginalização dos trabalhadores, que ocorre independente da escola, passa a ser imputada a esses como resultante de sua não-escolarização suficiente. Ameaçados, eles procuram resolver seu problema recorrendo à escolarização, mesmo que tardiamente e como esforço pessoal para tentar ganhar fôlego nessa conjuntura econômica nacional e internacional que não lhes é favorável.

Enfim, o modo de produção capitalista historicamente tem subordinado os processos educativos à reprodução de suas formas de dominação, de forma que o incentivo à procura por escolarização como condição de empregabilidade está fundamentado na ideia de

à maximização do lucro. Portanto, enquanto o taylorismo preocupou-se com os processos ligados ao controle do tempo o fordismo, partindo desse princípio, sustentou a produção em série. Sobre essa temática, existem inúmeras produções. Visando maior compreensão desses processos sugiro o livro de Geraldo Augusto Pinto (2007) denominado *A organização do trabalho no século 20*, onde o autor mostra as principais características, tanto do taylorismo como do fordismo incluindo, ainda, o toyotismo.

que, investindo em educação ampliam-se as chances de ingresso no mercado de trabalho.

Como podemos perceber, no Brasil, esse pensamento permeia o imaginário popular já há algum tempo. Esse ideal tem se mantido, embora muitas vezes apresentando novas facetas, desde o período do nacional-desenvolvimentismo, fortalecido pela teoria do capital humano.

Na área educacional, a teoria do capital humano mantinha a perspectiva de uma formação para a integração no mercado de trabalho formal que, apesar de explorar o trabalhador, prometia gerar empregos e garantir alguns direitos sociais. No entanto, a partir do final da década de 80, após sua ineficácia, desenvolveu-se a denominada pedagogia das competências que, embora com aparência de atualidade, novamente visava a empregabilidade. Neste caso, a promessa por garantia de emprego continua a mesma, embora de forma diferente. No primeiro caso, indicava-se a promessa por direitos coletivos, e, no segundo, desloca-se o foco para o plano individual. Portanto, agora não haveria mais o papel forte e controlador do Estado para garantir esses direitos, e sim o indivíduo deveria, por ele mesmo, buscar qualificação que, supostamente, garantiria uma vaga no mercado de trabalho.

De acordo com Gohn, a empregabilidade exige "um perfil de trabalhador criativo, que saiba compreender processos e incorporar novas idéias, tenha velocidade mental, saiba trabalhar em equipe, tome decisões, incorpore e assuma responsabilidades, tenha auto-estima e sociabilidade" (GOHN, 1999, p. 95). Dessa forma, a educação é chamada a dar conta de um processo exploratório de acumulação de capital que não é exclusivamente de sua alcada. Mesmo assim, desenvolvem-se termos como 'educação para o empreendedorismo' ou 'educação para a empregabilidade', estando implícito nesse discurso que agora é 'cada um por si'.

Trajetórias de escolarização e trabalho das artesãs

E como se deu esse processo nas trajetórias de escolarização e trabalho das artesãs pesquisadas? No processo de aproximação com as experiências delas no mundo do trabalho em geral, não somente do trabalho artesanal encaminhado a partir dos encontros de pesquisa-formação realizados, o que percebi é que as mulheres investigadas tiveram as mais variadas experiências de trabalho, tanto formal como informal. Mas o que se pode inferir em seu conjunto é que a grande maioria das artesãs que participou dessa investigação se envolveu em poucas atividades do trabalho formal, o que não as exclui da realização de diversas atividades produtivas. Com as narrativas, nos deparamos com um grande mosaico composto de várias atividades que, de uma forma ou outra, contribuíram para seus sustentos e possibilitaram diversas vivências, constituindo-se em espaços de aprendizagens importantes em suas trajetórias.

Lilás demonstrou ter em seu currículo uma variedade de atividades. Em seu depoimento, entre outras coisas, disse:

– Trabalhei em várias coisas, desde babá à caixa de supermercado, laboratório... O que aparecia... Em oitenta e... sei lá, oitenta e sete, oitenta e oito, ou um pouco antes, eu comecei a fazer teatro, teatro de rua, e o grupo não tinha como se sustentar. Ao mesmo tempo pra tu fazer teatro tu precisava de dinheiro pra passagem, dinheiro pra comprar material, nós tínhamos um professor, mas não tínhamos nenhum subsídio. Então uma das formas que a gente encontrou foi ver o que cada um sabia fazer, que todos pudessem fazer, pra tentar fazer, vender, fazer um dinheiro; porque se a gente pegasse um trabalho fixo não teria horário também pra fazer teatro. Como a gente trabalhava muito com sindicatos, principalmente o da alimentação, o dos bancários – a gente fazia apresentação dentro dos bancos, enquetes pequenas, e eram em horário comercial, nesse horário não poderíamos estar trabalhando... Então, o que todos conseguiram fazer que a gente descobriu foi bolsa, então começamos a trabalhar com bolsa de couro... (Lilás, Grupo A, nov.2008).

A atividade da confecção de bolsas despertou em Lilás o interesse pelo artesanato. Parece que, até aí, ela embora soubesse realizar algumas atividades artesanais, conhecesse algumas técnicas, não tinha imaginado que poderia produzir para vender seus produtos.



Figura 13: Bolsa confeccionada por Lilás (foto obtida pela pesquisadora na visita realizada à residência da cooperada em nov.2009)

Na trajetória de Verniz observamos muito entrelaçado o papel de madresposa com seu processo de escolarização e de trabalho. O trecho a seguir mostra esse aspecto:

– [...] Aí eu fiquei um bom tempo sem trabalhar fora depois que eu casei... Depois de uns dois anos mais ou menos eu voltei a estudar. Eu resolvi voltar a estudar porque eu queria filho e o marido não, aí depois ele queria filho e eu não, aí no final da história a gente concordou: 'eu vou voltar a estudar', 'vamos parar com filho agora, nem de ti nem de mim e eu vou fazer o segundo grau'. Aí eu terminei o primeiro grau casada e fui fazer o segundo grau, depois de dois anos. Aí completei... Eu sou Técnica Contábil... E parei, quando eu terminei o terceiro ano eu disse para ele: 'bom, agora eu quero filho, foi quando eu decidi ficar grávida [...]. (Verniz, Grupo B, jan.2009).

Para Verniz o processo de formação estava muito vinculado ao seu papel de esposa e mãe. Trata-se de escolhas que a concretude da vida e das relações sociais impõe às mulheres. O exercício da maternidade apresenta-se como impedidor no investimento em escolarização. Embora sendo técnica contábil formada, o exercício dessa profissão foi interrompido para que se estabelecesse o exercício da maternidade, apesar de não podermos esquecer da maternidade

como 'fuga' conforme discutido no capítulo anterior. A partir dessa conjuntura, deu-se o investimento no ramo de panificação, com o estabelecimento da família em um pequeno empreendimento doméstico.

– [...] Então ele [marido] montou numa peça de casa uma padaria para o irmão dele trabalhar. Foi aí que começou a padaria. Nisso eu não tinha filhos, a ideia ainda estava em processo de amadurecimento, a ideia de um filho. No final do ano a gente montou a padaria para ele, ele trabalhou meio ano e não quis mais. Aí foi quando eu peguei e disse para ele, eu digo 'não, vamos fazer o seguinte: eu vou fazer um curso de padeiro e eu vou tocar a padaria para frente, do jeito que eu puder'. Ta, aí fui fazer um curso de padeiro e segui com a padaria, e eu estou lá até hoje. (Verniz, Grupo B, jan.2009)



Figura 14: Verniz em sua padaria. (arquivo pessoal da cooperada).

É possível perceber que o empreendimento doméstico surgiu como uma possibilidade viável, que poderia ser realizado em consonância com a casa e a maternidade.

Em relação a esse aspecto, houve aproximações com outras trajetórias que fizeram parte da investigação. Azul chegou a exercer atividade profissional no mercado formal. Foi balcônista de uma loja de tecidos na cidade. Após seu casamento saiu do emprego, pois seu marido não permitia que ela trabalhasse fora do lar. Esse período é relatado por ela na seguinte passagem:

– [...] com dezesseis anos eu fui trabalhar na Velocino [conhecida loja de tecidos da cidade, hoje fechada]. Trabalhei seis anos lá, até casar. Trabalhei, gostava de trabalhar. Quando eu casei eu não trabalhei mais, eu fiquei por casa. Depois, passado o tempo, aí meu marido tinha caminhão, ele vendeu o caminhão e a gente comprou uma fruteira. Eu trabalhei vinte anos na fruteira. Vinte anos: cuidando criança [filhos] e cuidando fruteira, e atendendo e aquela coisa toda. [...] Depois da fruteira a gente vendeu ali e compramos um outro lugar, um outro ponto que era um... ali não era fruteira, ali era um bar, a gente vendia frutas também mas ali mais era um bar. Passamos anos ali também, acho que uns oito anos mais ou menos... (Azul, Grupo A, nov.2008)

Embora aparentemente possa parecer que Azul não se envolia em artesanato, no decorrer do encontro ficou claro que o artesanato permeava sua trajetória, embora não fosse reconhecido como o resultado de um determinado 'trabalho'. No trecho a seguir aparece essa dimensão.

– Ái o tempo foi passando, foi passando, mas nesse meio tempo eu fazia tricô, e aprendi por minha conta também, é... coisa impressionante, eu olhava assim alguém fazer e eu... fazia... Fiz blusão com bastante trabalhados... e eu fiz blusão pra mim – um dia eu ainda mostro pra vocês – cheio daqueles oitos [tipo de trama em tricô], bem enfeitadinho, bonito... mas é: eu tenho uma coisa comigo que é por épocas, tem épocas que eu adoro fazer isso, tem épocas que não... aí ta, bordado, lá naquela época eu fazia ponto cruz, o enxovalzinho do meu guri era eu que bordava as coisinhas, mas também nunca mais peguei, é por isso que eu digo, é tudo por épocas. Aí depois... aprendi crochê, aprendi tricô, costurar, o básico assim, não cortar, eu fiz curso de corte e costura, mas também não segui... Bem, o meu marido não queria mesmo que eu trabalhasse... (Azul, Grupo A, nov.2008)

O artesanato foi uma atividade bastante exercida por Azul. Observamos que essa era uma atividade não reconhecida como trabalho, pois seu resultado (o produto) era apenas para o consumo da família. Além disso, poderia ser executada no espaço doméstico sendo, portanto 'aceitável' aos olhos de todos, especialmente do marido.

No entanto, Azul começou a vender seu artesanato quando ficou viúva. Começou a participar da Feira da Avenida¹¹ com duas irmãs que já mantinham banca nesse local. Dessa forma, se dedicou a aprender e a aperfeiçoar várias técnicas (de costura, de bordado, de tricô, de crochê e outras) e a produzir vários produtos, como artigos de cozinha (toalhas e centros de mesa, panos de copa, pequenos tapetes, entre outros), roupinhas de bebê, acessórios de vestuário de adultos (mantas e echarpes de tricô e crochê, toucas de lã, etc). Trata-se de uma diversidade de produtos que, em conjunto com a produção de suas irmãs, expõe para venda todos os domingos na Feira.



Figura 15: Edredom para berço - confeccionado por Azul (foto obtida pela pesquisadora na visita realizada à residência da cooperada – jun.2009)

No processo de aproximação que vivenciei com as trajetórias dessas mulheres, percebi que para Azul o envolvimento com o artesanato se constituiu num importante aliado para a superação de

¹¹ Feira semanal de artesanato, organizada pela Prefeitura local. Acontece sempre aos domingos durante todo o dia, e se localiza numa das principais avenidas da cidade. Por isso é comumente denominada de 'Feira da Avenida'.

momentos difíceis que enfrentou em sua vida. Embora pareça que durante sua trajetória de mãe e esposa não tenha enfrentado graves dificuldades financeiras, o artesanato tornou-se um suporte em outros aspectos, principalmente no âmbito afetivo, pois contribuiu no processo de superação da dor causada pelo falecimento do marido (ocorrido há sete anos). Além disso, constituiu-se numa forma de inserção dela em outros espaços, que não apenas o doméstico, como a cooperativa, por exemplo.

No que se refere aos processos educativos, Azul teve dificuldades de aliar trabalho e escola. Ela relata aspectos de sua rotina da época da desistência escolar:

– Na [loja] era *toma e toma*, era movimento desde a hora que chegava... Bom, eu estudei até a oitava série naquela época e eu tinha uma prova – até que precisava pouco – porque fiquei em recuperação. E cheguei e digo: 'não, eu preciso só de dois', uns dois décimos eu sei lá o que que era, eu sei que era mínima coisa, e já estava com o diploma tudo pronto, e convite de formatura e tudo, naquela época era oitava série, e tu acreditas que eu não consegui? Chegou na hora me deu eu acho que um cansaço sei lá o que... E outra: a primeira aula eu sempre perdia, porque a loja era no Centro [de Pelotas] e eu morava no Salsó [bairro mais afastado do centro da cidade] e estudava no Sílvia Mello [escola afastada do centro]. Ela ficava quase no final da linha [do ônibus], aí a primeira aula eu sempre perdia, sempre, sempre, sempre. Aí depois eu digo não, não dá... é um cansaço só, não adianta, eu não conseguia. Aí desisti da escola, porque eu já estava bem trabalhando, eu já tinha um dinheirinho, e naquela época era difícil de empregar menor e eu consegui o emprego e fiquei trabalhando. (Azul, Grupo A, nov.2008)

A trajetória de Azul é um exemplo concreto de uma situação em que muitas coisas estão envolvidas, ou seja, o que é a incompatibilidade do processo de escolarização com o exercício no mundo do trabalho, especialmente do trabalho formal, além da subjetividade do "não adianta, eu não conseguia". Dessa forma, voltamos ao argumento já levantado nesse capítulo, que é o incentivo à procura por escolarização como condição de empregabilidade. Como vimos, esse pensamento está fundamentado na concepção de que é necessário o investimento em escolarização para, dessa forma, ampliar-se as chances no mercado de trabalho. No entanto, o que se pode comprovar nas trajetórias vividas, é a impossibilidade de se empreender efetivamente essa alternativa. Como vimos isso pode ocorrer por

diversos motivos, tanto profissionais (como no caso de Azul que não conseguiu conciliar escola e trabalho) como pessoais (como no caso de Verniz, que se viu impossibilitada de conciliar a maternidade com o exercício da profissão de técnica contábil).

Ainda no que se refere aos processos educativos, para Rosa (lembramos que Rosa foi o pseudônimo utilizado pela doutoranda), a experiência escolar foi bem marcante na trajetória de vida. Pai e mãe compactuavam plenamente com a ideologia que via a educação como um capital a ser acumulado e que exigia 'investimento', com o intuito de alcançar uma melhor posição no mercado de trabalho. Dessa forma, incentivaram sempre a prosseguir nos estudos e a ser uma 'boa' aluna, pois, para eles, isso seria a garantia de um futuro promissor. Nessa visão, a escola é vista exclusivamente como 'degraus a serem escalados' visando um processo de ascensão social, fundamentalmente no plano econômico.

Em um dos encontros realizados com o grupo e na tentativa de sistematizar minha experiência escolar e de trabalho, afirmei:

– A minha profissão é ser professora e eu fiquei pensando como é que... como é que eu cheguei até aqui! Por que ser professora? É uma das coisas que eu acho que foi fundamental na minha vida e que eu percebo hoje foi... a escola. Sempre a escola teve um papel fundamental na minha vida. E também a família... a família também. Mas eu vejo a escola como sendo fundamental, e não foi uma coisa muito planejada desde cedo, algo do tipo: 'ah, quando eu crescer eu vou ser professora'. Não, não foi assim. Mas em minha vida a escola teve um papel fundamental, foi onde eu me 'agarrei' pra me socializar, foi onde criei os meus vínculos, as minhas amizades... porque eu sempre fui muito solitária, eu sempre fui muito sozinha, eu sou filha única, família pequena, enfim... E eu vejo que desde pequenininha na escola era onde eu tinha as amizades, e eu gostava de estudar. (Rosa, Grupo A, nov.2008)

Na sequência, procurei sistematizar o papel da minha família, especialmente pai e mãe, nesse processo:

– [...] mas por que eu disse família antes? Porque se eu olhar para meu passado vou ver que quem incentivou isso foi meu pai e minha mãe, foram eles que me incentivaram. Eles me incentivaram sempre a estudar, claro que numa outra visão, eles não tinham aquela visão assim 'ahh, a Rosa, se ela seguir estudando, ela vai ser professora'. Não, não tinham essa compreensão. Ou então 'a Rosa é muito sozinha e na escola ela vai conhecer muita gente'. Não, eu acho que eles tinham

aquela ideia – que acho que até hoje muita gente tem – da escola oferecer a possibilidade de profissionalização pros filhos. Então eles achavam isso 'se a gente investir forte na escola pra Rosa, é dessa forma que ela vai conseguir um bom emprego, que ela vai se formar...' Então o grande sonho deles era esse, porque eles não conseguiram chegar até a faculdade, estudaram um tempo e depois tiveram que parar para trabalhar. (Rosa, Grupo A, nov.2008)

No entanto, a dedicação à escolarização também se configurou como uma fuga de uma situação familiar opressora, já parcialmente relatada no capítulo anterior.

– E eu acho que foi uma fuga também, de pouco tempo pra cá que eu tenho essa impressão, eu acho que foi uma fuga, uma tentativa de sair um pouco daquela situação familiar que não era legal... O meu pai é uma pessoa muito... autoritária, é uma característica forte da personalidade dele. Sabe aquelas pessoas machistas, autoritárias e dominadoras? Pois ele dominava eu e minha mãe completamente, completamente... Então eu vivia sufocada por ele numa relação patriarcal e hierárquica de poder mesmo. [...] Então eu acho que para mim a escola era um pouco fuga, porque na escola ele não estava ali me controlando nem me vigiando, ali eu era livre, ali eu era livre... então eu precisava daquele espaço pra poder respirar um pouco, até porque em casa eu não podia respirar nada. [...] (Rosa, Grupo A, nov.2008)

Vermelha, Marrom e Verde tiveram suas experiências de trabalho vinculadas à suas atuações em movimentos sociais vinculados às igrejas, constituindo-se, essas, em importantes espaços de formação para elas. Essa foi a 'porta de entrada' delas no cooperativismo. Portanto, foi a partir de suas atividades desenvolvidas nesse espaço que elas conheceram o cooperativismo e vieram a constituir o movimento que culminou na fundação da Coopresul.

Na infância, Marrom foi incentivada pelo pai a aprender corte e costura. Foi uma forma encontrada por ele para mantê-la por perto. Ela conta esse aspecto de sua trajetória na seguinte passagem:

– [...] nós morávamos em Santa Vitória e eu lembro que em Santa Vitória naquela época não tinha segundo grau, aí a minha irmã mais velha veio para Rio Grande estudar, para a casa de uns familiares, que eram amigos do meu pai, e eu fiquei, fiquei chateada, nós tínhamos três anos de diferença. Aí eu queria vir também e o meu pai não permitiu. Ele me ofereceu uma máquina de costura, para eu não querer sair de Santa Vitória, porque a função toda era eu não sair de perto da família, já tinha uma fora, nós éramos quatro filhos. Aí tinha

uma professora... Gelsa, era o nome da minha professora, e ela disse: 'não aceita, vai estudar!'. Ela me disse que eu não aceitasse a máquina, eu não sei porque eu fui contar isso para ela... eu acho que eu deveria estar triste porque minha irmã veio embora e eu falei para ela e ela disse que não, vai estudar, porque se eu aceitasse a máquina, eu com 11 anos, provavelmente eu ia começar a costurar, a minha mãe costurava. Depois disso eu fui pra Rio Grande, estudei, fiz o segundo grau, depois tiveram que ir toda a família pra Rio Grande porque já estava eu e minha irmã em Rio Grande, os outros dois eram pequenos meus irmãos, aí veio todo mundo pra Rio Grande [...] (Marrom, Grupo B, jan.2009)

Nesse momento Marrom se negou a aprender a costurar, porque essa atividade significaria o abandono da escola e a distância de sua irmã. O aprendizado da costura foi acontecer somente mais tarde. Ela foi professora de corte e costura e se dedicou ao artesanato, sempre de forma vinculada à sua atuação na Igreja.



Figura 16: Máquina de costura. Capturado em nov. 2009 no endereço eletrônico http://punctumstudium.blogspot.com/2009_01_01_archive.html

Verde também ressignificou o artesanato em sua trajetória de vida pois, inicialmente, não via essa atividade como trabalho.

– [...] eu achei que eu não ia aprender, eu jurei que eu não ia aprender a usar a máquina, a costurar... Ái eu fico pensando, isso eu encarava lá quando eu era pequena como uma coisa que eu ia saber para mim, porque mais que a vó dissesse que eu tinha que fazer... eu pensava: eu bordei uma blusa para mim, eu fiz uma coisa para mim, crochê, blusão, eu fazia para mim. Eu nunca pensei em servir os outros com aquele trabalho manual... Eu pensava: eu vou me empregar, eu vou trabalhar num lugar que vão me dar o valor devido por aquilo que eu sei fazer... Eu tinha muito disso antes... porque isso não é trabalho, fazer crochê,

costurar... isso não é trabalho, isso a gente faz para gente, mas eu não vou ganhar nada com isso [...] (Verde, Grupo B, jan.2009)

Verde também demonstrou reconhecer a importância de sua atuação em movimentos sociais na sua formação. Sobre sua experiência na Teologia da Libertação comentou:

- [...] eu acho que eu fui formada – por isso que eu não acho que seja nata – mas eu acho que a gente é um pouco formada, a gente está ali naquele espaço sendo moldada, eu acho que eu sou cria da Igreja, da Teologia da Libertação, que é uma outra Igreja que não era essa de antes. É uma que faz que a gente seja mais autônoma, que a gente tenha vontade de quebrar com algumas coisas que estão instituídas assim: 'o certo é casar, ter filhos e cuidar da tua prole', isso para as mulheres. E quando tu quebra com isso então... e aí sempre eu fui sendo moldada ali [...] (Verde, Grupo B, jan.2009)

Quando relembrou seu ingresso no trabalho Pastoral (que realiza até hoje) na Cáritas disse:

- [...] eu me apaixonei pelo trabalho de base. Eu acho que é um pouco isso que move a gente quando se gente fala de um outro mundo possível, de solidariedade. Eu acho que assim: quem já viveu a experiência do trabalho de base, eu mesma já tive a oportunidade, a gente fazia roda na vila, todo mundo junto, ninguém é mais do que ninguém, está todo mundo igual, no mesmo nível sabe? O trabalho de base te dá uma vivência... que não tem livro que escreva, porque é o dia-a-dia das pessoas, porque tem briga, quebra pau, pauleira mesmo, tem dedo no nariz e tal, mas depois tem a reconciliação, que é melhor não é? E aí faz a festa, te reconcilia... Eu acho isso, essa vivência que eu tive na Pastoral da Criança e que nunca mais saí dela, eu acho que esse é o meu karma [risos]... Ahhh eu não consigo, eu fico um tempo sem fazer eu pareço que eu estou doente, aí eu tenho que voltar a fazer o trabalho de base, que é estar com as mulheres, estar no meio do povão... (Verde, Grupo B, jan.2009)

Portanto, a diversidade de atividades nas quais as artesãs estiveram envolvidas em suas trajetórias, o agravamento das desigualdades sociais que estão colocadas hoje, em conjunto com o crescimento dos níveis de escolaridade, põem em xeque a efetividade do modelo que apresenta a educação como elemento fundamental para a distribuição de renda e de oportunidades.

Verde demonstrou possuir uma compreensão dos equívocos da busca exacerbada por cursos e escolarização para garantir um

emprego. Questionou, inclusive, a busca desenfreada pelo ingresso em setores de serviços públicos, via a realização de concursos.

– [...] Bah, eu parei com esse negócio de fazer concursos, porque... parece que a gente tem que ficar buscando isso, poxa, e se não é o meu perfil? Aí eu tenho que fazer porque lá eu vou ter estabilidade, lá eu vou ter segurança? Quer dizer, o que eu fizer, o que eu produzir, eu não vou ter segurança, eu não vou ter estabilidade? Não sei... Depende, porque pode ser uma coisa boa, que eu goste de fazer, que me dê prazer, que a gente não tenha que ter patrão [...] (Verde, Grupo B, jan.2009)

Identificamos a empregabilidade como sendo um mecanismo ideológico utilizado pelo capital para justificar as contradições presentes na sociedade capitalista. Essa justificativa afasta das relações de classe a responsabilidade pela exclusão social gerada por esse modelo econômico. Portanto, atribuir à escola e, mais ainda, a todo o processo educativo a função de proporcionar unicamente esse tipo de formação voltada ao trabalho, tende a constituir sua descaracterização enquanto espaço destinado à formação dos indivíduos em caráter bem mais amplo.

Vermelha demonstrou que atualmente percebe a educação e os processos de escolarização com uma outra dimensão, mas que antes não via dessa maneira.

– Sabe que a gente conversando assim, a gente falando essa parte da educação, é tão engraçado assim pra mim... parece que eram duas coisas paralelas pra mim, a transformação da sociedade e essa parte da educação. É que eu fiz um pouco de magistério também então eu queria arte, mas eu queria ensinar arte, trabalhar com arte, possivelmente ser professora de arte. E é tão estranho assim, eu enveredei pra uma coisa completamente diferente, me envolvi nos movimentos sociais e acabei trabalhando numa cooperativa de artesanato. (Vermelha, Grupo A, nov.2008)

A partir dos elementos levantados, observamos que no próprio modelo capitalista se encontra a contradição, isto é, a própria natureza destrutiva desse modelo impõe sua superação, pois milhares de homens e mulheres excluídos do emprego formal buscam, por diferentes formas, sua sobrevivência (em economia informal, economia cooperativa, economia popular da produção associada e/ou em incubadoras populares). Assim, podemos afirmar que os próprios limites dessa forma

de produção apontam indícios de novas relações produtivas e de uma nova cultura do trabalho, e nelas se gestam também novas relações e práticas educativas, estabelecendo outros vínculos entre economia, educação, trabalho e sociedade.

A educação, nesse processo, passa a ter o objetivo de contribuir para que homens e mulheres trabalhadoras rearticulem seus saberes sobre a vida em sociedade, apropriando-se do processo de trabalho na sua totalidade, buscando no interior mesmo da produção os elementos que favoreçam a formação integral de um novo homem e de uma nova mulher. Nesse sentido, tomo como central o caráter educativo do trabalho, o que denomino, conforme Picanço e Tiriba (2004), de pedagogia do trabalho impondo-se, assim, a apreensão dos fazeres e saberes cotidianos das pessoas, sejam de saberes oriundos da escolarização formal ou que se efetivam nos espaços produtivos, tanto nas empresas formais da lógica do capital, quanto no processo produtivo implementado em iniciativas populares.

É compreendendo o processo de trabalho enquanto um processo educativo, que interpretamos os elementos percebidos no contato com o universo investigativo. É urgente reconhecer essa dinâmica para uma maior e melhor compreensão das lógicas de dominação do capitalismo contemporâneo, com o intuito de se lutar para a construção de uma prática política orientada para a superação das desigualdades sociais. Podemos colocar a prática do cooperativismo no cenário atual, como um processo produtivo que se desenvolve na contramão do capitalismo, onde há momentos de afastamentos, mas também de aproximações com a lógica capitalista majoritária, pois é um processo que se dá a partir da exclusão do capital. É um caminho a ser percorrido.

Com o objetivo de perceber o processo de formação da identidade da mulher trabalhadora no país, na sequência abordo aspectos da trajetória do ingresso das mulheres no mercado de trabalho, tanto a nível mundial como nacional. Para isso, procuro caracterizar a divisão sexual do trabalho, que se constitui num importante conceito na abordagem da temática do trabalho feminino.

'Ziguezagueando': as mulheres como trabalhadoras no espaço público

Na trajetória de implantação do processo de industrialização no país, como se deu a participação das mulheres? No Brasil, e não apenas aqui, o caminho a ser percorrido não tem sido fácil. Reconhecer nas mulheres o papel de trabalhadoras implica em identificar e admitir sua participação nos espaços públicos, o que, até o início do século XX, não era comum. Até porque, o espaço público historicamente foi identificado com o mundo dos homens, ou seja, como sendo um espaço masculino, por isso pensado e planejado para e pelos homens. Conforme afirma Eggert sobre o contexto de vida das mulheres em épocas passadas,

[...] a mulher do séc. XVIII vive confinada ao lar. E pelo discurso que iremos encontrar dessa época, a mulher é 'naturalmente' afetiva e bondosa e deve, ao lado das crianças, permanecer obediente ao pai de família. De modo geral, ela é excluída dos papéis públicos e das responsabilidades exteriores, sejam elas políticas, administrativas, municipais ou corporativas. A sua preocupação era prioritariamente doméstica, encarnando a imagem de esposa e mãe. A sua dedicação é constante a todos os que vivem sob seu teto, ela é destinada a servir, ou seja, a cuidar: alimentar, criar, atender na doença, assistir na morte – esta é a ocupação da mulher. (EGGERT, 2004, p. 228)

As mulheres sempre trabalharam. Os afazeres domésticos, o cuidado com os filhos e com a casa são trabalhos, embora não remunerados e pouco considerados por ser praticamente invisíveis (talvez até por isso mesmo!). Esses trabalhos não são considerados como valor pelo modelo capitalista, por não permitirem o acúmulo de mais-valia. Mas isso não faz com que deixem de ser trabalhos.

Sobre o trabalho doméstico, no ensaio de Mauro Luis Iasi denominado "Trabalho doméstico e valor" o autor levanta uma ampla discussão sobre o tema. No texto, o autor afirma que "*o trabalho doméstico realiza um serviço que agregará um valor à força de trabalho*" (IASI, 2007, p.132), pois se refere ao trabalho concreto que produz o valor corporificado na manutenção e reposição da força de trabalho. Nessa perspectiva, podemos afirmar que o trabalho doméstico é um processo de trabalho que não gera mais valor, diretamente produzindo mais-valia. No entanto, trata-se de um serviço que produz

parte do valor da força de trabalho, referente à sua manutenção cotidiana, contribuindo, assim, indiretamente ao processo de acúmulo de mais-valia. Além disso, o autor conclui que o trabalho doméstico, por ter sido exercido majoritariamente por mulheres, tem seu vínculo com o sistema capitalista obscurecido, pois

Seria assim por demais incômodo encontrar-se cruelmente diante de relações de família que reproduzem o ser humano como mercadoria e, mais do que isso, aceitar o fato de que são mulheres, desde muito condenadas a papéis acessórios, aquelas que participam com o trabalho doméstico na produção de parte do valor da mercadoria mais importante para todo o sistema. (IASI, 2007, p. 140)

Célia Amorós, em sua abordagem sobre as concepções ideológicas do masculino e do feminino, recorre às concepções sobre os espaços privado e público. Dito dessa forma – público e privado – pode dar a impressão de que tratamos aqui de algo dicotomizado e a-histórico, mas devemos ter claro que essas concepções têm assumido conotações muito distintas em cada época histórica.



Figura 17: Célia Amorós. Imagem capturada em nov. 2009 no endereço eletrônico <http://geoffroyhuarddelamarre.blogspot.com/>

Amorós defende uma cidadania igualitária para ambos os sexos, mas admite que homens e mulheres tem ocupado posições bem distintas na sociedade, o que tem dificultado por parte das mulheres o

exercício de seus direitos de cidadãs. Desenvolve a ideia de que é a partir do público que as pessoas se reconhecem e são reconhecidas como sujeitos. De acordo com essa lógica, no espaço público os sujeitos se encontram como iguais, enfim, é ali que o contrato social se estabelece. Relegadas ao espaço privado, as mulheres estão excluídas do contrato, não exercendo a igualdade.

Embora Amorós admita que em todas as épocas históricas os espaços privado e público tem assumido diferentes características, identifica uma semelhança importante entre os diversos períodos, qual seja, que as atividades socialmente mais valorizadas, as que possuem maior prestígio são realizadas por homens. E são exatamente essas atividades que constituem o espaço público. Portanto, para uma atividade ser valorizada, há a necessidade dela se tornar pública e visível.

Ao contrário, as atividades ditas femininas, e que são as desenvolvidas em espaços privados, são as mais desvalorizadas socialmente, entre elas podemos situar o artesanato. Seja qual for o conteúdo, não são visibilizadas (ou são pouco visibilizadas) e, consequentemente, pouco valorizadas publicamente.

Portanto, nos espaços privados, como não há visibilidade, não foram criados parâmetros de diferenciação, como os de competência, por exemplo. Em função desses aspectos, Célia Amorós desenvolveu o conceito de 'indiscernibilidade' como característico do espaço privado. Trata-se da impossibilidade de se discernir entre boas donas-de-casa ou cuidadoras, por exemplo. Isso se dá pela falta de critérios na caracterização dos espaços privados, já que esses são invisíveis, pois estão fora dos espaços públicos. Portanto, o espaço privado sendo indiscernível, as mulheres não são iguais, mas idênticas.

Sendo assim, Amorós denomina o espaço privado como sendo o 'espaço das idênticas', que nada mais é do que o espaço da indiscernibilidade, '*porque es un espacio en el cual no hay nada substantivo que repartir en cuanto a poder ni en cuanto a prestigio ni en cuanto a reconocimiento, porque son las mujeres las repartidas ya en este espacio*'. (1994, p.26).

Dessa forma, o espaço público se caracteriza como o espaço dos iguais (onde a cidadania se instala como precursora da igualdade social) e o espaço privado se caracteriza como sendo o espaço das

idênticas, onde não há a possibilidade de instauração de princípios de igualdade social.

Para las mujeres el espacio de las idênticas se identifica con el espacio de lo privado porque, en razón de las tareas mismas a las que históricamente se las ha condicionado, al estar en un espacio de no-relevancia están condenadas a la indiscernibilidad, no tienen por qué tener un sello propio, no tienen por qué marcar un ubi diferencial, susceptible de ser valorado de acuerdo con grados: es, por lo tanto, un espacio de indiferenciación. Es "lo indefinido" per se, el genérico por exceléncia [...] (AMORÓS, 1994, p.28)

Sendo assim, trazemos um importante questionamento já levantado por Amorós (1994) e que sintetiza a luta pela emancipação feminina na atualidade, que é basicamente o seguinte: Qual protagonismo histórico podem ter as mulheres se a história tem sido precisamente a do espaço público, do que se vê e, portanto, daquilo que se pode registrar, gravar, narrar, enfim, deixar uma memória?

O fato é que, apesar de todas as resistências e subterfúgios, o ingresso das mulheres em postos de trabalho fora do ambiente familiar aconteceu, no entanto, essa inclusão se deu de forma subalterna e na periferia do capitalismo. Um estudo realizado por Cristina Bruschini e Maria Rosa Lombardi (2000), publicado sob o título *A bipolaridade do trabalho feminino no Brasil contemporâneo*, aponta essa característica. Esse estudo é oriundo de pesquisa com base em várias fontes de dados estatísticos e analisa a participação das mulheres no mercado de trabalho em dois pólos opostos de atividade. O primeiro polo abriga as ocupações de má qualidade quanto aos níveis de rendimento, formalização das relações e proteção no trabalho, sendo selecionado como objeto de estudo o emprego doméstico. Nos anos 90, esse segmento manteve algumas das marcas de precariedade que sempre o caracterizaram, tais como as longas jornadas de trabalho, os baixíssimos níveis de rendimento e de formalização, embora em relação a esses dois últimos aspectos haja alguns sinais promissores de mudanças.

No que se refere às mulheres pesquisadas, no capítulo anterior que tratou das vivências familiares, percebemos que a maioria das artesãs exerceu atividades relativas ao cuidado de crianças pequenas já em tenra idade. É possível inferir aproximações entre as atividades

exercidas de cuidadoras com o exercício do trabalho doméstico, embora de forma precária e sem a devida compreensão que uma atividade na lógica que o trabalho formal exigiria.

No segundo pólo da pesquisa anunciada, composto por ocupações caracterizadas por níveis mais elevados de formalização, de rendimentos e de proteção, foram selecionadas algumas carreiras universitárias específicas, como a Engenharia, a Arquitetura, a Medicina e o Direito. Os dados revelaram que as mulheres que ingressaram nessas profissões são mais jovens do que as empregadas domésticas. No mais, seu perfil de inserção ocupacional é muito assemelhado ao dos homens, exceção feita aos rendimentos. Seguindo um padrão de gênero encontrado no mercado de trabalho, os ganhos femininos são sempre inferiores aos masculinos. No entanto, apesar de estarem adentrando novos e promissores espaços de trabalho, nem por isso essas mulheres deixam de estar sujeitas a padrões diferenciados por gênero, entre os quais a discriminação salarial é apenas o mais evidente: em todas as profissões analisadas a tônica é o menor patamar de ganhos femininos quando comparado ao masculino. Por outro lado, é no trabalho das empregadas domésticas que as profissionais de nível superior irão se apoiar para poder se dedicar à própria carreira. Esse é o elo fundamental que une os dois pólos analisados.

Dados recentes que podem contribuir em nossa análise foram apresentados na Síntese de Indicadores Sociais publicada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2009. A principal fonte de informação para a construção dos indicadores foi a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do ano de 2008.

Essa publicação confirma que a escolaridade média das mulheres brasileiras é superior à dos homens. Em 2008, na área urbana, a média de escolaridade das mulheres ocupadas foi de 9,2 anos de estudos, enquanto essa média para os homens foi de 8,2. Em se tratando do contingente de pessoas com 12 ou mais anos de estudo, ou seja, das pessoas já inseridas no nível superior ou com nível superior completo, a desigualdade entre homens e mulheres é ainda maior. Verifica-se, em 2008, que no Brasil, de cada 100 pessoas com 12 anos ou mais de estudo, 56,7 são mulheres e 43,3 são homens (IBGE, 2009, p. 203).

No entanto, sobre as iniquidades entre homens e mulheres a PNAD informa sobre as categorias de ocupações, sendo possível

verificar qual é a proporção de dirigentes homens e mulheres. No Brasil, mesmo com uma maior escolaridade, a proporção de mulheres dirigentes (4,4%) ainda é inferior à proporção dos homens (5,9%). A diferença entre dirigentes masculinos e femininos (1,5 pontos percentuais) não se alterou quando se compara com os dados de 2003 (IBGE, 2009, p. 204).

Claudia Nogueira (2005), em texto que aborda as recentes tendências do trabalho feminino denominado '*A Feminização no mundo do trabalho: entre a emancipação e a precarização*', em particular após o processo de reestruturação produtiva desencadeada nas últimas décadas do século XX (especialmente no advento do neoliberalismo), apresenta dados que comprovam o processo de precarização do trabalho em geral, e do trabalho feminino em particular. A partir de dados referentes ao trabalho feminino em países da Europa, América Latina e Brasil, e utilizando como categorias as diferenças salariais, a jornada de trabalho (trabalho em tempo integral ou parcial), o emprego temporário, o subemprego e o desemprego, a autora afirma que nas décadas de 80 e 90 a mundialização do capital formulou diversos efeitos, que afetaram desigualmente o emprego feminino e o masculino. No que se refere ao emprego masculino, houve uma estagnação e/ou até mesmo uma regressão, enquanto que o emprego e o trabalho feminino remunerado cresceram. Paradoxalmente, apesar de ocorrer um aumento da inserção da mulher trabalhadora nos espaços produtivos, ele se revela majoritariamente nas esferas onde predominam os empregos precários e vulneráveis (NOGUEIRA, 2005).

Durante os anos 1960, as mulheres representavam 30% da população ativa europeia; em 1996, essa cifra se elevou a 42,5%. Mas, apesar do crescimento da inserção da mulher trabalhadora no mundo do trabalho, essa tendência vem ocorrendo nos espaços onde a precarização é mais acentuada, como por exemplo, no trabalho em tempo parcial, ou ainda, com grande diferenciação salarial¹². Já na América Latina, apesar de se verificar que também vem ocorrendo um

¹² A respeito da diferenciação salarial na Europa, a autora denota que pesquisas referentes ao ano 1995 indicam a Dinamarca (11,9%) e a Suécia (13%), entre os países com pequena diferença salarial, já a Espanha (26%), Reino Unido (26,3%), Portugal (28,3%), Países Baixos (29,4%) e Grécia (32%) encontram-se entre aqueles com níveis de diferenciação bem mais acentuados.

processo de feminização do trabalho, existem especificidades próprias dos países de capitalismo subordinado como, por exemplo, na Colômbia onde, de 1990 a 1997 houve uma redução da força de trabalho masculina de 58,6% para 51,9%, enquanto que a mão-de-obra feminina cresceu de 41,4% para 48,1% no mesmo período. Podemos citar também o caso do Uruguai, que em 1986 os homens compunham 60% da força de trabalho e em 1997 esse percentual baixa para 55%, e o índice de mulheres trabalhadoras aumentou de 40% para 45% no mesmo período, confirmando a predominância masculina (Cf. NOGUEIRA, 2005).

De acordo com a autora, a tendência da feminização e precarização do trabalho também está presente quando se analisa o Brasil. No período compreendido entre 1981 a 1998 ocorreu um crescimento da população economicamente ativa feminina, chegando a alcançar 111,5% de aumento, percentual muito mais acentuado que o masculino. A proporção do aumento de mulheres em relação aos trabalhadores é nítida, salta de 31,3% em 1981, para 40,6% em 1998. Nesse mesmo período ocorreu o contrário os homens, que recuam de 68,7% em 1981 para 59,3% em 1998.

No que diz respeito à jornada de trabalho, os dados apresentados por Nogueira (2005) apontam que quanto menor é o tempo de trabalho, maior é a presença feminina. Por exemplo, na jornada de trabalho de 40 a 44 horas semanais, encontramos 7.760.331 milhões mulheres. Para a mesma quantidade de horas trabalhadas, a presença masculina é quase o dobro, totalizando a cifra de 14.882.407 milhões. Se aumentarmos ainda mais as horas trabalhadas, para 49 horas ou mais, observamos que a relação praticamente triplica: os homens se encontram na faixa de 10.645.768 milhões e as mulheres na faixa de 3.689.793 milhões. No entanto, nos trabalhos de até 14 horas semanais os dados mostram que são 3.414.902 milhões de mulheres contra 1.001.156 milhões de homens, e nas atividades de 15 a 39 horas temos 9.620.116 milhões de mulheres e 6.546.326 milhões de homens. Isso vem confirmar a tendência mundial de apresentar a mulher como majoritária nas jornadas de trabalho parciais, ou seja, falar sobre trabalho em tempo parcial é, em grande medida, falar em trabalho feminino.

Portanto, os dados mostram que, no contexto da flexibilização do trabalho, da reestruturação produtiva e das políticas neoliberais, os

índices de inserção das mulheres continuam ocorrendo. No entanto, a questão que se mantém é de como compatibilizar o acesso ao trabalho pelas mulheres, que por certo faz parte do processo de emancipação feminina, com a eliminação das desigualdades existentes na divisão sexual do trabalho, já que essa situação de desigualdade entre trabalhadores e trabalhadoras atende aos interesses do capital. E isso ocorre porque o capital, além de reduzir ao limite o salário feminino, ele também necessita do tempo de trabalho das mulheres na esfera reprodutiva, que é fundamental para realizar seu ciclo produtivo. Isso significa admitir que as atividades relativas ao espaço doméstico ainda se concentram, majoritariamente, nas mãos das mulheres.

Dessa forma, as mulheres não são dispensadas do trabalho reprodutivo, nem tampouco são tratadas social, econômica, afetiva e politicamente de forma diferente apenas pelo fato de terem sido incorporadas no trabalho produtivo valorizado nas sociedades capitalistas industriais. Conforme Lagarde (2005) a dupla jornada materializa-se em dupla opressão para as mulheres, pois

En lugar de desarrollarse como espacios de vida intocados, los nuevos [espacios] se constituyen en ámbitos de expansión de relaciones y contenidos patriarcales y clasistas de vida. El trabajo en la sociedad de explotación es el hito sobre el que se estructuran la explotación, la opresión de clase y la enajenación. No podía ocurrir de manera distinta a las mujeres. (LAGARDE, 2005, p.143)

No que diz respeito às artesãs é possível afirmar que o artesanato e o cooperativismo se constituíram em alternativas que foram desenvolvidas por elas como uma forma de exercer uma atividade de trabalho (e, portanto, que possibilitasse um retorno financeiro) que pudesse ser compatível com a atividade de trabalho reprodutiva exercida nos lares. Seus desafios, portanto, tem sido aliar o trabalho reprodutivo (que se encontra sob a responsabilidade delas) e o trabalho produtivo (pela necessidade de obtenção de recursos financeiros).

Lagarde (2005) aborda o trabalho como uma das categorias utilizadas em sua investigação sobre as mulheres mexicanas. Partindo das contribuições marxistas, afirma que o trabalho define a relação dos seres humanos com a natureza em dois sentidos: num deles os seres humanos se apropriam da natureza mediante o trabalho, visando

humanizá-lo. Em outro, põem em ação a natureza historicizada em seus corpos.

A partir dessa compreensão, a autora levanta o seguinte questionamento: a divisão do trabalho é natural ou historicamente constituída? A compreensão de que homens e mulheres pertencentes as mais diversas sociedades se dediquem a diferentes atividades tem sido compreendido como inerente à diferenciação sexual. Essa compreensão tem sido relacionada com especificidades físicas, intelectuais, emocionais, de acordo com cada sexo. É, portanto, dessa forma que as ideologias sexistas têm compreendido a relação sexo e trabalho.

Sendo assim, as mais diversas sociedades têm criado grupos sociais distintos em função do acesso ao trabalho e do tipo de atividades, tendo explicado como divisões naturais do trabalho, portanto, imutáveis. Em função desse caráter a-histórico e inerte, as ideologias sexistas e racistas, de cunho biológico¹³, são as que têm se mantido por maior tempo e com maior êxito na reprodução das ordens sociais. Heleith Saffioti tem denunciado o caráter de naturalização desse processo em sua obra já há algum tempo, conforme aparece na passagem a seguir:

A sociedade investe muito na naturalização deste processo. Isto é, tenta fazer crer que a atribuição do espaço doméstico à mulher decorre de sua capacidade de ser mãe. De acordo com esse pensamento, é natural que a mulher se dedique aos afazeres domésticos, à compreendida a socialização dos filhos, como é natural sua capacidade de conceber e dar à luz. (SAFFIOTI, 1987, p. 9)

A homologação das atividades exercidas pelas mulheres como naturais, leva a definir a essência de qualquer trabalho feminino como sexual, biológico, portanto não social. Essa concepção a-histórica e naturalista que anula o trabalho da mulher contém de maneira implícita uma tese central sobre a evolução humana, que se refere ao fato de

¹³ Neste capítulo é desenvolvida uma crítica às concepções naturalistas baseadas em construções biológicas. No entanto, é importante salientar que as teorias evolucionistas não caminharam apenas nessa direção, embora se admita que se configuraram em teorias com ampla aceitação. No próximo capítulo, serão apresentadas algumas contribuições advindas da teoria feminista com base na teoria evolucionista que aponta outra interpretação sobre a feminilidade.

que se o trabalho da mulher não existe em separado da natureza, então só uma parte da humanidade evoluiu socialmente: os homens, e no qual "... la mujer es entonces ideologizada como instintiva y sexual, como ente viviente que cumple funciones naturales, y que obedece sin voluntad ni conciencia a la naturaleza" (LAGARDE, 2005, p. 117).

Lagarde (2005) mostra como as mulheres participam das relações de produção e de reprodução social e cultural da humanidade, pois elas reproduzem a sociedade e a cultura, a partir de processos que ocorrem como reposição cotidiana de condições vitais, reproduzindo relações sociais e políticas, institucionais, além de espaços materiais e culturais de vida.

A partir de seu ponto de vista, a autora afirma o caráter produtivo e reprodutivo da mulher. É produtivo, porque a mulher gesta os seres humanos e é reprodutivo porque reproduz condições essenciais para a vida humana através do cotidiano, reproduz de forma física, econômica, ideológica, afetiva, erótica e politicamente. No entanto, esse trabalho, que ela denomina reposição cotidiana é produtivo também, porque produz a mercadoria força de trabalho.

Como vimos anteriormente, o contexto em que vivem homens e mulheres não é o resultado de um 'destino' biológico, mas sim de construções sociais. Portanto, homens e mulheres formam dois grupos sociais que estão engajados em uma relação social específica, que se concretiza nas relações sociais de sexo. Tais relações possuem uma base material, que é o trabalho, e que se revela através da divisão social do trabalho entre os sexos, denominada de divisão sexual do trabalho.

Sobre divisão sexual do trabalho, saliento a obra de Helena Hirata. Em um dos capítulos do livro "Nova divisão sexual do trabalho?" a autora desenvolve o estado das artes sobre a temática. Partindo da obra de Danièle Kergoat apresenta a idéia que "a exploração por meio do trabalho assalariado e a opressão do masculino sobre o feminino são indissociáveis, sendo a esfera de exploração econômica – ou das relações de classe – aquela em que, simultaneamente, é exercido o poder dos homens sobre as mulheres" (HIRATA, 2002, p. 277).

Sobre a origem do conceito de divisão sexual do trabalho, Danièle Kergoat (2003) salienta que essa noção foi primeiro utilizada por etnólogos para designar uma divisão "complementar" das tarefas entre os homens e as mulheres nas sociedades que eles estudavam. Refere-se

a Lévi-Strauss como sendo um expoente dessa ideia e que fez dela o instrumento explicativo da estruturação da sociedade em família. No entanto, a autora afirma que foram as antropólogas feministas, as primeiras que lhe deram um conteúdo novo, demonstrando que ela traduzia não uma complementaridade de tarefas, mas uma relação de poder dos homens sobre as mulheres. Portanto, a questão não se soluciona simplesmente somando-se trabalho profissional e trabalho doméstico pois, conforme Hirata e Kergoat "... ao fazer essa soma, logo nos demos conta de que as costuras do paletó 'trabalho', feito sob medida por e para as crenças economicistas, cediam facilmente nas cavas" (2007, p.596).

Dito isso, a autora chega a uma conceituação de divisão sexual do trabalho, e a define como

[...] a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo; essa forma é adaptada historicamente e a cada sociedade. Ela tem por características a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apreensão pelos homens das funções de forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares etc). (KERGOAT, 2003, p.55-56).

Ainda de acordo com Kergoat (2003), a divisão sexual do trabalho possui dois grandes princípios organizadores, que são o princípio de separação -onde se diferencia os trabalhos, como sendo de homens ou de mulheres - e o princípio de hierarquização – onde um trabalho masculino é mais valorizado que um trabalho feminino. Na realidade, esses princípios são aplicados graças a um processo específico de legitimação, que a autora denomina de ideologia naturalista, que empurra o gênero para o sexo biológico, reduzindo, dessa forma, as práticas sociais a "papeis sociais" sexuados, os quais remetem ao destino natural da espécie. No entanto, em sentido oposto, a teorização em termos de divisão sexual do trabalho afirma que as práticas sexuadas são construções sociais, elas próprias resultado de relações sociais.

Portanto, podemos afirmar que problematizar em termos de divisão sexual do trabalho não remete a um pensamento determinista, pois se seus princípios organizadores podem permanecer os mesmos, as suas modalidades (podendo-se incluir aí concepções de trabalho

reprodutivo, lugares das mulheres no trabalho mercantil, etc.) podem sofrer diversas variações no tempo e no espaço.

Outro aspecto levantado por Kergoat (2003) se refere ao vínculo entre divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. Para a autora, trata-se de dois termos que possuem uma relação indissociável, onde a divisão sexual do trabalho materializa as relações sociais de sexo de determinada sociedade, em determinado momento histórico.

Assim, as relações sociais de sexo assumem as seguintes características:

- a relação entre os grupos assim definidos é antagônica;
- as diferenças constatadas entre as práticas dos homens e das mulheres são construções sociais, e não provenientes de uma causalidade biológica;
- essa construção social tem uma base material e não é unicamente ideológica – em outros termos, a "mudança de mentalidades" jamais acontecerá espontaneamente se estiver desconectada da divisão de trabalho concreta – podemos fazer uma abordagem histórica e periodizá-la;
- essas relações sociais se baseiam antes de tudo em uma relação hierárquica entre os sexos, trata-se de uma relação de poder, de dominação. (KERGOAT, 2003, p.58-59)

Podemos perceber a existência de duas posturas de pesquisa contraditórias: uma em que percebe as relações sociais como anteriores a sociedade e determinantes dessa, e ainda outra que percebe a sociedade como dada a priori, configurando-se em um espaço onde as relações vão criando as normas sociais. É essa perspectiva que sustenta a percepção de complementaridade de tarefas entre homens e mulheres.

Em determinadas situações, a divisão sexual do trabalho gera conflitos no interior das famílias. O depoimento de Verde é um exemplo dessa situação. Durante sua narrativa ela disse:

– E tudo que a gente faz é dizer que é trabalho né, porque a gente não considera. Olha, tem cada arranca-rabo gurias, porque eu agora assumi isso: eu acho que tem mais é que me sustentar. Não por me sustentar, não está me sustentando, se está ganhando o que está ganhando, é porque tem alguém que lava as suas roupas, que passa as suas roupas, que faz o seu almoço... E que bom, ajuda para que tenha uma saúde mental para pode trabalhar. Sabe, então eu não me

acho mais tãooo dependente, eu acho que eu ainda sou dependente, às vezes eu fico doente com alguma coisa que eu tenho que pedir, eu fico meia assim... Mas eu estou minimizando essa coisa da culpa [...] (Verde, Grupo B, jan.2009)

Dessa forma, podemos falar que divisão sexual do trabalho é muito mais do que constatar desigualdades. É articular a descrição do real com uma reflexão sobre os processos pelos quais a sociedade utiliza a diferenciação para hierarquizar as atividades (KERGOAT, 2003, p.59). Nas conversas tanto de um grupo quanto de outro constituímos esses momentos de reflexão, partindo das trajetórias concretas das mulheres envolvidas na pesquisa e, procuramos ir além, buscamos, inclusive, possibilitar uma articulação dessas trajetórias com o contexto social mais amplo na qual elas estão inseridas.

Assim, entendemos que com pesquisas que envolvem a concepção participante, observamos que temos desafios de ordem política, pois trata-se de compreender com o grupo como as relações sociais se incorporaram nas instituições, legitimando-as; e também de desvelar tensões geradas na sociedade, procurando compreender como elas deslegitimam as regras e representações que apresentam como "naturais" os grupos sociais constituídos. É nesse momento que a compreensão metodológica de Joso é incorporada no sentido de que as pessoas do grupo ao narrarem sobre seus processos identificam sua trajetória formadora. É dessa forma que percebemos a experiência dessa investigação: como uma iniciativa de tensionamento de normas sociais instituídas, que tentam delimitar e definir os papéis sociais das mulheres que possuem o perfil investigado, qual seja, de mulheres de meia-idade, mães, esposas, filhas e responsáveis pelos afazeres domésticos, que envolvem cuidados com a casa e com seus ocupantes.

Cláudia Nogueira em uma de suas obras, desenvolve a categoria trabalho ao longo do processo histórico e, com ele, a divisão sexual do trabalho no espaço produtivo e reprodutivo, onde afirma que:

A desigualdade na divisão sexual do trabalho nas esferas produtiva e reprodutiva, portanto, é central para as relações de poder, principalmente o poder exercido pelos homens sobre as mulheres, presente na estrutura da família patriarcal. (NOGUEIRA, 2006, p.28-29).

Mesmo assim, a maior parte do trabalho feminino não é visto como trabalho social, pois se refere ao chamado trabalho doméstico, como cuidado com os filhos, com o marido e com as atividades de manutenção da residência. São os papéis atribuídos a categoria feminina de madresposa, onde

Su representación ideológica lo define como atributo genérico de las mujeres. De tal manera que aquellas mujeres que no reproducen a los otros son consideradas menos mujeres, menos femeninas. Los papeles, las actividades y el trabajo derivados de la sobreespecialización genérica impregnan y dan contenido a la identidad femenina. (LAGARDE, 2005, p. 121)

No entanto, Lagarde ressalta que o processo de reprodução realizado pelas "madresposas" não se esgota na reprodução da força de trabalho, mas envolve aspectos diversos da existência dos indivíduos, da sociedade e da cultura, como formas particulares de sentir, de estar, de concepções, crenças e saberes, de linguagens específicas. Sendo assim, as mulheres realizam uma dupla jornada de trabalho, tanto produtivo como reprodutivo. Produtivo enquanto jornada pública de trabalho, sendo esse assalariado ou não e, ainda, a jornada privada de trabalho reprodutivo nos lares. Essa dupla jornada está constituída por diferentes condições, pois a jornada de trabalho pública está delimitada no tempo, no espaço, em hierarquias, em atividades, etc. Já o trabalho no espaço privado constitui a jornada doméstica, que é concebida como atividades próprias do sexo feminino e, portanto, vistas como naturais.

A autora identifica o movimento feminista marxista como sendo a primeira concepção que deixou de caracterizar o trabalho como sendo um atributo de domínio sexual masculino e que, ao contrário, tem definido também como trabalho um conjunto de atividades consideradas "naturais" das mulheres. A partir dessa compreensão, a autora desenvolve seu conceito de trabalho, baseada nessas contribuições. Para Lagarde (2005):

Desde la visión feminista del mundo, el trabajo forma parte de las cualidades genéricas históricamente determinadas de los individuos y de los grupos sociales. El trabajo es um espacio creativo social y cultural: es um conjunto de actividades, de capacidades y destrezas, de conocimientos y sabiduría, de relaciones sociales, de normas, de

concepciones, de tradiciones y de creencias, que realizan los seres humanos para vivir, transformando la naturaleza, la sociedad y la cultura. (LAGARDE, 2005, p.114)

Portanto, o trabalho doméstico tem sido relacionado com a feminilidade, sendo de responsabilidade das mulheres e cabendo fundamentalmente a elas sua execução.

Compreendo o trabalho doméstico como fundamental para a manutenção da vida em sociedade, pois esse trabalho está intimamente relacionado à família, sendo essa uma importante instituição social em todas as sociedades conhecidas até hoje. No entanto, somente com a industrialização é que se torna visível o trabalho feminino, pois o trabalho fabril (fora do âmbito do lar) remete as mulheres a ocuparem outros espaços, fazendo-as "transitarem" bem mais pelos espaços públicos e, até certo ponto, retirando-as dos limites demarcados pelo espaço doméstico.

O processo de industrialização, advindo do capitalismo, fomenta a separação entre trabalho manual e trabalho intelectual, grande parte em virtude das necessidades de formação de mão-de-obra qualificada para os postos de trabalho nas fábricas. Como vimos anteriormente, a educação é chamada a "dar conta" dessa demanda. Como o trabalho doméstico é "... invisível, fluido, elástico. É um trabalho físico, que depende do corpo, pouco qualificado e pouco mecanizado apesar das mudanças contemporâneas. O pano, a pá, a vassoura, o esfregão continuam a ser os seus instrumentos mais constantes (PERROT, 2007, p.115)", ele é desvalorizado frente à lógica do capital industrial, percebido como um trabalho manual e, portanto (dentro dessa perspectiva), como trabalho desqualificado, tornando-se alvo de discriminações, estereótipos e menosprezo. A isso se soma toda uma intenção de manutenção da permanência das mulheres nos lares, para isso valorizando-se a sua importância na criação dos filhos, no cuidado com a casa e o marido, enfim, na defesa de toda uma estrutura social anteriormente definida que delimitava os espaços femininos, dominando-os e controlando-os.

Mesmo com o processo de emancipação das mulheres, elas não se veem desobrigadas de algumas funções, ao contrário, acumulam atividades, responsabilidades. É importante ressaltar que, muitas vezes, as próprias mulheres têm demonstrado conivência com a dupla

jornada. Mas o fato é que, com ou sem aprovação social, e acumulando as funções de seu trabalho já exercido no lar com as novas atribuições advindas do mundo do trabalho industrial, as mulheres ingressaram no modelo de produção fabril. Mas quando isso ocorreu primeiramente? E em quais circunstâncias? Michelle Perrot (2007) ressalta dois fatos históricos como sendo fundamentais no ingresso feminino nas indústrias a nível mundial, que foram a Revolução Industrial e a Primeira Guerra Mundial.

O primeiro grande setor de emprego para as mulheres, pós Revolução Industrial, foi o têxtil, tanto em fábricas quanto em ateliês. Sobre a rotina dessa atividade, trata-se de um trabalho considerado pouco qualificado em relação aos demais, monótono e reduzido a gestos simples e repetitivos, mas cujo ritmo se acelera cada vez mais, passando da supervisão de um ou dois para vários teares.



Figura 18: Mulheres operárias no século XIX. "As operárias do séc. XIX são essencialmente as empregadas das grandes fábricas de têxteis. Um mundo regido por homens, submetidas a um apertado comportamento moral onde lhes é vedada toda e qualquer reivindicação política – e que eram obrigadas a abandonar quando fundavam uma família. As fábricas eram um mundo também de solidão embora de relativa independência econômica. Um mundo onde as operárias serão cada vez e, maior número e de algum modo geral consideradas como símbolo da sua emancipação." Michelle Perrot. Imagem e texto capturado em nov.2009 no endereço http://cdocfeminista.gasosa.pt/home/index.php?option=com_content&task=view&id=1&lang=english

As máquinas são desprotegidas e os acidentes frequentes. As jornadas de trabalho são muito longas, passando de até 14 horas diárias no começo do processo de industrialização, para 10 horas por volta do ano de 1900. Os locais de trabalho são desconfortáveis, pouco arejados e mal aquecidos. Como não havia refeitórios, as operárias faziam suas refeições com marmita em meio às máquinas cheias de graxa nos poucos momentos de pausa na produção. A disciplina é rigorosa, até ir ao banheiro é um problema, pois é visto como "perda de tempo". São práticas comuns às multas por ausências, atrasos e negligências, reduzindo ainda mais os já baixos salários. Além disso, as mulheres passam a lidar com o assédio sexual dos contramestres e fiscais, que é prática constante na rotina das fábricas onde as mulheres atuam (PERROT, 2007). No entanto, a Primeira Guerra Mundial traz mudanças nesse panorama:

À primeira vista, até mesmo em sua simbologia, ela reforça a ordem dos sexos, com os homens na frente de batalha e as mulheres na retaguarda [...] Mas, ao mesmo tempo, elas se imiscuem em lugares e tarefas masculinas nas quais se saem muito bem. Conduzem arados, automóveis e bondes. As "munitionetes" manipulam obuses nas fábricas de armamento. As mulheres gerenciam seu orçamento, aprendem a lidar com dinheiro, recebem melhores salários. (PERROT, 2007, p.143).

Na França e na Inglaterra as mulheres passaram a substituir a mão-de-obra masculina que foi mobilizada para a frente de batalha. A entrada maciça de aproximadamente trezentas mil mulheres nas fábricas de munição na Primeira Guerra, obrigam a implementação de alterações no processo de produção, incluindo uma reorganização do espaço físico e a introdução de mulheres superintendentes. Segundo Perrot, trata-se de um processo irreversível, que prossegue no período entre-guerras, mas passa a ser ampliado para as linhas de montagem das fábricas de automóveis taylorizadas (2007, p. 121).



Figura 19: Fábrica de armamentos. Capturado em nov. 2009 no endereço eletrônico <http://www.klickeducacao.com.br/2006/enciclo/encicloverb/0,5977,UNDEFINED-11483,00.html>

No entanto, a autora ressalta a relação entre o processo de mecanização e industrialização, e a feminização, onde passa a ocorrer uma delimitação das profissões ditas "femininas". Dessa forma, continua-se a manter um controle sobre as atividades exercidas pelas mulheres. Assim, a autora ressalta um crescimento vultoso do setor terciário onde 75% das mulheres atuam, consolidando-se como o grande setor de trabalho feminino, onde

[...] a maioria dos empregos que elas ocupam são marcados pela persistência de um caráter doméstico e feminino: importância do corpo e das aparências; função das qualidades ditas femininas, dentre as quais as mais importantes são o devotamento, a prestatividade, o sorriso etc. (PERROT, 2007, p.123).

As profissões salientadas pela autora com essas características são as de vendedoras, secretárias, enfermeiras e professoras primárias. No entanto, afirma que esse processo se deu fortemente pelo menos

até os anos 80-90, onde o desenvolvimento da informática e da robótica pode ter acarretado mudanças nessa perspectiva. Na sociedade brasileira, dados apontam a manutenção dessa perspectiva, conforme levantamento realizado por Maria Cristina Bruschini (2007) que abarcou a situação das mulheres no mercado de trabalho brasileiro de 1992 a 2005, com base em estatísticas oficiais, mais especificamente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e do Ministério da Educação e Cultura (MEC). O estudo mostrou que, embora se observe algumas mudanças no perfil das trabalhadoras brasileiras, se mantém a maior concentração de mulheres trabalhadoras em ocupações femininas tradicionais¹⁴ e permanece com as mulheres a responsabilidade pelas atividades domésticas e pelo cuidado com os(as) filhos(as).

No que se refere às possibilidades emancipatórias do trabalho feminino, Lagarde (2005) faz algumas ressalvas. Admite que na atualidade novos valores, frutos de exigências sociais contemporâneas, concebem o trabalho fora dos lares, ou seja, o trabalho realizados em espaços públicos, como positivo e até necessário para as mulheres. No entanto, afirma que a maioria das mulheres vive de forma conflitiva esses contextos. Sobre esse conflito que se estabelece afirmou:

El conflicto no sólo se presenta con los otros, con el tiempo, con la capacidad de cumplimiento de los deberes, sino sobre todo, dentro de cada una de ellas. Ellas son el recinto de enfrentamiento de las contradicciones sociales que sintetizan y que les dan vida. (LAGARDE, 2005, p.144)

A autora salienta que a ideologia na qual as mulheres que trabalham 'fora' são julgadas as divide, já que não se concebe as mulheres como a integração de vários papéis. A mulher trabalhadora é julgada sem se considerar a outra jornada advinda das responsabilidades domésticas. Por exemplo, pode ser desvalorizada em seu trabalho por pedir permissão para levar seus filhos no médico ou para participar de uma reunião de pais na escola, etc.

¹⁴ A pesquisa apontou os seguintes percentuais: cabeleireiras e esteticistas (82,7%), faxineiras, arrumadeiras e cozinheiras (69,8%), secretárias (85,3%), recepcionistas (82,8%), técnicas de enfermagem (83,6%), enfermeiras (88,8%), psicólogas (89,3%), professoras de nível pré-escolar (94,6%). Cf. BRUSCHINI, 2007.

É importante acrescentar que as mesmas mulheres que sofrem esses julgamentos também se julgam a si próprias com a mesma firmeza e incompreensão, isto é, usam os mesmos parâmetros e/ou critérios de julgamentos que são utilizados contra elas.

En general, los problemas que se originan por la no asimilación del trabajo [na sua completude e complexidade] son vividos por las mujeres de manera personal como problemas emocionales, como incapacidad, como disgusto para hacer cosas, con culpa (LAGARDE, 2005, p.145)

Portanto, existe uma negação da realidade por parte das próprias mulheres, que não reconhecem que os problemas que enfrentam em seu cotidiano não são individuais mas coletivos, de forma que pensam e agem como se fossem elas próprias culpadas de sua condição.

Sobre os aspectos políticos desse processo, Michelle Perrot (2007) salienta a importância da Revolução Francesa no processo de modificação das fronteiras entre os sexos. Apesar do universalismo proposto pela Revolução, não foi concedido às mulheres nenhum direito político¹⁵. No entanto, elas obtiveram direito cívico, tais como igualdade no ato civil do casamento que passa a supor seu livre consentimento e podendo ser dissolvido pelo divórcio e, ainda, direito de gerir seus próprios bens em função do contrato de casamento. Embora possa parecer pouco, isso representou uma ruptura profunda com os costumes da época, que não reconheciem esses direitos às mulheres até então.

Como podemos perceber, a atuação no espaço público não tem sido fácil para as mulheres, acostumadas à delimitação de suas participações no espaço privado. Principalmente no que concerne à participação e ação política. Perrot afirma que, no que se refere às ações coletivas no espaço público, quando as mulheres "apóiam-se em seus papéis tradicionais, tudo vai bem" (2007, p.146). Cita como exemplos desse fato as ações de caridade e o que ela chamou de

¹⁵ Como principal exemplo desse fato, temos a exclusão das mulheres do direito de voto.

"motim por alimentos", numerosos do século XVII até meados do século XIX. Trata-se de rebeliões que consistiam em

[...] verdadeiras invasões das feiras, dos caminhos, das estradas, dos moinhos que visam àqueles que detêm os víveres: moleiros, padeiros, mercadores, principalmente. [...] Em caso de penúria, ou de alta indevida dos preços, as mulheres dão o alerta, rebelam-se, protestam, culpam os comerciantes, ameaçam-nos, derrubam seus tabuleiros, espalham-se pelos caminhos, perto dos cais, para deter as carroças [...]. Cada vez mais, elas pedem que os grãos ou o pão sejam tabelados pelas autoridades... (PERROT, 2007, p.146-147)

Embora se trate de uma forma de exercício das mulheres de seu papel político, é vista com certa "naturalidade", já que se relaciona com o doméstico, portanto, passa a ser socialmente aceita, pois não chega a se configurar numa transgressão às normas culturais estabelecidas. Já que as mulheres são as responsáveis pela manutenção do lar, nada mais natural que elas demonstrem preocupação com o preço dos mantimentos.

Na história política recente no Brasil, tivemos episódio semelhante, na figura das "fiscais do Sarney", no período do Plano Cruzado (década de 80), muito divulgadas na mídia, configurando-se num movimento com ampla aceitação popular. Tratava-se de mulheres, "donas de casa" em sua maioria, que saíram às ruas, especialmente aos supermercados, munidas de suas "tabelas de preços", a fiscalizar os estabelecimentos para garantir a efetivação do tabelamento dos produtos domésticos. Com isso, podemos afirmar que, dependendo do motivo, a participação feminina é permitida e, inclusive, incentivada. Saffioti corrobora com essa ideia, quando afirma que:

A grande participação política das brasileiras tem-se dado nos movimentos sociais: associações de mães, movimento contra a carestia, luta por creches, movimento feminino pela anistia etc. Convém lembrar que o espaço de luta destes movimentos não é o da política institucional. Isto é, estes movimentos ocorrem fora do espaço parlamentar, fora do espaço dos partidos políticos. Trata-se de lutas travadas em torno de certas reivindicações que seus militantes esperam ver atendidas pelo poder municipal, estadual ou federal; ou ainda pelo empresário privado. (1987, p.48).

Mas, no que diz respeito às atividades eminentemente políticas, a história é bem outra. Como a política configura-se como o centro das

decisões e onde o poder se estabelece, desde muito tempo tem sido considerada território masculino. Assim, podemos perceber que, mesmo na trajetória feminina de ingresso no mercado de trabalho, houve certo "controle" desse processo, visando delimitar a participação das mulheres em instâncias de poder decisórias, por isso as constituições das profissões ditas femininas.

Veremos como se deu o ingresso das mulheres no mercado de trabalho no Brasil. Para isso, é importante afirmar que me deterei às famílias pobres brasileiras. Portanto, isso delimita o perfil de mulheres ao qual me refiro nesse texto. Creio que se trata de um elemento importante a salientar, haja vista que é muito diferente ser mulher das classes trabalhadoras ou ser mulher pertencente às elites econômicas e sociais dominantes.

Concordo com Heleieth Saffioti (1987) quando afirma que só mudaremos a sociedade na perspectiva de criação de um contexto de mais justiça e igualdade social para todos quando combatermos, simultaneamente, as três contradições fundamentais que são: as desigualdades entre as classes sociais, entre as etnias e entre os sexos. Como essa investigação se refere a uma cooperativa de trabalhadoras e que percebem nessa uma oportunidade de geração de renda, isso demonstra que se trata de mulheres pobres que procuram alternativas de sobrevivência no modelo excludente do capital.

O início do século XX foi um período em que o país passou por uma fase de intensa industrialização e, com ela, de urbanização profunda. Como exemplo, cito estudo de Cláudia Fonseca, que realizou investigação sobre esse período aqui no estado e que identificou que "... a partir de 1890 surgiram fábricas de pregos, de louça, de tecido, banha, cerveja etc. [...] De 1900 a 1910 a população da cidade [Porto Alegre] cresceu de 73 para 130 mil habitantes, chegando em 1920 a 230 mil" (2007, p. 515).

Essa mobilidade geográfica se referia, inicialmente, à população masculina. Essa busca desenfreada por empregos nos novos postos de trabalho deixava muitas mulheres em situação de abandono. Como as distâncias eram longas - levando-se em consideração as precárias estruturas para locomoção, o que dificultava o transporte - muitos passavam anos a fio sem retornar e sem notícias, deixando a família desamparada. Às mulheres sozinhas, não restava outra alternativa a não

ser a de trabalhar "fora". Mas também passou a ocorrer que, em muitos casos, mesmo com os maridos permanecendo, as mulheres tinham que trabalhar para completar o sustento doméstico, já que os salários eram insuficientes.

Essa situação que as mulheres pobres passaram a enfrentar as colocou em situações muito constrangedoras, haja vista que, como vimos anteriormente, a norma social vigente não aprovava o trabalho feminino. "A mulher pobre, diante da moralidade oficial completamente deslocada de sua realidade, vivia um dilema imposto pela necessidade de escapar à miséria com o seu trabalho e o risco de ser chamada de 'mulher pública'" (FONSECA, 2007, p.519). O que a autora denominou de "moralidade oficial" defendia que a mulher se ocupasse dos afazeres domésticos em casa, enquanto ao homem cabia suprir financeiramente a família, trabalhando no espaço público. Esse pensamento estava muito longe de retratar a realidade das famílias pobres brasileiras. Na verdade, tratava-se de um estereótipo baseado nos valores da elite colonial e que servia como instrumento de diferenciação entre mulheres burguesas e as mulheres pobres. Portanto, dados da época confirmam que as mulheres pobres sempre trabalharam fora dos lares:

As estatísticas sobre o Rio Grande do Sul em 1900 mostram que cerca de 42% da população economicamente ativa era feminina: as mulheres trabalhavam principalmente em "serviços domésticos", mas sua atuação era também importante nas "artes e ofícios" (41,6%), na indústria manufatureira (46,8%), e no setor agrícola. (FONSECA, 2007, p.517)

Esses dados nos remetem à necessidade de ressignificarmos a configuração da família. Com o advento da industrialização, a extensa família tradicional transforma-se gradativamente em família nuclear. Essa nova visão de família passa a ser assumida pela burguesia nascente¹⁶.

No entanto, a organização familiar das classes populares segue outros rumos, pois a classe operária nascente nem sempre segue esses parâmetros. Cláudia Fonseca salienta que, nesse período, é possível

¹⁶ Philippe Áries (1981), em obra publicada em 1964 e intitulada *A história social da criança e da família*, aborda bem esse período de mudanças sociais que atingem em cheio a configuração da instituição familiar.

identificar certas tendências, como "...casamentos 'precoces', um aumento da proporção de uniões consensuais, frequentemente instáveis, e taxa alta de bastardia e crianças em circulação" (2007, p.521), onde "...a interpretação dessas mudanças se estende desde o elogio à emancipação dos indivíduos da censura comunitária e até as lamentações sobre o arrasamento da moralidade familiar" (2007, p. 521). Assim como a autora, entendo que não se trata de nenhuma dessas argumentações, mas sim como o resultado da organização de uma nova classe social, com suas dinâmicas próprias.

Assim, quero afirmar o equívoco em se pensar o modelo de família nuclear como único viável, pois esse representa apenas um tipo possível, e que se refere a uma parcela da sociedade e não ao todo social. No entanto, esse modelo torna-se hegemônico (mais simbolicamente do que em dados concretos) por representar uma construção ideológica do capitalismo atrelada ao modelo de industrialização vigente e, no país, permeada com aspectos morais advindos do modelo agrário anterior. Apesar disso, podemos perceber que esse modelo de família ainda é muito presente nos dias atuais, constituindo o imaginário social das pessoas. Conforme Nogueira,

É fato que presenciamos novos arranjos familiares nas últimas décadas, alterando significativamente o modelo idealizado para a conformação da família. Não podemos deixar de reconhecer que existe uma pluralidade de possibilidades que se referem às relações conjugais e familiares, principalmente no que tange aos relacionamentos homossexuais e à posição de muitas mulheres divorciadas (ou não) como chefes de família (2006, p. 26-27).

Dessa forma, devemos perceber as trajetórias de vida de mulheres cooperadas com o olhar atento às diversas configurações de famílias e de situações de trabalho. Para isso, precisamos nos desvincilar do modelo de família nuclear como sendo o único existente, e também do trabalho feminino como sendo algo novo na sociedade brasileira, pois, como vimos, há muito as mulheres estão exercendo atividades produtivas, não apenas nos espaços domésticos, mas nos espaços públicos inclusive.

No próximo capítulo, costuro algumas contribuições e trajetórias da teoria feminista e do cooperativismo, que ajudarão a compor o cenário da trajetória de luta pela emancipação da mulher. A ideia do

próximo capítulo é estabelecer uma aproximação com outras perspectivas - tanto no que diz respeito ao mundo do trabalho, quanto no que se refere ao mundo acadêmico – que podem auxiliar num processo de ressignificação do papel da mulher em sociedade.



4. COSTURANDO outra perspectiva: dialogando com o cooperativismo e o feminismo

Antes de tratar sobre cooperativismo, é necessário esclarecer como a concepção de emancipação humana está sendo tratada nesse trabalho de investigação. Ela é uma das chaves para a compreensão sobre as possibilidades da população cooperada.

A partir do referencial marxista e conforme Ivo Tonet (2005), a emancipação humana nada mais é do que um outro nome para comunismo. Poderíamos nos perguntar então, por que não fazemos uso dessa denominação? Porque vários embates de lutas ideológicas causaram graves distorções a respeito do tema. A ideia de uma sociedade para além do capitalismo já foi causa de tantas polêmicas, interpretações e especulações equivocadas que desgastaram o conceito. Em função disso, e na tentativa de fugir de debates infrutíferos com os mais "assustados e alienados", preferimos o termo emancipação humana, mas reforçando sempre seu caráter transformador e de necessária superação do modelo de sociedade capitalista.

Pensar em emancipação humana nos aproxima da obra de Freire, pois se materializa no conceito de 'ser mais'. Zitkoski (2008) bem define o conceito quando afirma que

A vocação para a humanização, segundo a proposta freireana, é uma característica que se expressa na própria busca do ser mais através da qual o ser humano está em permanente procura, aventurando-se

curiosamente no conhecimento de si mesmo e do mundo, além de lutar pela afirmação/conquista de sua liberdade. (ZITKOSKI, 2008, p.380)

Portanto, o conceito 'ser mais' encontra-se articulado na possibilidade de emancipação humana, representando um processo de luta pela humanização do ser humano. Nessa concepção de ser humano, na qual 'ser mais' significa encarar o desafio de libertação em busca de humanização, é impossível pensarmos sobre emancipação humana sem abordarmos o trabalho.

Nesse capítulo desenvolvemos a temática do cooperativismo e da economia solidária, na defesa de uma outra educação e de um outro trabalho, na perspectiva emancipatória de grupos excluídos socialmente e economicamente. Aliado a isso, trazemos a contribuição da teoria feminista, por propor outra leitura da realidade social, a partir da constituição de uma ciência que busca superar o modelo de explicação tradicional que alijou da construção científica questões relativas ao mundo das mulheres e de todos aqueles que não contemplavam o modelo androcêntrico.

Na sequência, abordamos uma questão conceitual, relativa ao conceito de patriarcado, por compreender ser esse fundamental para a constituição das identidades de gênero, formando um alicerce social onde as demais representações se constituem, demonstrando seu vínculo com o trabalho na perspectiva do capital e os limites que, em função desse atrelamento, esse conceito denota tornando-o, assim, potencialmente limitador de uma perspectiva emancipadora. Saliento a importância de se relacionar o conceito de patriarcado com o de gênero, percebendo suas potencialidades e suas lacunas.

Apresentamos, ainda, uma leitura feminista da teoria evolucionista. Teoria que, historicamente, constituiu o alicerce social para o desenvolvimento do patriarcado, a partir da constituição da teoria do instinto materno e de toda uma concepção de maternidade que se tornou hegemônica. No entanto, o darwinismo passou (e tem passado!) por reformulações que apontam para novas contribuições para o campo feminista.

Tecendo o cooperativismo enquanto proposta de trabalho na lógica emancipatória

Para compreendermos a forma de sociabilidade que chamamos de emancipação humana, devemos identificar o seu germe, que é o trabalho. Mas não o trabalho na lógica do capital, mas o trabalho associado. E por que o trabalho associado? Porque sabemos que o trabalho é muito mais do que o executar de tarefas, mas que envolve a totalidade das atividades humanas, isto é, a partir do trabalho (tendo este papel central) desenvolvem-se inúmeras outras dimensões, compondo-se, assim, o ser social. Portanto, é o trabalho associado aquele que pode possibilitar a emancipação humana, pois ele extrapola o ato restrito do trabalho, mas envolve todos os aspectos humanos. Com isso, podemos conceituar minimamente o trabalho associado como "*aquele tipo de relações que os homens estabelecem entre si na produção material e na qual eles põem em comum as suas forças e detêm o controle do processo na sua integralidade, ou seja, desde a produção, passando pela distribuição até o consumo*" (TONET, 2005, p.133).

Dessa forma, o trabalho associado caracteriza-se por possibilitar a articulação dos sujeitos envolvidos de forma livre e consciente e não por um poder que lhes é alheio, como no sistema capitalista que não lhes permite nem o domínio e nem a compreensão sobre suas próprias relações.

Penso que o trabalho cooperativo¹⁷ e solidário está inserido na lógica do trabalho associado, por isso com o potencial de oferecer uma

¹⁷ Podemos definir cooperativas como sendo empresas formadas e dirigidas por uma associação de usuários, que se reúnem em igualdade de direitos, com o objetivo de desenvolver atividades econômicas ou prestar serviços comuns, eliminando os intermediários. O movimento cooperativista contrapõe-se às grandes corporações capitalistas de caráter monopolístico. Conforme a natureza de seu corpo de associados, as cooperativas podem ser de produção, de consumo, de crédito, de troca e comercialização, de segurança mútua, de vendas por atacado ou de assistência médica. As mais comuns são as cooperativas de produção, consumo e crédito; há ainda as cooperativas mistas, que unem, numa só empresa, essas três atividades. No Brasil, a formação de cooperativas é regulamentada por lei desde 1907. Internacionalmente, a atividade é incentivada pela Aliança Cooperativa Internacional. Fonte: SANDRONI, Paulo. Dicionário de Administração e Finanças. São Paulo: Editora Best Seller, 1996. Disponível em <<http://www.cooperativa.com.br>> Acesso em: 6 jun. 2008.

alternativa ao trabalho regido pelo capital. Atualmente a economia solidária tem se constituído como uma alternativa viável diante do contexto sócio-econômico atual. As cooperativas populares, por sua especificidade, têm se desenvolvido como uma forma de organização e produção econômica que pode contribuir para a geração de renda, melhorando a qualidade de vida de muitas famílias, além de realizar um enfrentamento à lógica do capital, promovendo, através de relações solidárias, a humanização de grandes parcelas da população que tem sido, historicamente, excluídas dos bens materiais, culturais e sociais que a sociedade tem produzido.

A economia solidária parte do princípio de que o central na organização da sociedade é o ser humano, portanto acredita-se que essa apresenta-se como uma alternativa possível para os grupos populares no enfrentamento da "ditadura do mercado". De acordo com Paul Singer,

[...] a economia solidária foi concebida para ser uma alternativa superior por proporcionar às pessoas que a adotam, enquanto produtoras, poupadoras, consumidoras etc., uma vida melhor. Vida melhor não apenas no sentido de que possam consumir mais com menor dispêndio de esforço produtivo, mas também melhor no relacionamento com familiares, amigos, vizinhos, colegas de trabalho, colegas de estudo etc.; na liberdade de cada um de escolher o trabalho que lhe dá mais satisfação; no direito à autonomia na atividade produtiva, de não ter de se submeter a ordens alheias, de participar plenamente das decisões que o afetam; na segurança de cada um saber que sua comunidade jamais o deixará desamparado ou abandonado. (SINGER, 2002, p.114-115)

É nessa perspectiva que se encontram as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares¹⁸. As ITCP's têm como objetivo central "disponibilizar o conhecimento acadêmico às cooperativas populares, contribuindo para a formação e consolidação de iniciativas econômicas autogestionárias, viáveis economicamente e geridas solidariamente" (INTECOOP, 2004). Porém, as formas para atingir este

¹⁸ De acordo com Paul Singer "as ITCP's são multidisciplinares, integradas por professores, alunos de graduação e pós-graduação e funcionários, pertencentes às mais diferentes áreas do saber. Elas atendem grupos comunitários que desejam trabalhar e produzir em conjunto, dando-lhes formação em cooperativismo e economia solidária e apoio técnico, logístico e jurídico para que possam viabilizar seus empreendimentos autogestionários". (SINGER, 2002, p.123)

objetivo são particulares de cada Incubadora, ou seja, não existe método pré-determinado de atingi-lo.

Compreendendo a democratização dos saberes como prática emancipatória, a INTECOOP/Pelotas tem como meta apoiar o desenvolvimento de iniciativas econômicas associativas - que se orientem por princípios solidários - fundados sob uma perspectiva de articulação da cooperação e da autogestão, da viabilidade econômica, da preservação ambiental e das potencialidades éticas em favor da vida.

Os métodos e metodologias utilizados pela INTECOOP para a criação de iniciativas de economia solidária procuram sempre levar em conta as condições específicas de cada grupo valorizando o saber popular. Paulo Freire, em *Pedagogia da Autonomia*, já afirmava que "*ensinar exige respeito aos saberes dos educandos*" (1999, p.33), em nosso caso particular, referimo-nos aos saberes dos cooperados.

Ao contrário da forma pela qual são administradas as empresas capitalistas, no qual se percebe "a administração hierárquica, formada por níveis sucessivos de autoridade, entre os quais as informações e consultas fluem de baixo para cima e as ordens e instruções de cima para baixo" (SINGER, 2002, p.16), no caso de empreendimentos de economia solidária e autogestionários, considera-se que todos tem o direito de iniciativas e podem participar do planejamento e da execução das tarefas dentro da cooperativa. Sendo assim, sua administração dá-se de forma transparente, onde todos os membros têm acesso às informações e deliberações sobre o andamento da mesma. Portanto, o fato de participar de um empreendimento de economia solidária não significa simplesmente autogerir seu próprio empreendimento. O trabalhador que se insere num grupo mesmo que já formado anteriormente não pode contentar-se em apenas participar desse grupo, enquanto alguém que apenas assume tarefas. Ele tem que ter iniciativa perante o grupo, pensar juntamente com o grupo, para que esse se viabilize enquanto empreendimento autogestionário. Caso contrário, tal empreendimento irá confundir-se com uma empresa nos moldes capitalistas, onde os empregados são pagos apenas para cumprir com as tarefas que lhes são designadas, sem muitas vezes ao menos ter o direito de criticá-las ou melhorá-las, enquanto condições mais decentes de trabalho.

Assim, é possível perceber-se que o principal diferencial entre uma empresa nos moldes capitalistas e uma empresa solidária é a administração. Na economia solidária a administração das empresas se dá na lógica da autogestão, que prima por princípios democráticos em sua rotina. E,

Para que a autogestão se realize, é preciso que todos os sócios se informem do que ocorre na empresa e das alternativas disponíveis para a resolução de cada problema. Ao longo do tempo, acumulam-se diretrizes e decisões que, uma vez adotadas, servem para resolver muitos problemas freqüentes [...]. (SINGER, 2002, p. 19)

Dessa forma, penso que a economia popular e solidária poderá se transformar numa nova opção ao(a) trabalhador(a) cooperativado(a) no processo de enfrentamento ao sistema capitalista, configurando-se numa alternativa viável na tentativa não só de viabilizar uma possibilidade de organização econômica - não dependendo unicamente das formas tradicionais de trabalho impostas por esse sistema - mas também como uma possibilidade de emancipação humana em outras esferas, como culturais, sociais, intelectuais, afetivas, etc.

Assim, ambientado numa nova forma de produção e estabelecendo outras relações de produção, os(as) cooperados(as) poderão constituir uma visão crítica da sociedade que a condicionou à situação de miséria e exploração, ou seja, visualizando as contradições que o capitalismo traz consigo, para com isso, manifestar sua indignação, repudiando as práticas adotadas pelo mesmo.

Essa perspectiva traz mudanças nas concepções de trabalho que perpassam o imaginário dos sujeitos. Nesse sentido, a luta se pauta pela confrontação dessas duas concepções (trabalho na lógica do capital e na perspectiva solidária), pois acredito que o trabalho pode ser emancipador da condição humana, desde que implementado de outra forma bem oposta ao modelo imposto pelo capital.

Entre essas concepções, que refletem posições ideológicas diferentes, existe uma diversidade de formas de organização do trabalho associado que, conforme Lima, levanta algumas questões: em que medida representa passos na direção de autonomia e possibilidade de emancipação dos trabalhadores; ou é mais uma artimanha do capital para a precarização das relações de trabalho, ou, ainda,

simplesmente uma forma secundária de organização do trabalho e mesmo alternativa de emprego? (LIMA, 2009, p.113-114).



Figura 20: Exposição dos produtos da Coopresul em evento organizado pela cooperativa em comemoração ao Dia das Mães – maio de 2008. [arquivo da pesquisadora].

No caso das artesãs pesquisadas, alguns contextos de ingresso na cooperativa visibilizam bem essa situação. Sobre sua aproximação à cooperativa, Lilás disse:

– [...] eu já conhecia o trabalho de cooperativa... E gostava, sempre gostei de fazer alguma coisa que não fosse sozinha, que sempre tivesse mais gente junto comigo... Eu não gosto da solidão... Só em alguns momentos... Em que eu estou criando alguma coisa, senão não gosto. E até chegar a cooperativa que eu faço parte hoje também... Eu já conhecia a cooperativa de algum tempo atrás, e humm, também houve uma necessidade, porque tu faz o teu trabalho e sozinha tu não tem como escoar, como vender, aonde tu vai levar? Alugar uma lojinha não tem como também, e aí surgiu a cooperativa, pra gente fazer isso [...] (Lilás, Grupo A, nov.2008)

Para Vermelha, uma das fundadoras da Coopresul, o cooperativismo surgiu a partir de seu trabalho na Pastoral Operária. Podemos perceber, em seu depoimento, o interesse em desenvolver

uma alternativa que viabilizasse geração de emprego e renda para as pessoas.

- E depois desse período nas comunidades, eu já estava meio envolvida com a política e em ações sociais... Então a gente vê que o pessoal é muito, muito pobre, com a renda mínima, muita gente doente, desempregada, e o pessoal sabia que a gente estava ali na comunidade e só tinha aquela feirinha mensal [se referindo às feiras mensais realizadas nas comunidades]... Então nós já começamos a pensar o seguinte, eu já comecei a pensar de uma outra maneira: por que não unir os grupos de cada comunidade, produzir um trabalho e fazer uma feira maior, que pudesse reverter numa renda fixa pra essas pessoas? Então eu já na Pastoral Operária, eu fui líder da Pastoral Operária, nós começamos a fomentar esses grupos. Então foi o pessoal daqui de Pelotas, de Bagé e de Rio Grande, que nós trabalhamos um tempo grande juntos... nós começamos a fomentar esses grupos de projetos alternativos, apoiados pela Cáritas Diocesana. Adorei que esse trabalho começou a crescer, nós começamos a ver que só esse trabalhinho pequeno assim em grupinhos não chegava a atingir o objetivo que a gente queria, que era uma renda pro pessoal se manter. Então, alguns assessores deram a ideia de uma cooperativa. Por que não uma cooperativa? Pois tem uma lei federal de apoio às cooperativas. Nós começamos a bolar essa ideia e essa ideia começou a crescer, e nós iniciamos a cooperativa. Em princípio a gente iniciou querendo vender, seria uma cooperativa pra vender os trabalhos dos grupos... Mas claro que tu tens que, numa cooperativa é a ideia do coletivo que tu tens que passar, muitos de nós como eu pensávamos que nós tínhamos que garantir a produção, pra poder comercializar e, claro né, o pessoal achava que não, que já tinha um grupo de produção, que não precisava a gente se preocupar com a produção e sim vender. Com o tempo a gente foi vendo que precisava ser uma cooperativa de produção e comercialização, tu tem que garantir a produção, pra manter a cooperativa... e estamos aí... é mais ou menos isso. (Vermelha, Grupo A, nov.2008)

No Brasil, as experiências de organização coletivas, com variadas origens e como resultado da organização dos trabalhadores que, muitas vezes visando manter seus empregos, passam a se multiplicar a partir das políticas neoliberais iniciadas no governo de Fernando Collor em 1989 e levadas adiante no governo de Fernando Henrique Cardoso, com o início dos processos de privatização de empresas estatais, o estabelecimento de políticas de demissão voluntária de empregados e demissões decorrentes da eliminação de postos de trabalho. Nesse contexto, as cooperativas reaparecem como produto da reestruturação econômica e da política do período. Nessa perspectiva, a cooperativa poderia representar a flexibilidade pela ausência de contratos. Esse processo assumiu configurações que ora se distinguem,

ora se confundem, com o processo de redução dos custos empresariais por meio da eliminação das obrigações trabalhistas.

Nesse mesmo período uma segunda configuração se desenvolve no país. Nela, os trabalhadores assumem as empresas e adotam o sistema de autogestão, no qual se tornam proprietários e participam efetivamente da gestão. A perspectiva inicial de manutenção de empregos e/ou de alternativa ao desemprego vai sendo progressivamente politizada numa proposta emancipatória, agrupada no movimento de economia solidária formado também na década de 1990. Nesse enfoque, o trabalho autogestionário mostra-se não apenas como alternativa de emprego, mas como uma opção ao próprio capitalismo, numa proposta de reconstrução do ideário de um novo socialismo (LIMA, 2009, p.119).

Foi com essa inspiração que, nos anos 90, por iniciativa da Fundação Unitrabalho, entidade vinculada a universidades e à Central Única dos Trabalhadores (CUT), foram criadas diversas incubadoras de cooperativas como atividade de extensão dessas universidades. As incubadoras passaram a organizar trabalhadores de baixa renda e/ou em situações de risco e treiná-los visando à organização de associações ou cooperativas, nos mais diversos ramos de atividades produtivas.

Essas configurações do trabalho, nas quais as cooperativas aparecem como uma das possibilidades, levantam algumas questões vinculadas à própria natureza do trabalho autogestionário e seus dilemas. De acordo com Lima (2009) destacamos os seguintes aspectos:

a) Autogestão - A autogestão é definida como sendo a gestão realizada pelos trabalhadores de seu próprio trabalho. Na organização de cooperativas, geralmente associam-se trabalhadores desempregados, menos pela convicção de um trabalho autônomo e emancipador e mais pela falta de perspectivas de emprego regular, como uma alternativa ao desemprego, um período intermediário até as coisas melhorarem. A falta de experiência de gestão e da própria noção de coletivo, que no Brasil significa, grosso modo, público e estatal como sendo de responsabilidade de ninguém, pode levar a situações que em muito fogem dos princípios autogestionários.

Enfim, trata-se de situações que evidenciam a ausência de uma percepção comum sobre a ideia de coletivo e a preponderância de

um individualismo no qual todos querem se beneficiar do que é público ou coletivo.

O concreto do cotidiano das cooperativas e empresas autogestionárias e sua forte vinculação e dependência ao mercado tornam a mudança na concepção de empresa algo complexo, uma vez que elas estão inseridas de uma forma ou de outra na dinâmica capitalista que determina os espaços de atuação. (LIMA, 2009, p.125).

Para Singer (2002), a prática da autogestão exige um esforço adicional dos trabalhadores nas empresas solidárias, pois além de suas próprias tarefas, cada um deve se preocupar com os problemas gerais da empresa. O fato de todos participarem das decisões estabelece uma maior democracia e diminui a competitividade, tão presente e incentivada nas empresas capitalistas. No entanto, passa a haver um aumento das responsabilidades individuais para que o todo 'funcione' adequadamente. Dessa forma, "o maior inimigo da autogestão é o desinteresse dos sócios, sua recusa ao esforço adicional que a prática democrática exige" (SINGER, 2002, p. 19).

Conforme já relatado no primeiro capítulo desse livro, percebemos (desde os primeiros contatos com a Coopresul) que essas dificuldades são presentes na rotina da cooperativa, onde muitas cooperadas se eximem da responsabilidade na busca de alternativas para a solução dos problemas, preferindo dar 'um voto de confiança' para a diretoria, participando pouco no cotidiano do grupo. Nesse caso, a diretoria busca solucionar essa ausência, aproximando-se da Incubadora, investindo em atividades formativas e promovendo atividades que visam o resgate do grupo. Atividades essas que geralmente possuem uma baixa participação das cooperadas. Trata-se do desafio de superar práticas antidemocráticas e autoritárias que permeiam a vida em sociedade, que imobilizam as ações concretas.

No caso da cooperativa em questão, o fato das associadas serem na sua maioria mulheres, apresenta o agravante de se constituírem num grupo historicamente formado por pessoas excluídas da possibilidade de autonomia e oriundas de um modelo patriarcal, tanto de família como de sociedade. Somos todas 'madresposas' tentando nos emancipar, consciente ou inconscientemente, desse modelo de sociedade que de uma forma ou outra nos 'amarramos' e, até certo ponto, nos entendemos delimitadas pelo espaço privado.

Portanto, as mulheres estão submetidas ao poder patriarcal nos mais diversos âmbitos de suas vidas e em níveis distintos. É importante ressaltar um aspecto que Lagarde (2005) levantou em sua obra: que não se trata de identificar a existência de um poder absoluto e unidirecional pois, na concretude do exercício do poder patriarcal no qual as mulheres estão submetidas, em várias situações elas também exercem o poder. Conforme Lagarde,

Todos los hechos sociales y culturales – las relaciones, las instituciones, las normas, y las concepciones -, son espacios del poder: el trabajo y las demás actividades vitales, la sabiduría, el conocimiento, la sexualidad, los afectos, las cualidades, las cosas; los bienes, las posesiones y los territorios materiales y simbólicos; el cuerpo y la subjetividad, es decir, los sujetos y sus creaciones, son espacios del poder. (2005, p. 155).

Assim, a participação das mulheres nas relações de poder estabelecidas se baseia em seu consenso e na aceitação da feminilidade construída patriarcalmente, pois "*la relación del poder con las mujeres es consensual, porque el mundo y su condición les son presentados con la fuerza divina o natural, emanados de um poder supremo que les confiere la cualidad de ser inmutables*" (LAGARDE, 2005, p. 156).

A experiência amorosa fornece um dos alicerces fundamentais para a instalação do poder pessoal patriarcal. Sobre a ideologia amorosa, afirma Lagarde que

El amor no es sólo vehículo de comunicación de personas relacionadas desde posiciones desiguales a través del poder, sino que la ideología amorosa consagra la desigualdad, la obediencia, la exclusión, la capacidad de mando y el dominio sobre la vida de los otros (2005, p.161).

Por amor, as mulheres colocam suas vidas à disposição de 'outros', de forma que amor signifique renúncia e entrega, tendo um significado quase exclusivo de 'ser de' ou 'ser para' outros. Dessa forma, estão articuladas as bases na qual se instala o que Lagarde denomina de '*servidumbre voluntaria*' que, conforme já vimos anteriormente (no segundo capítulo), nada mais é do que o consentimento frente a opressão presente nas relações de dominação. Trata-se de um consentimento voluntário o qual, sem ele, não haveria o exercício de poder.

Dando continuidade a nossa linha de raciocínio, outro aspecto vinculado à natureza do trabalho cooperativo e levantado por Lima (2009) é o seguinte:

b) Trabalho associado – Como vimos, o crescimento do cooperativismo no Brasil dos anos 90 não resulta concretamente de um movimento de trabalhadores pela autogestão, mas sim de situações pontuais de luta pela manutenção de empregos num contexto de crescimento do desemprego formal como resultado de um processo de reestruturação econômica.

Embora em diversos momentos seja possível notar que os trabalhadores salientam a superioridade da cooperativa como forma de organização de trabalho, por seu caráter mais democrático, nem sempre a percebem como uma conquista política mais ampla, e sim como uma alternativa de trabalho num quadro de desemprego precário que oferece poucas alternativas.



Figura 21: Exposição dos produtos da Coopresul em evento organizado pela cooperativa em julho de 2008. [arquivo da pesquisadora].

Nessas situações, a cooperativa é vista como uma possibilidade de circulação no mercado de trabalho, tanto formal como informal. No entanto, não podemos esquecer de que,

Com a recuperação econômica do país nos primeiros anos da década, notam-se hoje situações pontuais de recuperação de fábricas e de organização de cooperativas, principalmente as de produção industrial. O crescimento do setor continua nas chamadas cooperativas populares, de inserção social, como parte de políticas sociais do Estado brasileiro em diversos níveis. (LIMA, 2009, p. 128-129).

Como exemplo dessas políticas implantadas pelo governo atual, em 2003 foi criada a Secretaria Nacional de Economia Solidária, que coordena a política nacional de apoio aos empreendimentos considerados solidários, nos quais se destacam as cooperativas populares.

No entanto, se o objetivo da educação é o de contribuir para que homens e mulheres trabalhadoras articulem os saberes sobre a vida em sociedade, apropriando-se do processo de trabalho em sua totalidade, há que se buscar, no interior mesmo da produção, os elementos que favoreçam a formação integral humana. (PICANÇO; TIRIBA, 2004). Dessa forma, torna-se central a apreensão dos saberes cotidianos das mulheres, sejam nas situações de produção ou em outras diversas situações de vida. Portanto, foi nessa perspectiva que essa investigação se articulou: na tentativa de estabelecer uma aproximação, visando uma maior compreensão, dos processos de formação e de trabalho das mulheres envolvidas. Por isso, partindo dos preceitos da pesquisa participante, somados à metodologia da pesquisa-formação, buscamos sistematizar as trajetórias de vida, a partir da construção de narrativas autobiográficas que, num processo coletivo de construção, possibilitou o refazer das caminhadas feitas, visando sua apreensão e, com isso, uma melhor compreensão de suas próprias experiências de vida e de trabalho.

'Bordando' outra ciência: a contribuição da teoria feminista

Destacar as mulheres no processo de trabalho significa admitir que elas têm uma história e que participam e sempre participaram de forma ativa na construção do todo social. Conforme Michelle Perrot, as mulheres

[...] tiveram que esperar até o final do século XIX para ver reconhecido seu direito à educação e muito mais tempo para ingressar nas universidades. No século XX, descobriu-se que as mulheres têm uma história e, algum tempo depois, que podem conscientemente tentar tomá-la nas mãos com seus movimentos e reivindicações. Também ficou claro, finalmente, que a história das mulheres podia ser escrita. Hoje já é uma área acadêmica consolidada. (PERROT, 2007, p.11)

Para a historiadora francesa, escrever sobre as mulheres nada mais é do que fazê-las sair do silêncio ao qual elas têm se confinado. Mas por que esse silêncio? Para Perrot a história é, além dos fatos e do que acontece, o relato que se faz de tudo isso, e as mulheres ficaram muito tempo fora desse relato. Isso ocorreu por vários motivos.

Em primeiro lugar, essa invisibilidade se deu porque as mulheres foram menos vistas no espaço público. Ficaram muito tempo em casa, com suas vidas resumidas à família. Em muitas sociedades, a invisibilidade das mulheres faz parte da ordem social. Até mesmo o corpo das mulheres amedronta/envergonha, por isso em algumas culturas, tem sido preferível que elas estejam cobertas por véus.

A segunda razão do silenciamento é o que a autora denomina de *silêncio das fontes*, pois como são pouco vistas, pouco se fala delas. Como seu acesso à escrita foi tardio, deixaram poucos vestígios escritos. Muitas vezes, as próprias mulheres se encarregam de apagar seus vestígios, por desvalorizarem suas produções. Afinal, por serem apenas mulheres, pensam que suas vidas não valem muito. Isso não significa dizer que não se escreve sobre elas, mas o que acontece é que, muitas vezes, são os homens que fazem essa escrita, demonstrando representações, muitas vezes generalizadas e reduzidas a estereótipos, onde se percebe que "[...] as mulheres são imaginadas, representadas, em vez de serem descritas ou contadas" (PERROT, 2007, p.17).



Figura 22: Michelle Perrot. Imagem capturada em nov.2009 no endereço eletrônico <http://www.geisteswissenschaften.fu-berlin.de/frankreichzentrum/retrospektive/perrot>

Outra característica do silenciamento se refere ao relato. O relato histórico geralmente se refere aos 'homens públicos' e valorizando-se os espaços públicos: são fatos sobre guerras, reinados, homens 'ilustres', enfim, 'grandes' acontecimentos. Isso não significa que as mulheres não participaram dos grandes acontecimentos históricos, pelo contrário. Mas o que acontece é que sua participação acaba sendo obscurecida. Conforme Célia Amorós,

Es curioso cómo siempre los varones han tenido cierto sentido de los pactos entre varones, siempre han establecido cierta relación de reciprocidad. Si más varones van a la guerra, esto luego se traduce políticamente; en cambio, con las mujeres ocurren cosas curiosas: aparte de ser criadas para todo o secretarias para todo u obreras de fábricas para todo, podremos ser también guerrilleras para todo. Entramos y salimos de las escenas sin que haya registro, sin pedir ni que se nos dé nada a cambio. Las mujeres han participado en guerras de liberación nacional, han formado parte de guerrillas, han sido

partisanas sin que exista un registro histórico de ello. (AMORÓS, 1994, p.33).

Portanto, podemos levantar as seguintes questões: quando as mulheres passaram a fazer parte da história? Quando se tornaram ao mesmo tempo sujeitos e objetos de seus relatos? Quando esses passaram a ser científicos? Ou, melhor dizendo, quando a ciência começou a se debruçar sobre suas trajetórias? Segundo Michelle Perrot (2007), três fatores foram fundamentais para o começo de um processo de visibilidade das mulheres: fatores científicos, sociológicos e políticos.

Como fator científico, a autora destaca o advento dos estudos sobre subjetividade. Esse contexto possibilitou que se colocasse a questão de gênero na academia. Como fator sociológico, é destacado o ingresso das mulheres nas universidades. Esse aspecto contribuiu e, mais do que isso, proporcionou que as mulheres passassem a questionar o modelo de ciência vigente que não as incluía. Com o tempo, elas passaram a ser presença não apenas no corpo discente universitário, como também na docência acadêmica, abrindo-se, assim, um novo espaço de trabalho para as mulheres.

Como fator político, nada melhor do que salientar a atuação e a importância do movimento feminista. Embora que, inicialmente, esse movimento não tivesse como intenção direta a academia, com o tempo e a importância da obra de algumas autoras (como Simone de Beauvoir, Alexandra Kolontai, Bertha Lutz e tantas outras), passou-se a questionar os saberes instituídos, a ponto de hoje já se contar com uma vasta importante produção teórica feminista constituída.¹⁹

Mas afinal, o que é feminismo? "Em sentido amplo, feminismo designa aqueles e aquelas que se pronunciam e lutam pela igualdade dos sexos. [...] É um movimento, e não um partido..." (PERROT, 2007, p.154-155). O feminismo nem sempre é visto de forma positiva, inclusive pelas próprias mulheres. Muitas reconhecem a produção feminista, mas fazem questão de afirmar sua não-participação nesse movimento. Parece que isso ocorre em decorrência da influência do patriarcado,

¹⁹ Andrea Nye, na obra denominada *Teoria feminista e as filosofias do homem*, discute as trajetórias do desenvolvimento das teorias filosóficas feministas a partir da Revolução Francesa, incluindo o liberalismo, o marxismo revolucionário, o feminismo existencialista, a psicanálise, a desconstrução e a pós-modernidade.

que é reproduzido também pelas mulheres, mas isso é uma questão que será retomada em mais detalhes logo adiante. Entretanto, o feminismo é tão heterogêneo e tão variado que é possível afirmar que não existe feminismo (no sentido de ser único), mas feminismos (no plural). No entanto, embora admita essa compreensão, manteremos na escrita o termo feminismo, pois não pretendemos nenhum afastamento com a nomenclatura corrente.

Portanto, o feminismo acaba agindo por suas alianças políticas, representando trajetórias muito diversas. O feminismo liberal lutava por uma ampliação dos direitos de cidadania, atrelado à ideologia liberal de liberdades individuais, inicialmente influenciado pela obra clássica de John Stuart Mill, *A sujeição das Mulheres*, de 1869. Assim, mulheres como Mary Wollstonecraft e Harriet Taylor (viúva de John Taylor e que foi casada com Mill) desenvolveram a produção que chamamos de teoria feminista liberal. Isso sem falar de Olympe de Gouges, autora da célebre *Déclaration des droits de la femme et de la citoyenne*, de 1791, hoje considerada por muitos como sendo a obra fundadora do feminismo contemporâneo.

Já na primeira metade do século XIX e partindo de produções socialistas de Saint-Simon, Fourier, Robert Owen e outros, se desenvolve o feminismo socialista, subordinando a luta das mulheres à luta de classes sociais. A obra de Engels (2006) denominada *A origem da família, propriedade privada e o Estado*, conhecida como a primeira construção teórica socialista em crítica à família burguesa possibilitou, pelo seu teor, que fossem dados os primeiros passos para que se consolidasse a teoria feminista socialista (NYE, 1995, p.55-58).

No entanto, com a experiência prática do socialismo soviético, a crítica passa a atingir essa corrente, pois as mulheres comunistas se viram às voltas com o poder comunista masculino. A trajetória política de Alexandra Kolontai demonstra bem esse aspecto, pois ela enfrentou o desafio de tentar convencer seus companheiros revolucionários de que faz parte da revolução mudanças na vida privada, no amor, no relacionamento afetivo e sexual, para além das mudanças econômicas. Na obra de Andrea Nye (1995) há um relato detalhado dessa trajetória de luta de Kolontai junto às lideranças masculinas da Revolução Russa. Também na introdução feita por Tatau Godinho da edição da obra de

Kolontai *A nova mulher e a moral sexual* (2005), aparece a luta da autora frente aos companheiros socialistas.

Muitos movimentos na esquerda política não admitiram a luta contra o patriarcado e contra o racismo com a mesma importância que a luta de classes, e acabaram por privilegiar essa última. Embora admitam as questões étnicas e de gênero acreditaram que, abolindo-se as classes sociais, chegar-se-ia a igualdade racial e de categorias de sexo. Esses grupos políticos, sob a alegação de que a luta de classes é uma luta maior, acabaram por desvalorizarem as demais lutas, crendo que o patriarcado e o racismo são lutas menores e mais específicas, se referindo exclusivamente às mulheres e aos negros. Assim,

Todas as sociedades chamadas socialistas ou em vias de construir o socialismo privilegiaram a luta de classes. Acreditaram excessivamente numa ilusão, qual seja, a de poder produzir facilmente, uma vez abolidas as classes sociais, ou pelo menos reduzidas as diferenças socioeconômicas entre seus membros, as democracias racial e sexual. Implícita nessa ilusão está a crença de que o racismo se reduz a preconceito racial e de que o patriarcado se reduz à ideologia machista. Na verdade, esta crença não passa também de ilusão. Tanto o racismo quanto o patriarcado são estruturas de dominação-exploração, que garantem relações sociais do mesmo gênero, isto é, também de dominação-exploração. (SAFFIOTI, 1987, p.90-91).

Assim como foi afirmado anteriormente que as mulheres não se autorizam a relatar suas histórias, percebemos que as mulheres cooperadas também, muitas vezes não se autorizam a tomar decisões e a exercerem sua autonomia diante do trabalho e do grupo ao qual participam. Isso provavelmente se deve ao fato de sermos todas nós mulheres oriundas da sociedade patriarcal, característica que não se apaga da memória tão facilmente e tem se mantido forte tanto na sociedade capitalista, assim como na sociedade socialista.

Gênero ou patriarcado?

Heleith Saffioti é uma das teóricas brasileiras que desenvolve a temática do patriarcado e nos mostra o quanto ele tem sido aliado do capitalismo e impedidor da emancipação feminina. Salienta que o

patriarcado é anterior ao capitalismo, mas mesmo assim esse soube se utilizar daquele para alcançar seus propósitos²⁰.

Para a pesquisadora, patriarcado é um "sistema de relações sociais que garante a subordinação da mulher ao homem..." (SAFFIOTI, 1987, p.16). Aliado ao discurso sobre patriarcado devemos situar a questão conceitual de gênero, pois parece que há uma suposta substituição de um termo por outro e isso precisa ser devidamente relativizado. Para fazermos esse exercício, é necessário que nos remetamos à origem dos conceitos. Não nos referimos às suas origens etimológicas, mas a aspectos referentes à historicização do contexto social de suas criações.



Figura 23: Heleieth Saffioti. Capturada em nov. 2009 no endereço eletrônico http://mulherespaz.org.br/site/index.php?option=com_morfeoshow&task=view&gallery=6&Itemid=114

Essa preocupação se justifica pelo abandono que podemos perceber, nos tempos atuais, em relação ao conceito de patriarcado.

²⁰ No livro *Gênero, patriarcado e violência* (2004), Heleieth Saffioti desenvolve mais detalhadamente essas distinções.

Concordamos com Saffioti quando, preocupada com essa questão, afirma que "... colocar o nome da dominação masculina – patriarcado – na sombra significa operar segundo a ideologia patriarcal, que torna natural essa dominação-exploração" (SAFFIOTI, 2004, p.56). Assim, é provável que o processo de abandono pelo qual passa o conceito de patriarcado esteja sendo naturalizado, a ponto de não mais se utilizá-lo argumentando-se, para isso, sua superação. No processo de atualização da luta das mulheres incorpora-se o conceito de gênero, muitas vezes utilizado de forma banalizada, sem a compreensão adequada.

O conceito de gênero apareceu na literatura acadêmica pela primeira vez em 1968 pelo americano Robert Stoller. Todavia, somente a partir de 1975 com a utilização do conceito por Gayle Rubin é que passou a se ampliar os estudos de gênero, dando-se início a uma nova postura adjetiva chamada de perspectiva de gênero (SAFFIOTI, 2004, p.107-108). No Brasil, o conceito se espalhou amplamente a partir da década de 90, em especial por meio da tradução de um texto considerado clássico de Joan Scott²¹.

Embora o conceito de gênero seja uma construção recente na literatura feminista, sendo compreendido como relações socialmente construídas nas sociedades com base em definições do que é o masculino e o que é feminino, sempre esteve presente na história da humanidade. A essas representações corresponde uma divisão social do trabalho, conhecida como *divisão sexual do trabalho*. Isso não quer dizer que as atividades de trabalho atribuídas às mulheres sejam necessariamente desvalorizadas. De acordo com Saffioti,

Historiadoras(es), sociólogas(os) e antropólogas(os)²² têm mostrado que sociedades de caça e coleta revelam bastante igualdade entre

²¹ Publicado primeiramente em 1990 pelo periódico Educação e Realidade sob o título "Gênero: uma categoria útil de análise histórica" (Esse texto foi publicado novamente pela mesma revista em 1995). Nesse artigo, a autora aborda as tentativas de teorização do conceito de gênero e suas implicações e limites. A referência completa do referido artigo encontra-se no final desse projeto.

²² Na antropologia, podemos salientar o conhecido trabalho de Margaret Mead, mais especificamente seus estudos com três culturas da Nova Guiné, publicado com o título *Sexo e Temperamento em Três Sociedades Primitivas* em 1935. Este converteu-se numa importante referência do movimento de libertação feminina, desde que assegurou

homens e mulheres, desfrutando estas de prestígio e desempenhando papéis de suma importância. Neste tipo de sociedade, as mulheres costumam prover mais de 60% dos alimentos na atividade cotidiana de coleta. (SAFFIOTI, 2000, p.34)

No entanto, é importante ressaltar o que já foi defendido antes, isto é, a necessidade de se pensar gênero em conjunto com duas outras categorias fundamentais, que são: classes sociais e etnia. As trajetórias dessas três categorias não são as mesmas, pois elas possuem diferentes histórias. Porém elas se constroem e reconstruem a partir de suas articulações tendo em vista as sociedades a que elas se referem e o momento histórico vivido.

Na realidade, o gênero data do início da humanidade – de cerca de 250-300 mil anos – enquanto que as classes sociais surgem intrinsecamente ligadas ao capitalismo, vinculadas ao modo de produção industrial do século XVIII. No entanto, podemos identificar seus embriões já nas sociedades escravocratas antigas. Mas mesmo assim, as classes sociais possuem uma história bem mais curta que o gênero. Dessa forma, para amarrar melhor essa questão, precisamos juntar aspectos étnicos, mais precisamente ligados ao racismo. Não se trata de variáveis quantitativas, somaticamente medidas, mas de variáveis qualitativas, que tornam a situação das mulheres bem mais complexa (SAFFIOTI, 2004, p. 114-115).

Podemos perceber que um dos motivos da ampla incorporação do conceito de gênero foi com o intuito de relativizar o papel da biologia na explicação e justificação das diferenças entre homens e mulheres. Na verdade, o conceito de gênero surge justamente para se contrapor a utilização do conceito de sexo, alicerçado em bases biológicas e que até então eram utilizadas em prol da hegemonia da dominação das mulheres pelos homens. Conforme Scott,

Na sua utilização mais recente, 'gênero' parece primeiro ter feito sua aparição entre as feministas americanas que queriam insistir sobre o caráter fundamentalmente social das distinções fundadas sobre o sexo.

que as mulheres eram as que dominavam na tribo Tchambuli (agora Chambri) de Papua-Nova Guiné (no Pacífico Oeste) sem causar nenhum problema ou constrangimento. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Margaret_Mead> (Acessado em: 12 jun. 2008).

A palavra indicava uma rejeição ao determinismo biológico implícito no uso de termos como 'sexo' ou 'diferença sexual'. (SCOTT, 1990, p.5)

Dessa forma, gênero acaba se referindo somente a aspectos sociais, enquanto sexo se refere à natureza, biologicamente situada. No entanto, nos dias atuais já é possível percebermos posições contrárias a essa postura. A questão não é se propor à abolição do termo gênero, mas sim superar a visão dualista que lhe deu suporte, dando-lhe, dessa forma, um novo significado. Sexo e gênero devem ser considerados como uma unidade, pois assim como não existe uma unidade biológica desconectada do contexto social e cultural que lhe dá suporte, também é inviável a constituição social de gênero separada de uma determinada estrutura biológica.

O conceito de patriarcado funciona de forma diferente, pois esse conceito traz em seu bojo a estrutura hierárquica que confere aos homens o exercício de poder sobre as mulheres e também de alguns homens sobre outros homens. É importante lembrar que essa estrutura é reproduzida também pelas próprias mulheres, pois o patriarcado estabelece uma relação, na qual atuam as duas partes, tanto homens como mulheres.

Aliás, imbuída da ideologia que dá cobertura ao patriarcado, mulheres desempenham, com maior ou menor freqüência e com mais ou menos rudeza, as funções do patriarca, disciplinando filhos e outras crianças ou adolescentes, segundo a lei do pai. Ainda que não sejam cúmplices deste regime, colaboraram para alimentá-lo. (SAFFIOTI, 2004, p.102)

No entanto, no patriarcado está presente a ideia de dominação de uma parte por outra, o que não ocorre necessariamente no conceito de gênero. Sendo assim, podemos afirmar que gênero e patriarcado se referem a conceitos distintos, embora ambos possuam uma relação. Compreendemos gênero como um conceito mais amplo, se referindo a toda uma gama de relações entre homens e mulheres, homens e homens, mulheres e mulheres nas quais nem sempre as relações de poder estão presentes.

Na realidade, podemos compreender que gênero pode se referir a qualquer relação entre os sexos, constituindo-se nas diferentes representações que as diversas sociedades possuem do masculino e do feminino. Trata-se do alicerce onde se constroem as identidades do

homem e da mulher. Já no que diz respeito ao patriarcado, esse conceito denota a relação de dominação dos homens sobre as mulheres, estando presentes aí as relações de poder e dominação.

Portanto, podemos afirmar que evocando o patriarcado estamos nos referindo sobre um elemento específico de gênero, trazendo à tona as construções sociais históricas de opressão e dominação das mulheres. Conforme Saffioti,

[...] o gênero é aqui entendido como muito mais vasto que o patriarcado, na medida em que neste as relações são hierarquizadas entre seres socialmente desiguais, enquanto o gênero compreende também relações igualitárias. Desta forma, o patriarcado é um caso específico de relações de gênero. (2004, p.118-119)

Para encerrar essa parte, queremos afirmar um posicionamento sobre esses conceitos. Defendemos o uso simultâneo dos dois termos, por se referirem a elementos diferenciados das identidades de homem e mulher. Basicamente o patriarcado surge quando o ser humano passa a exercer o domínio e o controle sobre a natureza, quando deixa de ser sedentário e passa a desenvolver a ideia de propriedade, tanto de animais e plantas, quanto da terra. Nesse processo, implementa-se a produção de excedente econômico. Portanto, "o patriarcado refere-se a milênios da história mais próxima, nos quais se implantou uma hierarquia entre homens e mulheres, com primazia masculina" (SAFFIOTI, 2004, p. 136).

Com isso, defendemos que não se trata de abolirmos o uso do conceito de gênero, mas de compreender os limites que ele apresenta e as relações que ele pode acobertar se utilizado inadequadamente. Como ele apresenta uma grande generalização, pode possuir um baixo nível de compreensão das relações sociais concretas. Como o patriarcado se refere a apenas uma fase histórica específica, não tem a pretensão de possibilitar grandes generalizações e abrangências, possibilitando uma compreensão bem mais apurada das relações de dominação e subordinação feminina, dando um caráter político a essas mesmas relações e fugindo da suposta neutralidade que o conceito de gênero poderia supor. Portanto, não quero afirmar a supremacia de um conceito sobre outro, pelo contrário, defendo o uso simultâneo dos dois

termos, desde que seja feita a devida compreensão dos aspectos que cada um sugere.

Visando a adequação do termo, propomos uma nomenclatura mais adequada do patriarcado e indicando sua relação com o capitalismo. Portanto, poderíamos tratar do patriarcado como *patriarcalismo*, aliando esse conceito a sua relação com o capitalismo, haja vista que as classes sociais advindas desse modo de produção dão ao patriarcado qualidades específicas. Creio que essa nomenclatura possa nos ajudar na compreensão das relações de dominação patriarcais, incluindo aí a situação de subordinação feminina no mundo do trabalho e os reflexos desse processo no todo social. Com essa adaptação do conceito de patriarcado, trata-se de assumir o caráter político do termo, e a faceta desse nos dias atuais. Para Neuma Aguiar,

O patriarcalismo como sistema de poder se caracteriza pela distância social ímpar que separa o patriarca das condições de vida dos demais membros do grupo doméstico. Outra marca desta forma de organização social consiste no grau de dependência econômica e social que os membros do grupo doméstico possuem em relação à autoridade familiar. (1997, p.173-174)

Nesse texto, a autora dialoga com o movimento feminista e suas interfaces com diferentes regimes políticos, à luz da sociologia contemporânea. Para isso, Neuma Aguiar busca elucidar as contradições e percalços de dois eixos de discussão — público e privado — no contexto brasileiro, que nada mais é do que a discussão entre patriarcalismo e capitalismo. Destaca que o feminismo contribui para a teoria sociológica ao levantar a questão de que a racionalização econômica da sociedade — com a separação entre produção para o mercado e esfera doméstica — acentuou o processo de dominação masculina nas instituições sociais. Sendo assim, "o processo de diferenciação e racionalização das várias esferas — política e econômica — não tem um sentido único, pois em lugar de um sistema universalista, fundado no mérito, particularismos baseados na ordem patriarcal continuam sob a forma de discriminações" (1997, p.178). Assim, a teoria feminista denuncia que o patriarcado permanece e se acentua no capitalismo, adquirindo outras características no novo

contexto, onde o público é tomado como privado, ampliando-se, assim, o domínio masculino.

O darwinismo feminista

A crença de que as mães criam e promovem instintivamente o desenvolvimento de seus filhos constituiu-se como um dos mais importantes ideais do mundo ocidental. Sobre essa perspectiva que aponta para a maternidade abnegada (conhecida comumente como 'instinto materno') podemos afirmar que

Essa noção assentava no pressuposto da espécie humana de que as mulheres estavam destinadas pela natureza a ser mães e de que queriam, instintivamente, criar todos os bebês que parissem. As mulheres eram feitas para ser mães abnegadas, e em muitas sociedades as mulheres acreditavam piamente ser esse o seu destino. Esqueciam-se os gigantescos valores que cada uma tem em jogo na maternidade". (HRDY, 2001, p.24).

Essa ideia foi desenvolvida e sustentada pela teoria evolucionista advinda da obra de Charles Darwin, principalmente do célebre '*A Origem das Espécies*', lançado em 1859.

O movimento feminista historicamente acusou a teoria biológica de Darwin de servir aos interesses do patriarcado. Isso fez com que a teoria feminista se afastasse da produção da ciência biológica dita 'conservadora'. De fato, podemos afirmar que não foi por acaso que os primeiros biólogos evolucionistas estudaram a natureza e atribuíram às fêmeas, no mundo animal, as mesmas qualidades que as culturas patriarciais atribuíram às 'boas' mães. Dessa forma, "presumiu-se serem as mulheres 'naturalmente' aquilo que as culturas patriarcais as considerariam socialmente ser: modestas, complacentes, não-competitivas e sexualmente recatadas" (HRDY, 2001, p.17). Assim, a teoria biológica mantém um poderoso alicerce para o sistema social do patriarcado, apresentando a justificativa ideal para a manutenção desse modelo.



Figura 24: Maternidade, de Pablo Picasso. Capturada em nov. 2009 no endereço eletrônico http://reencontroinevitavel.blogspot.com/2008_09_01_archive.html

Não é de admirar que as mulheres feministas rejeitassem a biologia. Entretanto, para algumas poucas mulheres intelectuais do século XIX a teoria evolutiva não deveria ser ignorada. E se negaram a fazê-lo. "Em vez de a rechaçarem, deram um passo adiante para, com tapinhas nos ombros de Darwin e Spencer, expressar seu apoio a essa visão revolucionária da natureza humana, e também para lembrar-lhes polidamente que eles tinham deixado de fora metade da espécie". (HRDY, 2001, p. 39-40).

Portanto, desde os primórdios do pensamento evolucionista, um pequeno grupo de mulheres mostrou ser tão darwinista quanto feminista. Destaco aqui a produção da antropóloga evolucionista Sarah Hrdy. Em sua obra procura desenvolver uma visão feminista da teoria evolucionista, desmistificando alguns mitos historicamente desenvolvidos por essa teoria, como o instinto materno e a seleção natural. Em seus estudos, identificou outras pesquisadoras evolucionistas que já há muito questionavam os alicerces da teoria evolucionista, como George Eliot²³ e Clémence Royer²⁴.



Figura 25: Sarah Hrdy. Imagem capturada em nov.2009 no endereço http://www.flickr.com/photos/pbs_press_tour/3783325652/

²³ George Eliot foi uma mulher que adotou um nome de homem porque as escritoras e cientistas nesse tempo não eram valorizadas. Seu nome verdadeiro era Mary Ann Evans.

²⁴ Clémence Royer era a tradutora francesa de Darwin e acabou demitida por ele, pois criticava o instinto maternal. Para Sarah Hrdy (2001), Clémence Royer foi a mais brilhante darwinista feminista do século XIX.

Sobre seleção natural, Sarah Hrdy reconhece e admite a sua existência, mas a conceitua da seguinte forma:

A seleção natural é, primordialmente, a respeito da reprodução diferencial, o que significa, em poucas palavras, que alguns indivíduos deixam uma prole mais numerosa do que outros. Uma vez entendido que a seleção natural não possui princípios morais nem valores, um conceito como o de 'Mãe Natureza' deixa de ser uma forma abreviada de mencionar as Leis Naturais romantizadas, as quais estão muito mais perto de ser a aceitação de meros desejos como se fossem realidades do que a observação objetiva de criaturas no mundo que nos cerca. (HRDY, 2001, p.18).

É importante aqui que se conheça e se compreenda minimamente o que Darwin definiu como sendo o processo de 'seleção natural'. De acordo com Hrdy (2001), Darwin denominou seleção natural o processo pelo qual os seres humanos, assim como toda a qualquer outra espécie animal, evoluíram de forma gradual, não-refletida e não-intencional. Dessa forma, a seleção natural escolhe e avalia de antemão as probabilidades de vida, onde o resultado desse processo é a evolução (definida hoje como a mudança em frequências genéticas ao longo do tempo).

Darwin diz que em todo o meio ambiente os organismos defrontam-se com desafios à sua sobrevivência, seja o problema do frio ou do calor, a umidade tropical ou a estiagem, a fome, os predadores ou o espaço limitado. Para as mães, esses problemas convertem-se em obstáculos para manter vivos os seus bebês. Os indivíduos mais bem adaptados ao seu meio ambiente sobrevivem e reproduzem-se, transmitindo os atributos que possuem às futuras gerações. Os perdedores na luta pela sobrevivência morrem antes de ter uma oportunidade para procriar, ou produzem menos filhos. Por fim, sua linhagem extingue-se". (HRDY, 2001, p.33)

Sobre o ideal do instinto materno, Sarah Hrdy afirma que as nossas compreensões sobre maternidade derivam dessas antigas ideias. Afirma, ainda, que

O fato de que a maioria das pessoas relaciona maternidade com caridade e abnegação, em vez das inúmeras coisas que uma mãe faz para assegurar-se de que alguns dos seus filhos crescerão vivos e bem, explica muita coisa acerca de como interesses conflitantes entre pais e mães foram liquidados em nossa história recente. (HRDY, 2001, p.32)

Para a autora, o grande responsável pela interpretação patriarcal e machista da teoria evolucionista foi o filósofo Herbert Spencer. A famosa expressão 'a sobrevivência dos mais aptos' para designar o processo de seleção natural não foi utilizada por Darwin como muitos pensam, mas por Spencer. Para ele "sobrevivência dos mais aptos significava sobrevivência dos melhores e dos que mais merecem" (HRDY, 2001, p.33).

Dessa forma, o darwinismo social proposto por Spencer veio a favorecer às elites europeias e americanas patriarcas, pois vincula a noção de evolução com a ideia de progresso. Para Hrdy,

A falha no raciocínio de Spencer foi ter suposto equivocadamente que o meio ambiente é algo como um pano de fundo inalterado e imutável, diante do qual indivíduos 'superiores', ottimamente adaptados, ascendem o topo e aí se mantêm perpetuamente. O que Spencer deixou de fora foram as contingências flutuantes de um mundo em permanente mudança." (HRDY, 2001, p.33)

Essa noção de 'superioridade' desenvolvida por Spencer tratou de subjugar e submeter o sexo feminino ao masculino. Desenvolveram-se convicções acerca de diferenças entre machos e fêmeas que, partindo da teoria de Spencer, desembocam em uma divisão fisiológica do trabalho por sexo. Dessa forma,

A função suprema das mulheres, acreditava Spencer, era ter filhos e, com vistas a essa grande finalidade eugênica, as mulheres deviam ser belas para manter a espécie fisicamente estimulada. Porque as fêmeas mamíferas são aquelas que ovulam, engravidam, dão à luz e aleitam (tudo isso é irrefutável), Spencer supôs que o desvio de tanta energia para a reprodução tinha que levar, inevitavelmente, a 'uma parada da evolução individual nas mulheres mais cedo que nos homens' – uma extensão muitíssimo mais duvidosa. Não só homens e mulheres eram diferentes, mas as fêmeas de Spencer 'emperravam' na maternidade (HRDY, 2001, p.34).

Portanto, para Spencer e outros seguidores evolucionistas, era correto afirmar que ser fêmea impedia as mulheres de desenvolverem 'o poder de raciocínio abstrato'. Predestinadas para serem mães, as mulheres nasciam para a passividade e para a intuição, com muito menos aptidão para a lógica. Sob esse jugo, interpretações errôneas a respeito da inteligência das mulheres foram disseminadas no século XIX

e viriam logo a ser incorporadas ao darwinismo propriamente dito e tem sobrevivido, de certa forma, até hoje.

Embora se possa afirmar que, atualmente, as ideias de Spencer não sejam vistas com muita simpatia, é possível que o modelo naturalista spenceriano nunca tenha desaparecido completamente. A valorização de atributos como a juventude e a beleza, muitas vezes acompanhadas com pressuposições de cunho fortemente patriarcal, podem ser facilmente percebidos no mundo ocidental.

Parece não restar dúvida para a ciência contemporânea a compreensão de que Darwin estabeleceu um novo e revolucionário quadro de referência para se compreender como se desenrola o mundo natural. No entanto, foi necessário mais de um século para se ampliar e rever esses paradigmas de modo a incluírem toda uma gama de questões sobre ambos os sexos. "No início da década de 70, ainda era geralmente suposto pelos darwinistas que as fêmeas eram sexualmente passivas e 'tímidas'". (HRDY, 2001, p.55).

Principalmente a partir da década de 80, passa a se disseminar uma compreensão de que os maus tratos a crianças, incluindo negligência, abandono e até infanticídio, eram muito mais comuns do que tinha sido percebido até então. Essa percepção abala profundamente a teoria evolucionista baseada no naturalismo que alicerçava uma construção social e moral acerca da maternidade e que se constituiu numa grande hegemonia sobre o universo feminino. Nesse período diversos

Estudos de casos históricos, etnográficos e demográficos documentaram a existência de muitas mães que não cuidavam instintivamente de seus filhos pequenos. Sem dúvida, o predomínio de tantas mães que não criavam os próprios filhos abalou os argumentos 'essencialistas' acerca de mães geneticamente programadas para criar e alimentar os seus bebês". (HRDY, 2001, p.45)

Dessa forma, é inegável que um dos ideais mais amplamente aceitos no ocidente e que se constituiu numa grande fonte de saber popular – a noção de que as mães criam seus filhos por instinto – passa a receber pesadas críticas, já que foi derrubada a noção geralmente aceita de que as mães amam instintivamente seus filhos, e agora que pode ser demonstrado (em muitas frentes) que as atitudes maternas na

espécie humana nada têm de automático nem de universal, parece não haver mais como sustentar a existência de uma base biológica para o apego de uma mãe ao seu bebê.

Um aspecto importante para a ressignificação da teoria evolucionista foi os estudos sobre os fenótipos. Para Hrdy (2001), o fenótipo é um daqueles embaraçosos termos guarda-chuvas que começam estreitos, limitados, mas que com o tempo se abrem, cobrindo áreas mais amplas. Os fenótipos são produzidos por interações entre genes e outras influências ambientais e parentais, podendo ser afetados pelos mais diversos tipos de variáveis.

Dessa forma, os poderes dos genes são inseparáveis do contexto, incluindo o contexto externo e o contexto de desenvolvimento, uma vez que os genes atuam sobre uma estrutura preexistente que é sensível a sua influência. Isto é verdadeiro em todos os níveis, desde as defesas do sistema imunológico no nível celular até o caráter no nível da personalidade. É tão absurdo falar sobre um comportamento 'geneticamente determinado' quanto afirmar que os genes nada têm a ver com o comportamento. (HRDY, 2001, p.76-77)

No entanto, os evolucionistas do século XIX e de boa parte do século XX reconheciam a existência de traços herdados, mas ignoravam a forma como os genes funcionavam. Dessa maneira, não dispunham de uma forma de conceituar as complicadas relações entre traços herdados e diversos resultados alternativos, ou fenótipos.

Enfim, somente a partir da segunda metade do século XX os paradigmas evolucionistas foram ampliados para incluir ambos os sexos. Essa demora fez com que as feministas já tivessem abandonado essas abordagens, acusando-as de serem parciais e preconceituosas. De 1975 em diante, os evolucionistas começaram a incorporar fenótipos no entendimento da evolução. "Ver os animais dessa nova maneira tornou inevitável que, mais cedo ou mais tarde, as mães fossem reconhecidas por seu desempenho de papéis ativos e variáveis no palco evolutivo" (HRDY, 2001, p.98).

Assim, uma explosão de estudos de campo nas mais diversas áreas de conhecimento do comportamento animal e humano desvendou uma variação jamais imaginada na história natural das mães.

No que se refere ao comportamento da mãe em relação ao nascimento de um filho, identificou-se que não existem padrões fixos de atitudes, e sim uma infinidade de modos como as mães reagem ao nascimento de um filho e a vasta gama de hábitos e costumes humanos culturais criados e desenvolvidos em torno do nascimento (símbolos, rituais, etc.) tornam impossível apresentar um padrão de aspectos universais.

Ao contrário de outros primatas, as mulheres possuem a capacidade de imaginar antecipadamente como será dar à luz e ser mãe. São desenvolvidas expectativas que se baseiam não somente em experiências concretas vividas por elas ou em observações de outras mães e bebês, mas também no que outros lhes contam sobre essa experiência. As expectativas criadas não são apenas individuais, mas trata-se de expectativas culturais que estão em jogo. Dessa forma, as mulheres desenvolvem expectativas não apenas sobre o modo como deveriam reagir, mas também sobre como experimentar suas próprias sensações e emoções.

Em várias culturas ocidentais, como a nossa, o parto é visto como um 'trabalho', no qual o 'produto' é o bebê. Se esse trabalho é bem sucedido, é comum que essa criança seja muito bem recebida, com muita alegria por todos, principalmente os parentes e amigos mais próximos e, especialmente, pela mãe.

Em muitas culturas, no entanto, a aceitação formal da criança como novo membro da comunidade é retardada e só será celebrada algum tempo depois do nascimento, é mais comum uma reação maternal mais prudente incluindo, inclusive, um período de indiferença em relação ao bebê, priorizando-se os cuidados com a mãe imediatamente após o parto. Em algumas culturas, as expressões de entusiasmo no nascimento seriam consideradas inconvenientes. Em outras, as emoções são evitadas até que as pessoas estejam certas de que tudo correu bem. Por exemplo, entre os machigangas, no Peru, o recém-nascido é posto de lado, quase ignorado até a mãe se recuperar. Somente horas mais tarde, ou até no dia seguinte é que a mãe começa a amamentar seu(sua) filho(a) e se interessar por ele(a).

No mundo dito 'civilizado', uma mulher que, por exemplo, asfixia seu bebê recém-nascido comete um crime e, provavelmente, vá para a prisão. Mas uma mulher que se distancia psicologicamente de seu filho

recém-nascido e opta por não amamentá-lo, provavelmente seja vista como uma ignorante e infeliz, mesmo que o resultado seja o mesmo, ou seja, a morte do bebê. Legalmente, dificilmente ela seja vista como uma criminosa²⁵.

Os ocidentais chocados com esses tipos de acontecimentos devem saber que, na América do Norte, quando o pai de uma criança de menos de dois anos de idade deixa de viver no lar e um homem sem laços de parentesco, ou padrasto, passa a viver nesse mesmo lar, esse acontecimento raro tem setenta vezes mais probabilidades de ocorrer. (HRDY, 2001, 256).

Sarah Hrdy critica a comparação feita por diversos biólogos, entre o infanticídio cometido por padrastos ou amantes das mães com o infanticídio em outros primatas, no qual os machos de fora do sistema de procriação aumentam suas próprias chances de procriar eliminando os filhotes engendrados por machos rivais. Hrdy afirma que essa comparação é superficial, na medida em que não é possível se comparar os motivos que levam a tal atitude entre um humano e uma outra espécie de primata.

No âmbito da antropologia, esse debate ainda persiste, muito depois da acumulação de provas para besouros, aranhas, peixes, pássaros, ratos, esquilos, coiotes, lobos, ursos, leões, tigres, hipopótamos e cachorros-do-mato terem levado os biólogos a aceitar como axiomática a existência de uma ampla gama de condições sob as quais as mães selecionam suas ninhadas e abandonam ou canibalizam algumas crias, e uma gama ainda mais vasta de circunstâncias em que machos não-aparentados ou mães rivais se aproveitam da vulnerabilidade dos filhotes. Nenhum desses casos, mesmo quando muito menos documentados, encontrou a mesma espécie de resistência do que a sugestão inicial de que o infanticídio entre primatas como nós era um comportamento desenvolvido gradualmente por um processo evolutivo, um modo adaptativo para os indivíduos resolverem dilemas com que se defrontavam no decorrer da reprodução, e que não estavam, portanto, fora do âmbito do comportamento 'normal'. (HRDY, 2001, p.314).

²⁵ Embora não devemos esquecer a legislação mais recente no Brasil, como o Estatuto da Criança e do Adolescente, que estabelece mudanças nessa percepção. Mas o fato é que, essas 'opções' de abandono e negligência, sem muita dificuldade podem ser 'mascarados' por seus autores.

Inúmeras mortes de bebês são atribuídas, direta ou indiretamente, a variadas táticas maternas visando abrandar o alto custo de criá-los. São táticas que, historicamente, incluíram abandonar os bebês em rodas em conventos e casas para crianças rejeitadas, mesmo que com enormes estatísticas de mortalidade; somadas às decisões cotidianas de mulheres, nas mais diversas partes do mundo e baseadas nas mais diversas razões, de não amamentar, por exemplo. São decisões que podem ocorrer quando mães se distanciam psicologicamente de seus bebês.

Dessa forma, é importante salientar que o infanticídio é sempre precedido pelo abandono.

O abandono é o modo de uma mãe terminar o seu investimento por omissão ou deserção. O infanticídio só ocorre quando as circunstâncias (incluindo o medo de descoberta) impedem a mãe de recorrer ao abandono. Embora legal e moralmente haja uma diferença, do ponto de vista biológico os dois fenômenos são inseparáveis (HRDY, 2001, p.317).

Ressalto outra situação que demonstra os limites e equívocos das explicações naturalistas no contexto humano. Estudos em primatas tem demonstrado que, se as circunstâncias permitem, os machos primatas podem ser induzidos a comportar-se de um modo capaz de promover o desenvolvimento de sua prole. Mesmo assim, somente em uma minoria de espécies os machos cuidam dos bebês tanto quanto as fêmeas. Dessa forma, grande parte dos evolucionistas concluíram 'naturalmente' que, como as mães gestam, são elas as responsáveis pela criação dos filhotes.

Portanto, ficou fácil aproximar essas ideias com o contexto humano, justificando a ausência dos homens em relação à criação dos filhos e, mais ainda, cabendo exclusivamente a mulher a execução das tarefas que envolvem o desenvolvimento dos bebês. Dessa maneira, a divisão sexual do trabalho (ou, como denomina Hrdy, a ideologia do sexo) é desenvolvida e sustentada.

Mas, podemos levantar a seguinte questão: se isso ocorre mesmo, por que acontece? Quais são as razões que fazem com que ocorram essas diferenças? Elas são socialmente criadas ou existe um fundamento biológico que as sustenta? Para responder essa questão, Sarah Hrdy

(2001) cita descobertas recentes de pesquisa encaminhada pelas antropólogas Joy Stallings e Carol Worthman, da Universidade Emory, de Atlanta, em colaboração com a psicóloga Alison Fleming e sua equipe de colaboradores da Universidade de Toronto.

As pesquisadoras pediram a pais e mães recentes que ouvissem duas gravações, onde uma era o som de um bebê de um dia de idade chorando pela manhã logo cedo querendo ser alimentado e a outra gravação continha os gritos alarmantes de um bebê sendo circuncidado. As reações de ambos foram cuidadosamente monitoradas, através de níveis de hormônios (cortisol, testosterona e prolactina). Ao sinal de aflição da segunda gravação, tanto as mães como os pais reagiram da mesma forma. Mas na primeira gravação, onde o choro não apresentava pânico, mas apenas uma inquietação, representando um pedido, a mãe era mais rápida em reagir.

Dessa forma, podemos concluir que é possível que as mães sejam realmente mais receptivas às demandas infantis e essa característica pode ser verdadeiramente inata. Bom, sendo assim a mãe é mais sensível do que o pai às necessidades dos bebês. Até aí tudo bem... mas... e daí? Qual a importância disso se os pais, assim como os primatas, possuem as mesmas predisposições e capacidades para se envolver com as atividades reprodutoras?

O resultado disso é que as consequências sociais foram extremamente ampliadas, em relação às causas inatas. Podemos afirmar que, fora as ideologias criadas para sustentar as diferenças entre os sexos, dentre elas a ideologia do 'instinto materno', biologicamente as diferenças entre os sexos são muito superficiais e, mais do que isso, pequenas se comparadas com a enormidade das diferenças que socialmente foram implementadas e que desenvolveram importantes divisões do trabalho entre os sexos.

No entanto, muito antes dessas 'descobertas', o feminismo já havia perdido a paciência com as teorias darwinistas que, em seu entendimento, desprezavam de forma direta as experiências vividas pelas mulheres. As feministas estavam decididas a descartar as explicações biológicas e, por isso, não se interessaram em acompanhar de perto o que estava acontecendo nesse campo. Continuaram a projetar nesse campo científico os piores juízos acerca dos estudos evolucionistas da 'natureza feminina'.

O resultado foi que as teóricas feministas estavam produzindo modelos para explicar o que era essencialmente um fenômeno biológico, mas sem qualquer referência à biologia. Usaram a evidência do grande número de mães avessas a criar os próprios filhos como um instrumento para eliminar de uma vez por todas o restritivo estereótipo da mãe instintivamente dedicada à criação dos filhos que durante muito tempo tinha sido usado para prescrever papéis sociais às mulheres (HRDY, 2001, p.328).

Dessa forma, Sarah Hrdy critica o modo como as feministas rejeitaram a biologia porque, ao invés de se aterem a uma análise crítica mais detalhada e atenta às explicações biologicamente embasadas - a fim de se perceber suas 'lacunas' - o feminismo tratou de rejeitar veementemente as explicações evolucionistas. Assim, o modo como uma mãe se sente em relação ao seu bebê passou a ser exclusivamente determinado pelo seu meio cultural, e somente por ele.

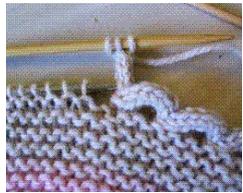
A partir dessa concepção, baseada exclusivamente em causas sociais para a análise da construção da maternidade, ganhou força a obra de historiadores sociais que defendiam a idéia de que a maternidade e, mais do que isso, a própria infância é o resultado das mais diversas culturas. Historiadores como o francês Philippe Áries desenvolveram a hipótese de que as emoções e o desenvolvimento interno da vida familiar derivavam de determinados costumes, e que esses são desenvolvidos, acumulados e que mudam com o tempo. Sendo assim, essas construções culturais adquirem vida própria, não sofrendo influências da biologia. Esse modelo evitava qualquer discussão de uma natureza humana em termos de evolução (HRDY, 2001, p.329-330).

Mas, enfim, o que podemos aferir disso tudo é que, tanto as ciências humanas e sociais, como as teorias evolucionistas, baseadas na biologia, cada uma a seu tempo e de seu modo, tem ressignificado suas construções, de forma a buscar entender o universo feminino na sua completude.

Dito isso, concordamos com Hrdy de que as explicações advindas de diferentes campos de conhecimento de forma alguma são explicações antagônicas. Pelo contrário, trata-se de aspectos que se complementam e, por isso mesmo, justificamos aqui nessa investigação a inclusão e utilização de ambas as trajetórias.

Dessa forma, a intenção é – de alguma maneira e assumindo os riscos dos diversos limites que essa discussão pode apontar – fazer dialogar essas perspectivas que foram (e tem sido!) por tanto tempo distanciadas. E, em se tratando de analisar o quanto as mulheres das classes populares cada vez mais se localizam no âmbito dos trabalhos precários, articular o biologismo numa perspectiva feminista pode contribuir na análise de problemáticas de mulheres trabalhadoras, pois precisamos percebê-las em conjunto com os demais papéis que representam nos seus cotidianos, como os de 'madresposas', por exemplo.

Dessa forma, após 'costurar' outra perspectiva, 'tecendo' o cooperativismo e procurando 'bordar' outra ciência, passamos aos 'arremates' dessa produção. É onde realizamos as considerações finais da investigação empreendida, após a trajetória percorrida nesse percurso. Buscou-se realizar um olhar mais geral e abrangente do trabalho, sugerindo algumas conclusões que se referem tanto ao grupo de artesãs que participaram desse percurso, como a questões mais amplas sobre as lutas das mulheres na atualidade.



ARREMATANDO as considerações finais

A escola não é o único lugar onde nos educamos. Os processos educativos acontecem também fora da sala de aula, no movimento social, no processo produtivo, na família, enfim, na convivência cotidiana com vários grupos nos quais participamos. Isso nos remete à convicção da diversidade das práticas educativas, o que significa que são muitas e que elas acontecem em vários lugares.

A concepção de educação não-formal pode contribuir para a emancipação do grupo de mulheres cooperadas, porque,

[...] capacita os indivíduos a se tornarem cidadãos do mundo, no mundo. Sua finalidade é abrir janelas de conhecimento sobre o mundo que circunda os indivíduos e suas relações sociais. Seus objetivos não são dados a priori, eles se constroem no processo interativo, gerando um processo educativo. Um modo de educar surge como resultado do processo voltado para os interesses e as necessidades que dele participa. A construção de relações sociais baseadas em princípios de igualdade e justiça social, quando presentes num dado grupo social, fortalece o exercício da cidadania. (GOHN, 2006, p.29-30)

No entanto, geralmente as experiências de educação não-formal estão pouco sistematizadas de forma escrita e muito estruturadas a partir da fala. As vozes de seus sujeitos são carregadas de emoções, pois, geralmente, estiveram caladas por muito tempo, especialmente no que concerne às mulheres. Portanto, ao se expressar, as mulheres trabalhadoras podem aflorar seus universos de saberes/representações,

elaborando e re-elaborando o contexto em que vivem. Também é importante nos atermos na observação que Eggert levanta sobre a fala e a escrita. Ela afirma que

[...] há uma implicação entre falar e escrever. Ao mundo dos homens foi reservado escrever e ao mundo das mulheres foi garantido (re)produzir o ambiente para que ele possa escrever, produzir, tornar-se visível e dizível publicamente (2004, p. 241).

Além disso, a autora salienta a potencialidade do percurso da fala para o texto, por possibilitar tornar visível o que antes não se enxergava. Essa pesquisa assumiu o desafio de compor um processo de sistematização dessas 'vozes', visibilizando as práticas formativas das mulheres artesãs.

As narrativas das experiências individuais das mulheres artesãs funcionaram nessa pesquisa como pano de fundo para a análise de situações mais abrangentes de enfrentamento ou submissão à lógica, tanto do capital como do patriarcado. Isso não menospreza de forma alguma as experiências específicas das artesãs envolvidas na pesquisa. Pelo contrário, as narrativas abordadas aqui materializam as experiências de inúmeras mulheres, extrapolando o espaço privado e visibilizando uma diversidade de situações que não são nada individuais nem privadas. Trata-se de um processo de 'coletivizar' as experiências femininas.

A prática educativa emancipadora, crítica, dialógica e humilde no sentido de valorizar os saberes já construídos pelas mulheres, pode contribuir no processo de emancipação feminina, pois tanto a economia solidária como a educação popular e o feminismo partem de saberes e significados construídos pelas próprias envolvidas, e não de um saber e conhecimento já pronto e formulado que, muitas vezes, não é significativo para o grupo.

Sendo assim, a concepção educativa que defendo é de uma educação que coloque a realidade das mulheres como conteúdo problematizador, que se dá em torno da relação das pessoas com o mundo, nunca o ser humano isolado desse mundo, mas em permanente relação. É problematizando o mundo do trabalho, da produção, dos produtos, das ideias, enfim, o mundo da cultura e da história, que se formam os seres humanos.

Paulo Freire contribui com essa concepção, pois o conceito freireano de oprimido mostra o fato de que sendo o ser humano construtor de sua história, ele a constrói na medida em que as condições socioeconômicas o permitem. Oprimidos são aqueles que submetidos a uma estrutura social de dominação econômica, política e cultural, encontram-se impossibilitados dessa construção. Oprimidos são pessoas sem consciência de sua cidadania.

Para a pedagogia freireana o educador possui um papel fundamental na formação da consciência crítica e transformadora, a partir da relação entre educador e educando, na qual o diálogo é a matriz de todo o conhecimento, que deve possuir um caráter problematizador e que deve ser pautado em situações concretas do cotidiano. Percebo dessa forma meu papel como educadora comprometida com as classes populares.

Nessa proposta pedagógica é importante perceber o processo de construção histórica das experiências, dos acúmulos feitos pelos seres humanos e do seu inacabamento. "Humildemente, é bom admitir que somos todos seres humanos, por isso, inacabados. Não somos perfeitos e infalíveis" (FREIRE, 1998, p. 82).

É nessa perspectiva que percebo o cooperativismo baseado nos princípios da economia solidária, pois nas próprias contradições e limites da forma de produção capitalista se constroem indícios de novas relações produtivas e de uma nova cultura, e que nessas novas formas se desenvolvem também novas relações e práticas educativas, estabelecendo novos vínculos entre trabalho, educação e sociedade.

Outro aspecto a ser abordado se refere à articulação entre o trabalho artesanal e o feminismo. Se olharmos com mais atenção a história das famílias no Brasil, veremos que a socialização feminina passava pelo rigor e pela disciplina do aprendizado de 'trabalhos manuais', materializados enquanto técnicas como bordado, crochê ou tricô, realizados no quadro das obrigações familiares e no exercício da maternidade, como tarefas para "ocupar as mulheres", não deixando espaço ou tempo para outras possibilidades ou 'inventividades criativas'. Esse processo de aprendizagem se dava muitas vezes na própria escola ou em outros espaços institucionalizados, como as igrejas, por exemplo. Eu mesma estudei em escola confessional e tive esse aprendizado. Enfim, em vista desses exemplos, muitas mulheres na

contemporaneidade passaram a rejeitar esses aprendizados em prol da luta por um processo de emancipação feminino.

Aqui a grande questão que se coloca é a seguinte: a atividade artesanal cooperativada pode auxiliar num processo que vise à emancipação e a autonomia feminina? Ou, ao contrário, é uma ferramenta utilizada pela sociedade patriarcal que visa a alienação da mulher, utilizada para mantê-la fora dos espaços produtivos formais e também dos espaços públicos em geral, mantendo-a confinada nos espaços domésticos?

Na contracorrente de interpretações que percebem o artesanato como mais um instrumento de dominação feminina, essa investigação mostrou que eles podem ser poderosos instrumentos de criatividade, elaboração subjetiva e formação política coletiva, extrapolando, dessa forma, o espaço privado e a individualização.

Lagarde ressalta que uma nova cultura referente a gênero tem surgido a partir do paradigma patriarcal e frente a ele. "*En diferentes ámbitos de la vida han ocurrido cambios sociales, económicos, jurídicos, políticos, científicos y culturales que han contribuido a la transformación esencial de la feminidad*" (2005, p. 797). Esse processo tem ocorrido porque a feminilidade tem se constituído em um estado de constante transformação.

Nos primórdios do movimento feminista se construiu a ideia da necessidade de se mudar o mundo para se erradicar a opressão sobre as mulheres, porque no mundo se encontrava o patriarcado e a opressão. Dessa forma, se concebia o mundo como algo distinto e separado da mulher e, portanto, a opressão do patriarcado era algo imposto e separado da condição feminina.

Apesar dos limites desse pensamento, essa concepção feminista permitiu às mulheres criticar e revalorizar seu mundo e seu próprio ser. Mesmo a relação mulheres e mundo sendo percebida de forma binária, pela primeira vez as mulheres se conceberam como seres pertencentes ao mundo, de forma positiva, e não de forma negativa, desvalorizadas e vinculadas ao 'menos' e ao inferior.

A partir do feminismo contemporâneo, tem sido possível desenvolver outra compreensão sobre as mulheres: que elas se constituem na síntese histórica de suas determinações sociais e culturais.

Dessa forma, mundo e mulheres passam a estabelecer relações dialéticas entre si.

No caso da Coopresul, a experiência coletiva proporcionada pelo cooperativismo, tem feito com que o artesanato produzido pelas mulheres cooperadas saia dos seus espaços privados de produção e 'circule' em espaços públicos. Essa passagem do privado para o público tem papel fundamental quando se pensa no artesanato como possibilidade emancipatória.

Podemos fazer duas constatações sobre o artesanato enquanto atividade de trabalho empreendido pelas artesãs:

1º) O processo de aprendizagem do artesanato se deu nos espaços domésticos, em grande parte ensinado pelas mães, e;

2º) O envolvimento com o artesanato visando a venda e, consequentemente, uma atividade de trabalho, se deu em função da possibilidade de realização dessa atividade em consonância com a maternidade e as atividades domésticas.

Os dados apontaram que a experiência coletiva proporcionada pelo cooperativismo, tem feito com que o artesanato produzido pelas mulheres cooperadas saia dos seus espaços privados de produção e 'circule' em espaços públicos. Essa passagem do privado para o público tem papel fundamental quando se pensa no artesanato como possibilidade emancipatória, não apenas no aspecto econômico (enquanto produtos artesanais que passam a 'circular' no mercado), mas também enquanto formação política para as artesãs, em função da experiência na cooperativa. São vivências que, uma vez compartilhadas no grupo aumentam os horizontes dessas mulheres que, dessa forma, ressignificam suas próprias trajetórias pessoais. Assim, a experiência no coletivo torna-se uma aprendizagem que extrapola as aprendizagens do espaço doméstico.

Não posso encerrar esse livro sem abordar meus sentimentos de pertencimento nesse trabalho, pois essa proposta me fez repensar meus próprios processos de socialização feminina. Durante o processo de investigação que empreendi, percebi muitas aproximações entre as trajetórias que investigava com a minha própria trajetória de vida. Para além do trabalho artesanal e das diferentes vivências escolares, os papéis de 'madresposas' que vivenciamos em nosso cotidiano nos aproximaram muito nesse período. Lembro de uma situação que vivi em

um dos encontros-formação que encaminhei e vou relatar a situação rapidamente.

Como pesquisadora e responsável por essa investigação, é dispensável afirmar o quanto os momentos que envolvem os encontros com os grupos de pesquisa são previamente elaborados. É com muito cuidado que cada detalhe é planejado, para que nada que venha a prejudicar o momento ocorra. Em um dos encontros realizados, combinei com todas as artesãs a data, o horário e o local onde aconteceria nosso encontro. Combinei que daria carona para algumas, e uma delas me afirmou que teria que levar seus dois filhos pequenos, já que não teria com quem deixá-los. Sabendo que não teria como evitar que isso acontecesse, concordei em levá-la e a seus dois filhos também. No entanto, estava preocupada com o fato de que as crianças pudessem atrapalhar o encontro, prejudicando a gravação dos depoimentos, etc.

Quanto a mim, a fim de evitar esses tipos de transtornos, com a antecedência adequada, tentei conseguir que alguém ficasse com meu filho para que, ao menos, pudesse ter mais tranquilidade no encontro e não ter minha atenção 'desviada' do meu foco. Qual não foi minha surpresa quando, no dia marcado, não consegui ninguém para ficar com ele. E adivinhem o que aconteceu? Tive que levar meu filho comigo!!!

Como ficou a gravação do encontro? No final das contas, nosso encontro aconteceu de forma tranquila, e entre os gritos e correria das crianças que adentravam a sala onde estávamos a todo o momento [óbvio que tudo ficou gravado] estão nossas narrativas. Nesse encontro que contou com a presença de quatro mulheres, três estavam com crianças presentes.

Enfim, é dessa forma e encarando esses desafios que trabalhamos, tanto no artesanato como na academia. E é dessa forma que temos conseguido exercer os nossos vários papéis sociais e, é importante dizer, com competência e dignidade.

Portanto, vejo como fundamental um aprofundamento do processo educativo do trabalho, visando uma reflexão profunda que fuja da ingenuidade de se pensar o trabalho como ressocializador por si só. Acredito na capacidade emancipatória de um processo pedagógico a partir do trabalho, mas é necessário que se relativize que

trabalho é esse e em qual concepção educativa se aposta. Espero que nessa escrita tenha conseguido dividir com o(a) leitor(a) algumas das reflexões que tenho levantado nessa experiência.

Por fim, quero encerrar reafirmando o que imagino que já tenha ficado claro nesse trabalho: não percebo o grupo de pesquisa formado pelas mulheres artesãs de forma isolada, pois creio que discutir a possibilidade de emancipação humana é discutir também a sociedade capitalista e seus processos de exclusão/inclusão. Eis aí o grande desafio dos(as) educadores(as) comprometidos(as) ética e politicamente com as classes populares. E é exatamente esse desafio que precisa ser encarado pelas pesquisas e iniciativas de educação com grupos populares.

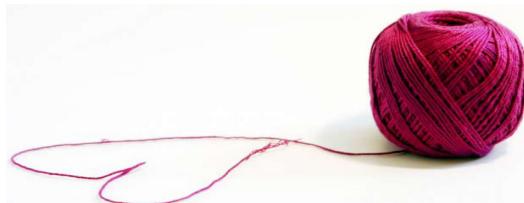


Figura 26: Novelo. Imagem capturada em outubro de 2009 no endereço http://www.senac.br/partnerias/correio_685-a.pdf



AVIAMENTOS UTILIZADOS

Referências

AGUIAR, Neuma. Perspectivas feministas e o conceito de patriarcado na sociologia clássica e no pensamento sociopolítico brasileiro. In: _____. (org.). *Gênero e ciências humanas: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997. p. 161-191.

AMORÓS, Cèlia. Espacio público, espacio privado y definiciones ideológicas de "lo masculino" y "lo femenino". In: *Feminismo: igualdad y diferencia*. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 1994, cap.1, p.21-52.

ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. 2.ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BOTTI, Mariana Meloni Vieira. Fotografia e fetiche: um olhar sobre a imagem da mulher. In: *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 21, 2003.

BRITES, Olga. Crianças de revistas (1930-1950). In: *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 26, n.1, jan./jun. 2000.

BRUSCHINI, Maria Cristina. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. In: *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 132, p. 537-572, set./dez. 2007.

_____; LOMBARDI, Maria Rosa. A bipolaridade do trabalho feminino no Brasil contemporâneo. In: *Cadernos de Pesquisa*, n. 110, p. 67-104, jul.2000.

BUARQUE, Cristovam. *O colapso da modernidade brasileira e uma proposta alternativa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

CERQUEIRA, Laurez. *Florestan Fernandes: vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

COSTA, Márcio da. A educação em tempos de conservadorismo. In: GENTILI, Pablo (org.). *Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação*. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 43-76.

CUNHA, Aline Lemos da; SILVA, Márcia Alves da. Um 'click', uma cena, um 'flash': o uso de imagens na pesquisa em educação. In: V Seminário de Educação e Comunicação e IV Colóquio sobre Imaginário, Cultura e Educação: as múltiplas faces do feminino na educação, Pelotas, Fac. de Educação/UFPel, 13-14 dez.2006. [Anais em cd-rom].

EGGERT, Edla. domÉsTICO – espaços e tempos para as mulheres reconhecerem seus corpos e textos. In: STRÖHER, Marga; DEIFELT, Wanda; MUSSKOPF, André (orgs.). *À flor da pele: ensaios sobre gênero e corporeidade*. São Leopoldo: Sinodal; CEBI, 2004. p. 225-241.

FERNANDES, Florestan. *Fundamentos empíricos da explicação sociológica*. 4.ed. São Paulo: T.A.Queiroz, 1980.

FONSECA, Cláudia. Ser mulher, mãe e pobre. In: DEL PRIORE (org.). *História das mulheres no Brasil*. 9.ed. São Paulo: Contexto, 2007. p. 510-553.

FREIRE, Paulo. Criando métodos de pesquisa alternativa. In: BRANDÃO, Carlos R. (org.) *Pesquisa Participante*. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

_____. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 13ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. *Professora sim, tia não*. 9.ed. São Paulo: Olho d'Água, 1998.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *A produtividade da escola improdutiva*. 4.ed. São Paulo: Cortez, 1993.

_____. (org.) *Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século*. Petrópolis: Vozes, 1998.

GOHN, Maria da Glória. *Educação não-formal e cultura política*. São Paulo: Cortez, 1999.

_____. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. In: *Ensaio: avaliação e políticas públicas em Educação*, Rio de Janeiro, v.14, n.50, p. 27-38, jan./mar. 2006.

GOMES, Paola Basso Menna Barreto. Mídia, imaginário de consumo e educação. In: *Educação & Sociedade*, v.22, n.74, abril/2001, p.191-207.

GORENDER, Jacob. Globalização, realidades e sofismas. In: *Revista Brasil revolucionário*, São Paulo, v.8, n.21, jun./jul. 1996, p. 5-8.

HIRATA, Helena. *Nova divisão sexual do trabalho?* Um olhar voltado para a empresa e sociedade. São Paulo: Boitempo, 2002.

_____; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. In: *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007.

HRDY, Sarah Blaffer. *Mãe natureza: uma visão feminina da evolução; maternidade, filhos e seleção natural*. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

IASI, Mauro Luis. *Ensaios sobre consciência e emancipação*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

INTECOOP. *Programa Permanente Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares*. Pelotas: UCPel-UNITRABALHO, 2004.

JAGGAR, Alison M.; BORDO, Susan (orgs.). *Gênero, corpo, conhecimento*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

JOSSO, Marie-Christine. *Experiências de vida e formação*. São Paulo: Cortez, 2004.

JOVCHELOVITCH, Sandra; BAUER, Martin. Entrevista narrativa. In: BAUER, Martin; GASKELL, George. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. 6.ed. Petrópolis: Vozes, 2007. p.90-113.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: EMÍLIO, Marli; et al (orgs.). *Trabalho e cidadania ativa para as*

mulheres: desafios para as políticas públicas. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003. p.55-63.

KOLONTAI, Alexandra. *A nova mulher e a moral sexual*. 3.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

KRAMER, Sonia. Autoria e autorização: questões éticas na pesquisa com crianças. In: *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n.116, jul. 2002.

LAGARDE Y DE LOS RIOS, Marcela. *Los cautiveros de las mujeres: madresposas, monjas, putas, presas y locas*. 4. ed. México: UNAM, 2005, 884 p.

LIMA, Jacob Carlos. Paradoxos do trabalho associado. In: *Tempo Social*, São Paulo, v.21, n.1, p.113-132, jun.2009.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Martin Claret, 2003.

MIRANDA, Marília Gouvêa de; RESENDE, Anita C. Azevedo. Sobre a pesquisa-ação na educação e as armadilhas do praticismo. *Revista Brasileira de Educação*, v. 11, n. 33, set./dez. 2006. p. 511-518.

NOGUEIRA, Cláudia Mazzei. A Feminização no mundo do trabalho: entre a emancipação e a precarização. *Revista Espaço Acadêmico*, n.44, jan. 2005.

_____. *O trabalho duplicado: a divisão sexual no trabalho e na reprodução*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

NYE, Andrea. *Teoria feminista e as filosofias do homem*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1995.

OLIVEIRA, Dalila. *Educação básica: gestão do trabalho e da pobreza*. Petrópolis: Vozes, 2000.

PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2007.

PICANÇO, Iracy; TIRIBA Lia (orgs.). *Trabalho e Educação*. São Paulo: Idéias & Letras, 2004.

PINTO, Geraldo Augusto. *A organização do trabalho no século 20: taylorismo, fordismo e toyotismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. *Lugares dos saberes: diálogos abertos*. In: BRANDÃO, Maria A. (org.). *Milton Santos e o Brasil*. São Paulo: Perseu Abramo, 2004. p. 39-49.

SANTOS, Milton. *Técnica, espaço e tempo*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SAFFIOTI, Helelith. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

_____. *O poder do macho*. São Paulo: Moderna, 1987.

_____. *Patriarcado, racismo, capitalismo*. In: *Brasil revolucionário*, São Paulo, v.10, n.26, p.33, nov.1999/fev.2000.

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. In: *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v.16, n.2, p. 5-22, jul./dez. 1990.

SILVA, Márcia Alves da. *Neoliberalismo e globalização em educação: algumas considerações*. In: *Cadernos do ISP*, Instituto de Sociologia e Política/UFPel, n.12, jun. 1998, p.91-112.

SINGER, Paul. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

TONET, Ivo. *Educação, cidadania e emancipação humana*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005.

ZITKOSKI, Jaime José. *Ser mais*. In: _____, STRECK, Danilo R.; REDIN, Euclides. (orgs). *Dicionário Paulo Freire*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p. 380-382.

Referências das figuras utilizadas nas aberturas dos capítulos

Novelos de lã. Imagem capturada em out. 2009 no endereço http://www.senac.br/partnerias/correo_685-a.pdf

Tecidos. Imagem capturada em nov.2009 no endereço
<http://margapinta.blogspot.com/2006/11/aviamentos.html>

'A Família', de Tarsila do Amaral. Pintura de 1925 (óleo/tela 79 X 101,5cm). Capturada em dez. 2009 em
<http://www.tarsiladoamaral.com.br>

Nó. Imagem capturada em nov. 2009 em
<http://adeilsonsalles.blogspot.com/2009/08/desatando-nos.html>

Costurando. Imagem capturada em nov. 2009 em
<http://bichopapel.blogspot.com/2007/02/costurando.html>

Arrematando. Imagem capturada em nov.2009 em
http://agulhaetricot.blogspot.com/2008_05_01_archive.html

Aviamentos. Imagem capturada em nov. 2009 em
<http://esquemaseideias.blogspot.com/2009/07/costura.html>